

SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

ISSN 1676-1375
ISBN 85-7173-027-X

**COMO IDENTIFICAR E MOBILIZAR O POTENCIAL
DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO
DE UMA REGIÃO?**

Carlos Águedo Paiva

Documentos FEE n. 59

Porto Alegre, maio de 2004



FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser

CONSELHO DE PLANEJAMENTO: **Presidente:** Aod Cunha de Moraes Junior. **Membros:** André Meyer da Silva, Ernesto Dornelles Saraiva, Ery Bernardes, Eudes Antidis Missio, Nelson Machado Fagundes e Ricardo Dathein.

CONSELHO CURADOR: Fernando Luiz M. dos Santos, Maria Lúcia Leitão de Carvalho e Suzana de Medeiros Albano.

DIRETORIA:

PRESIDENTE: AOD CUNHA DE MORAES JUNIOR

DIRETOR TÉCNICO: ÁLVARO ANTÔNIO LOUZADA GARCIA

DIRETOR ADMINISTRATIVO: ANTONIO CESAR GARGIONI NERY

CENTROS:

ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS: Maria Isabel H. da Jornada

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO: Roberto da Silva Wiltgen

INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS: Adalberto Alves Maia Neto

INFORMÁTICA: Antônio Ricardo Belo

EDITORAÇÃO: Valesca Casa Nova Nonnig

RECURSOS: Alfredo Crestani

Paiva, Carlos Águedo Nagel, 1961 -

Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região? / Carlos Águedo Paiva. Porto Alegre: FEE, 2004.

140p.: tab. (Documentos FEE; n. 59)

Conteúdo: Como se identifica o "potencial" de uma região?: um exercício técnico aplicado aos 22 Coredes gaúchos — O papel das instâncias políticas subnacionais na articulação e planejamento do desenvolvimento regional — Anexo estatístico.

ISBN 85-7173-028-8

ISSN 1676-1375

1. Economia regional - Rio Grande do Sul. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Política econômica. I. Título. II. Título: Como se identifica o "potencial" de uma região?: um exercício técnico aplicado aos 22 Coredes gaúchos. III. Título: O papel das instâncias políticas subnacionais na articulação e planejamento do desenvolvimento regional. IV. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. V. Série.

CDU 330.55(816.5)

CIP Janira Lopes

CRB10/420

Tiragem: 100 exemplares.

Toda correspondência para esta publicação deverá ser endereçada à:

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser (FEE)

Rua Duque de Caxias, 1691 — Porto Alegre, RS — CEP 90010-283

Fone: (51) 3216-9049 — Fax: (51) 3225-0006

E-mail: diretoria@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

Para o Economista Roberto Marcantonio,
que muito me honra com a sua amizade.

"Quando Cristo disse: 'Eu vim ao mundo para dar testemunho da verdade', Pilatos responde: 'Que é a (...) verdade?' A resposta é dada com ares de superioridade e significa: sabemos bem o que é essa verdade: uma coisa que conhecemos; mas fomos ainda além: sabemos que se não pode falar do conhecimento da verdade; é ilusão que já vencemos. Quem assim fala passou, de fato, para além da verdade."

G. W. F. Hegel. Introdução à História da Filosofia

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
COMO SE IDENTIFICA O "POTENCIAL" DE UMA REGIÃO?: UM EXERCÍCIO TEÓRICO APLICADO AOS 22 COREDES GAÚCHOS	11
O PAPEL DAS INSTÂNCIAS POLÍTICAS SUBNACIONAIS NA ARTICULAÇÃO E NO PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	105
SOBRE O QUE FINDA E O QUE COMEÇA	137

APRESENTAÇÃO

Este documento é composto de dois artigos. **O Papel das Instâncias Políticas Subnacionais na Articulação e Planejamento do Desenvolvimento Regional** foi escrito em meados de 2002, quando ainda me encontrava cedido pela FEE à Secretaria da Coordenação e Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul. Nele, procurei demonstrar a necessidade da institucionalização de Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs), que devem se voltar à identificação das potencialidades econômicas das distintas regiões econômicas do Rio Grande do Sul e ao fomento das atividades nas quais cada região se mostra mais competitiva.

Após ler este trabalho, um amigo e colega da FEE comentou: “Eu sempre fui cético acerca da capacidade de os governos estaduais e locais fomentarem o desenvolvimento regional. Teu trabalho quase me convenceu do contrário. Mas me resta uma dúvida. Tu afirmas que, uma vez definidos os segmentos nos quais cada região é mais competitiva, é possível levar à frente uma política de desenvolvimento regional concertada entre governos estaduais, ADRs e governos municipais. Mas tu não explicas como se faz a identificação dos segmentos nos quais uma região apresenta maior ou menor competitividade. Desafio-te a fazê-lo”.

O desafio veio a calhar. Na verdade, eu mesmo já havia me imposto essa responsabilidade, mas, muito provavelmente, tergiversaria por mais algum tempo até abraçá-la. O desafio do amigo Roberto Marcantonio catalizou o processo e deu-me coragem para enfrentar uma tarefa que eu sabia ser tão necessária quanto complexa.

Passados oito meses de pesquisa e trabalho de redação, acredito ter chegado a um bom resultado. Bom o suficiente para dar um título ousado ao artigo-produto: **Como se Identifica o "Potencial" de uma Região?**

Com esse título, não pretendo ocultar o fato (demasiado evidente) de que ainda temos muito terreno a percorrer até obtermos um programa de identificação das potencialidades econômicas regionais que nos contemple plenamente. Apenas manifesto a confiança na trilha eleita. E isso na exata medida em que, percorrendo essa trilha, me deparei com todo um conjunto de autores — que vão de Adam Smith a Douglas North, passando por Michal Kalecki e João Manuel Cardoso de Mello — que, há muito tempo, são importantes referências teóricas, mas que eu nunca havia lido como teóricos do “desenvolvimento regional”. A nova problemática impôs uma nova leitura de alguns dos trabalhos clássicos desses autores, bem como a tomada de contato com textos que, até

então, eu desconhecia. E essas leituras e releituras parecem particularmente promissoras no que diz respeito à construção de um referencial crítico e heterodoxo para a definição de políticas eficientes, eficazes e efetivas de enfrentamento das disparidades econômicas regionais. Evidentemente, cabe ao leitor deste trabalho avaliar a correção ou a incorreção dessa assertiva.

COMO SE IDENTIFICA O “POTENCIAL” DE UMA REGIÃO?: UM EXERCÍCIO TEÓRICO APLICADO AOS 22 COREDES GAÚCHOS

Carlos Águedo Paiva*

1 - Considerações iniciais

Em trabalhos anteriores (Paiva, 2002a; 2002b), bem como no segundo artigo desta pequena coletânea, defendemos a tese de que o grande desafio para a construção de **políticas de desenvolvimento regional sustentável**¹ se encontra na identificação do **potencial** de uma região.

Neste texto, procuramos avançar no projeto de construção de um referencial científico para a construção de políticas públicas regionais de desenvolvimento. Trata-se, agora, de elencar e sistematizar os momentos da pesquisa necessária à identificação do potencial de desenvolvimento de uma região.

Desde logo, é preciso entender que essa pesquisa é complexa, envolvendo pelo menos dois momentos: num primeiro momento, em que se opera com base em dados estatísticos secundários², é definido um diagnóstico preliminar das

* Economista da FEE e Professor do Mestrado e do Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul.

¹ Nos planos econômico, social e ecológico: sempre que falarmos em sustentabilidade, estamos nos referindo a esses três níveis. Esse fato pode ser obscurecido pela evidente primazia que damos à sustentabilidade econômica enquanto objeto de investigação neste texto. Se priorizamos o econômico enquanto objeto, é exclusivamente porque conquistar um crescimento sustentável no plano econômico é a tarefa mais difícil dentre todas. As regiões estagnadas nos planos econômico, demográfico e cultural são — quase “por definição” — ecologicamente sustentáveis. A questão realmente complexa é como pôr a economia em rota ascendente com inclusão social e com a recuperação da disponibilidade e da qualidade dos recursos naturais necessários à reprodução das gerações futuras.

² Vale dizer: com base em dados estatísticos levantados, sistematizados e disponibilizados pelos mais distintos institutos de pesquisa e instituições governamentais, com vistas a fornecer substrato empírico à identificação e à interpretação das condições de reprodução social e econômica dos habitantes das diversas regiões do País.

potencialidades regionais; num segundo momento, impõe-se a realização de uma pesquisa de campo, com levantamento primário de dados e informações, com vistas a testar a consistência e a economicidade das hipóteses sugeridas no diagnóstico preliminar.

O caráter impositivo desses dois momentos tem várias determinações. Desde logo, há que se ver que os dados estatísticos secundários não captam a percepção que os agentes locais têm da sua realidade e de suas potencialidades. E não é possível mobilizar o esforço produtivo de qualquer comunidade, se ela não tem consciência do (ou expectativas positivas quanto ao) potencial do projeto.

Na verdade, a mera convicção acerca de um “potencial” já o potencializa. Inúmeros projetos produtivos (no sentido de serem geradores de ocupação e renda para as comunidades) partem de uma base material pobre, mas são impulsionados pela convicção e pela dedicação dos agentes locais e vicejam. De outro lado, a falta de confiança na capacidade de a região ingressar em um processo autopropelido de desenvolvimento “despotencializa” qualquer base material. O que significa dizer que não podemos dimensionar o potencial de uma região sem experienciar as expectativas e a “visão de futuro” que a região tem de si.

Além disso, muitas das informações necessárias à avaliação do potencial de uma região são qualitativas. Este é o caso de informações cruciais, como, por exemplo, o nível educacional da população, a fertilidade do solo, as particularidades do microclima, etc. Como se sabe, as variáveis qualitativas são dificilmente (e sempre algo toscamente) quantificáveis e sistematizáveis. Mesmo quando são representadas por *proxies* de ampla aceitação na literatura especializada, raramente são bem representadas nas estatísticas disponíveis.³ Por isso mesmo, impõe-se uma pesquisa primária para confirmar ou infirmar hipóteses acerca da qualidade e da disponibilidade efetiva dos recursos produtivos regionais.

Como se isso não bastasse, alguns indicadores ganham significados muito distintos em condições geoeconômicas distintas. Por exemplo: um dado estatístico quantitativo altamente confiável e deveras importante é a densidade demográfica de uma dada região. Mas sua interpretação exige informações adicionais, uma vez que ele pode estar denotando: (a) má distribuição da propriedade do solo (que, via de regra, se faz acompanhar do privilegiamento das funções financeiro-especulativas da propriedade territorial); e/ou (b) que,

³ Este é o caso do nível educacional. A despeito de sua utilização quase generalizada (em função da ausência de alternativas), o número médio de anos de estudo da população não é uma *proxy* confiável da acumulação de “capital humano” de uma dada comunidade. Uma mera mudança na legislação de aprovação/reprovação altera o número médio de anos de estudo de uma comunidade, sem que isso represente, necessariamente, qualquer avanço na capacidade de abstração e construção dos seus membros em idade ativa.

dados os preços dos serviços de fatores de produção, o padrão tecnológico adotado é intensivo em solo e extensivo em mão-de-obra; e/ou (c) que a baixa fertilidade do solo e a aridez/insalubridade do microclima tornam antieconômica a utilização extensiva do solo.

Por fim, só uma pesquisa empírica primária pode responder à pergunta fundamental de um projeto de desenvolvimento regional: o(s) gargalo(s) que circunscreve(m) a manifestação de um determinado potencial é(são) transponível(is)? Vale dizer: os custos de transposição desses gargalos são adequadamente pagos pelo benefício esperado da ação? Ou, ainda, o **potencial (pré)visto é real?**

Reconhecer que só uma pesquisa empírica primária viabiliza a identificação do “potencial regional real” é crucial para que não se criem falsas expectativas acerca da possibilidade de se extrair conclusões, políticas e projetos de ação a partir de um estudo empírico **secundário**.

O papel específico do estudo empírico baseado em fontes secundárias é o de definir **os segmentos produtivos que podem e devem ser objeto de pesquisa primária**, com vistas à identificação da relação benefício/custo de enfrentamento dos seus gargalos de oferta e/ou de realização.

Só que, a despeito de sua insuficiência, esse ponto de partida é impositivo. Na verdade, ele é condição *sine qua non* para a definição das características da pesquisa primária. Afinal, não se pode definir sequer o modelo de levantamento primário de informações (o tipo e o padrão de seleção da amostra, o instrumento de coleta de dados, os recursos humanos, materiais e temporais necessários à realização do levantamento e da sistematização dos dados coletados, etc.), sem que se responda, à luz dos dados secundários, às seguintes questões cruciais: qual(is) a(s) nossa(s) principal(is) suspeita(s) de potencial(is)?; qual(is) o(s) nosso(s) principal(is) suspeito(s) de gargalo(s)?; no caso de haver diversos suspeitos de potencial e gargalo, é possível hierarquizá-los?; o que fica “mal explicado” na análise dos dados secundários?; onde aparecem resultados inesperados, problemas e contradições?; que trabalho de pesquisa seria necessário para o adequado enfrentamento desses problemas e contradições?

Para que se possa responder a esse conjunto de questões de forma determinada, é preciso “dissecar” a região-objeto a partir de recortes cada vez mais restritivos e específicos (no sentido região → microrregião → município), comparando as medidas pertinentes a cada um desses recortes com as medidas equivalentes para regiões de referência definidas em patamares superiores de agregação (no sentido nação → macrorregião → região → microrregião).⁴ É

⁴ Esse ponto ficará mais claro na seção 5 deste artigo, quando apresentaremos o Quociente Locacional (QL), que reputamos uma medida particularmente clara da especialização produtiva regional.

esse exercício, inclusive, que permite averiguar a homogeneidade e/ou a complementaridade das partes-alíquotas da região eleita, bem como comprovar se essa região é propriamente uma “região econômica” no sentido de Hoover e Fisher⁵.

Mas, se o ponto de chegada de um projeto de pesquisa sobre as potencialidades regionais gaúchas tem que envolver a identificação dos territórios submetidos a um mesmo padrão de dinâmica econômica, o ponto de partida de uma tal pesquisa só pode ser a subdivisão territorial consolidada na literatura e nas práticas políticas cotidianas. O que, para o Rio Grande do Sul, equivale a dizer que tomamos os territórios de cada um dos 22 Coredes gaúchos como a divisão regional relevante. Nossa **hipótese** inicial (que pode ser **infirmada** pelo desenvolvimento da pesquisa) é a de que os 22 Coredes são **regiões econômicas** no sentido da definição de Hoover e Fischer. E isso, antes de mais nada, porque essa hipótese simplificadora nos libera para irmos imediatamente ao tema que organiza este trabalho: **definir os indicadores que devem ser construídos** (dada a disponibilidade não desprezível de dados secundários!⁶) **com vistas a garantir a máxima consistência e determinação ao diagnóstico preliminar de potencialidades regionais.**

⁵ Segundo os autores: “Com relação à análise do crescimento econômico, o conceito mais apropriado de região parece ser o de uma área geográfica dentro da qual existe um grau particularmente elevado de interdependência entre as rendas individuais. O emprego de qualquer conceito de uma região econômica é justificado pela hipótese de que uma região cresce ou declina como entidade, ao invés de ter suas variações de renda como mera representação da soma aleatória de variações independentes nos tipos particulares de atividade econômica ali localizadas” (Hoover; Fischer, 1977, p. 263). Estamos de pleno acordo com essa definição. Contudo sua aplicação não é trivial. Em primeiro lugar, porque nem sempre dispomos de séries confiáveis e suficientemente longas da dinâmica da renda dos municípios para dar sustentação estatística à determinação de regiões econômicas. Além disso, no bojo mesmo do desenvolvimento econômico, regiões são constituídas e destruídas, municípios são desmembrados, enquanto outros surgem da integração de territórios originalmente situados em mais de um município e/ou região (o que complexifica sobremaneira o cálculo do desempenho econômico de longo prazo dos distintos municípios). Além disso, há que se entender que existem recortes regionais consolidados socialmente; e os mesmos não podem ser ignorados pelo pesquisador, sob pena de inviabilizar o diálogo e a comparação dos resultados encontrados com os resultados de pesquisas alternativas. Em suma: defendemos o ponto de vista de que o procedimento analítico mais adequado é o de partir dos recortes regionais socialmente consolidados, utilizando o próprio arsenal de indicadores de estrutura e especialização econômica para testar a consistência de uma dada “regionalização”.

⁶ Vale notar que — graças aos inúmeros institutos nacionais e regionais de pesquisa econômica (IBGE, IPEA, FGV, SEADE, FEE, Cedeplar, etc.) e à crescente disponibilização para a sociedade civil de estatísticas geradas pelas informações que as empresas repassam aos órgãos governamentais de controle e regulação da atividade econômica (o que vem dando origem a novos sistemas de dados, dentre os quais cabe salientar a RAIS, o CAGED e o

Antes de ingressarmos nesse tema crucial, contudo, cabe uma última consideração acerca das referências teóricas deste trabalho. Iniciamos nossos estudos sobre desenvolvimento regional premidos pela responsabilidade de participar da equipe de redação da **Estratégia de Desenvolvimento Econômico do Governo Olívio Dutra** (Rio Grande do Sul, 2000). Naquele momento, nossa atenção voltou-se, fundamentalmente, para as políticas econômicas mais recentes e mais bem-sucedidas de enfrentamento de disparidades regionais na Europa. De forma particular, voltamo-nos para o estudo dos processos recentes de industrialização da Terceira Itália — alavancada pela regionalização de um amplo conjunto de políticas públicas — e de desenvolvimento dos países periféricos da União Européia — em particular, Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda —, que foram fortemente impulsionados pelo projeto LEADER, da União Européia (EU).

O viés não acadêmico de nossos primeiros estudos na área impôs uma trajetória peculiar de contato com a literatura pertinente. Partimos da produção teórica mais recente (Cocco, 1999; Putnam, 1996; Porter, 1989; etc.), para, pouco a pouco, apropriarmos-nos da literatura clássica sobre teoria do desenvolvimento regional (tão bem representada na coletânea organizada por Schwartzman, 1977). Foi, assim, com grande surpresa e felicidade que — quando nossa concepção geral sobre a dinâmica de desenvolvimento regional já havia se consolidado — nos deparamos com o trabalho clássico de Douglas North (North, 1955). Pois ali se encontra antecipada a essência de nossa própria interpretação.

A diferença crucial entre a nossa leitura e a de North encontra-se no fato de que, do nosso ponto de vista, as condições que tornam pertinente a aplicação da Teoria da Base de Exportação para a interpretação de uma determinada dinâmica de desenvolvimento regional não se esgotam na exigência de que a região seja “nova”. No sentido que North e seus discípulos mais competentes, como Watkins (1977, p. 255-280), dão a essa categoria, toda a América e toda a Oceania são “regiões novas”. E, contudo, não há qualquer uniformidade entre os padrões de desenvolvimento regional de Estados Unidos, Canadá e Austrália e os padrões de desenvolvimento regional da maior parte dos países da América Hispânica, das Antilhas e das Guianas.

Na realidade, o que falta a North e a seus discípulos é historicizar as categorias econômicas com que trabalham, dando a devida centralidade às diferenças

Alice) — o volume e a qualidade das estatísticas econômicas brasileiras são notáveis. Porém a qualidade dos dados varia fortemente no tempo. As informações contidas nas primeiras RAIS não têm a mesma qualidade das informações mais recentes. Nos anos de censo demográfico, a qualidade das informações estatísticas é muito superior à dos demais anos. Por isso mesmo, é preciso aprender a ser flexível (alterando os indicadores selecionados em função da disponibilidade de dados **confiáveis**) e seletivo (pois “mais dados” não implicam “mais informação”; inúmeras vezes, implicam apenas aprofundamento desnecessário da complexidade analítica) na construção dos indicadores.

nos padrões de organização do trabalho, no grau de controle interno da cadeia de produção/comercialização e nos padrões de distribuição funcional e pessoal da renda. Ou, dito de outra forma: falta Marx (e Smith, como veremos adiante) ao institucionalismo de North, e falta Kalecki ao seu keynesianismo. Quer nos parecer que, com os devidos adendos e correções, o sistema demonstre um extraordinário poder explicativo. Senão, vejamos.

2 - As determinações fundamentais do “potencial regional”

Identificar o “potencial” de uma região é identificar aqueles setores que, uma vez mobilizados/fomentados, geram o maior benefício por unidade de custo. Isso significa dizer, em primeiro lugar, que o “potencial de uma região” deve ser pensado como a capacidade da mesma em dar início e sustentação a processos de autonomia material e bem-estar crescentes dos agentes produtivos locais e de seus dependentes com base na mobilização do maior volume possível de recursos produtivos disponíveis **internamente**. Ou, ainda, dar início e sustentação a um processo de crescimento **autopropelido**, a um processo de crescimento onde os determinantes do sucesso e da competitividade de longo prazo vão sendo **endogeneizados** de forma crescente pelas firmas e pelos agentes produtivos locais.

O “potencial regional” é, assim, antes de mais nada, a capacidade de crescimento sustentável (nos planos econômico, social e ecológico) da produção e da renda apropriada internamente. Vale dizer: a **sustentabilidade do crescimento** é a primeira e a principal determinação do que denominamos “potencial regional”. Ela é tão importante que, usualmente, o termo “potencial regional” é utilizado significando “taxa potencial de crescimento de longo prazo da região”. É isso o que usualmente se faz quando comparamos o potencial de distintas regiões e concluímos que o potencial da região **X** é superior ao potencial da região **Y**.⁷

⁷ Um desdobramento fundamental dessa primeira determinação é que **a identificação do potencial econômico regional passa a ser tarefa essencial para a administração racional de recursos públicos**. Afinal, o dinheiro público deve ser aplicado prioritariamente em programas, projetos e ações que tragam o maior benefício para o maior número possível de pessoas e pelo maior período de tempo possível por unidade de dispêndio. Cabe observar que esse critério de economicidade do gasto público pressupõe que: (a) na tradição dos teóricos do valor do século XIX, entendemos por “benefício” o somatório dos bens e serviços auferidos pela população de uma região **avaliados pelo preço de mercado** (vale dizer, pelo preço que um agente qualquer teria de pagar para obter o mesmo benefício no mercado), **inclusive quando essas vantagens são concedidas gratuitamente pelo setor público**; (b) na tradição dos marginalistas radicais do século XIX, entendemos que o dinheiro é uma mercadoria (ou um “bem”) como outra(o) qualquer, cuja

A segunda determinação de “potencial” é o seu fundamento material: os recursos **da região** que podem ser mobilizados de forma superior, ou porque estão subutilizados (vale dizer, são utilizados em tempo parcial, havendo capacidade ociosa), ou porque estão sendo utilizados de uma forma subótima, que não maximiza o rendimento potencial de sua mobilização. Aquilo que já existe — recursos naturais, plantas industriais, infra-estrutura, *know-how*, capital humano, capital social, etc. — e que se encontra subutilizado ou mal utilizado apresenta custo de oportunidade nulo ou reduzido.⁸ Por isso mesmo, identificar o potencial de uma região passa, necessariamente, pela identificação do que a região possui e se encontra subutilizado ou utilizado de forma subótima.

A terceira determinação de “potencial regional” diz respeito à especificidade da divisão regional do trabalho *vis-à-vis* à divisão internacional do trabalho. Enquanto esta última divisão é mediada pela taxa de câmbio e se impõe através de vantagens **comparativas** (ou “relativas”), a divisão regional do trabalho é definida num espaço onde moeda, regras contratuais e mercados de fatores se encontram integrados (ainda que possam apresentar especificidades regionais). Nesse caso, a divisão do trabalho pressupõe a existência de vantagens **absolutas**, o que está longe de ser uma pressuposição trivial.⁹ **É lógico e**

utilidade unitária decresce à medida que cresce a disponibilidade da(o) mesma(o); e (c) na tradição do primeiro Schumpeter (o da **Teoria do Desenvolvimento Econômico** a partir do Fluxo Circular), entendemos que a taxa de desconto intertemporal é zero, pois os agentes racionais valorizam sua condição de vida hoje tanto quanto valorizam sua condição de vida futura (e, por isso, poupam para enfrentar a velhice mesmo quando a taxa de juros real é zero). Esclarecemos esses pontos com vistas a determinar a origem das hipóteses assumidas desde aqui: (a) que os preços de mercado são índices razoáveis da escassez e dos custos sociais de produção dos bens; (b) que um mesmo benefício monetário se transforma em um benefício social tanto maior quanto mais eqüitativamente distribuídos (até o limite da indivisibilidade das utilidades a que se destinam) forem os benefícios líquidos reais gerados pela ação; e (c) que não se impõe qualquer desconto aos benefícios futuros para além do desconto imanente ao decréscimo do grau de confiança na efetividade de benefícios futuros, quanto mais longo for o período transcorrido até sua realização.

⁸ Particularmente importante é o caso de subutilização. E isto porque a mobilização de recursos subutilizados já pagos (ou cujo pagamento se impõe independentemente de quaisquer decisões de produção) é racional, desde que as receitas obtidas pela venda da nova produção cubram tão-somente os custos diretos. Esse é o fundamento da tese de Penrose de que os riscos da inovação são minimizados (e a rentabilidade líquida esperada, maximizada), quando a mesma se alicerça na **criação de novos usos para equipamentos e serviços já existentes que se encontram subutilizados**. A esse respeito, ver Penrose (1962, cap. 1 e 2). No mesmo sentido, ver Goldratt, (1997, cap. 22).

⁹ Vale a pena observar que, eventualmente, mesmo teóricos afamados da competitividade territorial não têm toda a dimensão dessa diferença crucial. Assim é que, na (diga-se de passagem, brilhante) Introdução à 5ª Edição de **A Vantagem Competitiva das Nações**, Michael Porter afirma: “Embora a análise do livro ocorra em nível de nação, a mesma base conceitual pode ser, e foi, prontamente aplicada nos níveis regional, estadual e municipal”

teoricamente impossível que um país deixe de apresentar alguma vantagem relativa frente aos demais.¹⁰ Mas não é uma impossibilidade lógica e teórica a existência de regiões que não apresentam qualquer vantagem absoluta sobre regiões vizinhas.

Felizmente, a possibilidade de uma região apresentar desvantagem absoluta em todos os setores produtivos é muito pequena.¹¹ Normalmente, as regiões apresentam disponibilidade relativa de recursos diferenciada e, por conseqüência, mesmo em um mercado unificado, apresentam preços diferenciados dos recursos produtivos intransferíveis. Essa diferenciação se resolve, via de regra, na manifestação de vantagens absolutas regionais. Até porque — como sabemos desde Smith — as principais vantagens absolutas não são “naturais”, não são função simples e direta da disponibilidade relativa de matérias-primas e fertilidade do solo, dizem respeito a competências adquiridas através da divisão do trabalho e da **especialização**.

3 - A relação entre “potencial regional” e especialização

Os argumentos acima levam-nos a concluir que a especialização regional é um “índice” importante do potencial de uma região. Afinal, se supomos que os agentes econômicos são racionais — independentemente de essa racionalidade ser circunscrita ou substantiva —, a alocação social e economicamente consolidada de recursos não pode ser tomada como gratuita, mas, isto sim, como fruto da identificação, por parte dos agentes econômicos regionais, de nichos economicamente competitivos. Nichos que, ao se tornarem objeto de mobilização de um grande número de produtores, acabam por atrair fornecedores e clientes, a montante e a jusante, deprimindo os custos de transporte dos insumos da cadeia produtiva principal, ampliando a escala social de produção e a divisão interna do trabalho e, por conseqüência, ampliando a competitividade (leia-se a vantagem absoluta) da produção setorial. Ou, para ser ainda mais

(Porter, 1989). Do nosso ponto de vista, nenhuma análise da competitividade nacional pode ser aplicada à análise da competitividade regional sem um amplo conjunto de mediações e ajustes.

¹⁰ Para tanto, basta que sejam distintas as estruturas de preços relativos do conjunto das mercadorias demandadas pelos agentes econômicos dos dois países antes da integração comercial.

¹¹ A não ser que sejam regiões desérticas despovoadas e, portanto, carentes de qualquer produção. Contudo mesmo essas regiões podem, eventualmente, apresentar algum potencial turístico, haja vista as peculiaridades do meio ambiente.

claro, a especialização é um indício muito significativo da presença da terceira determinação do potencial regional: a presença de vantagens absolutas regionais, determinadas pela disponibilidade relativa de recursos e fatores e pela emergência de economias de aglomeração.

Além disso, a especialização regional é, muitas vezes, uma manifestação do que caracterizamos acima como a segunda determinação da potencialidade: existência de recursos subutilizados ou deslocados para uma utilização subótima. E isso na medida em que, onde há especialização — no sentido de alocação regional de recursos produtivos em um determinado segmento econômico que é superior ao padrão (percentual) de alocação dos mesmos recursos na macrorregião de referência —, se fazem presentes diversos elos de uma determinada cadeia produtiva.¹² E, onde há diversos elos, emerge algum tipo de distinção entre os mesmos. Enquanto elos de uma cadeia produtiva, as diferenças manifestar-se-ão como diferenças de potencial produtivo dos mesmos. Vale dizer: alguns assumirão a forma de “gargalos”, e outros, a forma de estruturas semi-ociosas e/ou utilizadas de forma subótima.

Por fim, a especialização é já, também, a manifestação da determinação primeira de “potencial”: a “capacidade mobilizatória” de um determinado setor, o poder de “multiplicação” (no espaço e no tempo) do fomento ao mesmo. Esse é, de forma particular, o caso quando a especialização regional é medida pela participação relativa da mão-de-obra regional em um determinado segmento produtivo. Se esse é o critério de “alocação de recursos regionais”, os segmentos especializados correspondem àqueles setores cujo fomento (entendido aqui como ampliação do potencial de produção/realização e de apropriação regional de renda) se reflete, imediatamente, na mobilização de um parcela expressiva dos agentes econômicos locais. O que se desdobra — via relação renda/consumo (tal como em Keynes) ou via relação massa de salário/consumo (como em Kalecki) — na multiplicação dos estímulos originais através da elevação da demanda sobre os mais diversos bens e serviços na região.

São essas considerações que justificam a pesquisa e a disponibilização, no **Anexo Estatístico** deste artigo, dos 10 produtos agropecuários, dos 10 setores industriais e dos 10 serviços em que cada Corede é mais especializado.¹³ O deslocamento desse material para um anexo se justifica pelo fato de que, mais do que interpretar cada uma das 44 tabelas que disponibilizam essas informações (duas para cada Corede), queremos propor uma forma de interpretação das mesmas. Se isso for alcançado, as tabelas começam a “falar por si mesmas”.

¹² As medidas de especialização que adotamos estão detalhadas na seção 5 deste artigo.

¹³ Excetuados os casos dos Coredes que contam com menos de 10 setores/segmentos/ produtos de especialização superiores à média do Estado.

4 - Especialização, exportação e mercado interno regionais

A pretensão de que a especialização regional seja o principal indício das potencialidades de uma região pode causar estranheza. Em particular, àqueles leitores que associam, algo apressadamente, alta especialização com: (a) baixa diversificação produtiva e alta suscetibilidade da economia regional à evolução da demanda sobre alguns poucos produtos e (b) grande e crescente dependência de mercados externos, que subordinam a dinâmica da economia interna à dinâmica e às políticas comerciais dos países compradores e dos países concorrentes, aprofundando nossa vulnerabilidade externa. Começamos enfrentando a primeira dentre essas críticas.

4.1 - Especialização *versus* diversificação

A percepção de que quem põe todos os ovos na mesma cesta arca com um risco maior de perder tudo é tão antiga quanto verdadeira. Markowitz (1952, p. 77-91) demonstrou formalmente a validade dessa associação, ao analisar as flutuações nas variâncias das distribuições de probabilidade de rendimentos de carteiras de títulos diferenciadas pelo grau de dispersão das aplicações.¹⁴

O problema é que não se pode fazer uma transposição simples do modelo de seleção **financeira** de portfólio, de Markowitz, para um modelo de “seleção de investimentos produtivos” de um conjunto de agentes proprietários de ativos estabelecidos em um região. E isto, de um lado, porque os custos de transação no mercado financeiro são marcadamente inferiores aos custos de transação no mercado de produtos e, de outro lado, porque a rentabilidade das aplicações financeiras é uma função linear (ou quase linear) da escala de aplicação, enquanto a rentabilidade de aplicações produtivas mantém uma relação não-linear (mas exponencial, pelo menos até uma certa “escala mínima”) entre escala e rentabilidade. Os custos de transação elevados estimulam a integração vertical,

¹⁴ Para uma exposição correta — ainda que não formalizada, mas discursiva, tendo em vista as intenções didáticas do trabalho — do modelo de Markowitz em português, recomendamos a leitura do Capítulo 15 de Berstein (1997). Segundo o autor: “A matemática da diversificação ajuda a explicar sua atração. Enquanto o retorno de uma carteira diversificada equivalerá à média das taxas de retorno de seus componentes individuais, sua volatilidade será inferior à média de seus componentes individuais. Isso significa que a diversificação é uma espécie de dádiva, em que você pode combinar um grupo de papéis arriscados e com altos retornos esperados em uma carteira de risco relativamente baixo, na medida em que você minimiza as covariâncias, ou correlações, entre os retornos dos papéis individuais” (Berstein, 1997, p. 253).

os ganhos de escala estimulam a integração horizontal. E o resultado é a significativa elevação da escala mínima competitiva na indústria.

Além disso, quando se pensa em termos de desenvolvimento regional, a diversificação que importa é a diversificação produtiva do território, e não de cada agente inversor particular. E, na verdade, toda a economia especializada **bem-sucedida** (vale dizer, que endogeneizou o controle sobre os recursos produtivos e o excedente econômico) tende a ser, também, uma economia significativamente diversificada no plano produtivo.

Desde logo, uma parcela expressiva dos serviços — comércio a varejo, educação, serviços de saúde e estética, conserto e manutenção de veículos, etc. — é não *tradeable*. Esses serviços são estimulados pelo crescimento do setor especializado, o que leva ao crescimento relativo da sua participação no PIB, com impactos positivos na diversificação produtiva local.

Como se isso não bastasse, **toda a especialização regional deve ser pensada em sua dimensão de “cadeia”**. As vantagens competitivas absolutas criadas pela especialização estimulam um processo de integração regional crescente da cadeia produtiva à qual pertence o “elo especializado” que deu início ao processo. Assim, uma aglomeração primitiva de “produtores de calçados” tende a se transformar, também, em aglomeração de produtores de couro, de tecidos, de borracha, de insumos metálicos, de máquinas e equipamentos, de serviços de transporte, de serviços financeiros, de serviços de assistência técnica e consultoria, de serviços de educação profissionalizante, etc.

É bem verdade que nenhum desses dois contra-argumentos **nega** a tese de que a especialização seja, em si, fonte de risco e incerteza. Mas, se os contra-argumentos não **negam** a associação entre aumento da especialização e aumento do risco/incerteza, eles demonstram que essa associação é **dirimida** quando a especialização é “bem-sucedida”. E isso na exata medida em que a especialização bem-sucedida envolve a endogeneização dos segmentos produtores de máquinas, equipamentos e insumos. E esses são, justamente, os segmentos que enfrentam seus estrangulamentos de demanda através de estratégias de melhoria na relação custo/benefício do maquinário e dos insumos. Vale dizer: **são segmentos produtores e difusores de progresso técnico, e a consequência da sua endogeneização é a persistente redução dos custos de produção dos elos a jusante**.

Mas o significado estratégico da endogeneização do elo “maquinário” para o enfrentamento dos riscos da especialização não se esgota no que esse processo significa em termos de endogeneização da competitividade estrutural. Tão importante quanto isso é o fato de a diversificação via integração da cadeia produtiva a montante e a jusante dirimir o risco inerente à especialização, porquanto os distintos elos da cadeia podem vir a se tornar o núcleo de um novo

cluster. Assim, um *cluster* coureiro-calçadista completo pode vir a sofrer uma mudança do produto-núcleo em direção, por exemplo, ao segmento de máquinas para calçados e, por extensão, para outras máquinas com tecnologia similar de produção.¹⁵

Por fim, vale observar que, se a especialização “bem-sucedida” (vale dizer, plenamente integrada para trás e para frente) **dirime** o risco da especialização, ela não o suprime. E isto porque a dinâmica de cada um dos elos da cadeia não é única, mas fortemente correlacionada, o que, nos termos de Markowitz, implica variância elevada dos rendimentos. Só se alcança deprimir significativamente a variância de aplicações se elas são feitas em ativos cuja dinâmica apresenta baixa correlação. Isso não nega as vantagens da especialização. Mas afirma que, se o objetivo é a depressão do risco, será preciso contar com mais de um “núcleo” de especialização. O limite dessa estratégia é a rentabilidade; a total depressão do risco só é possível em economias autárquicas, de baixíssima rentabilidade.

Em termos práticos, a especialização é condição da rentabilidade, a diversificação é condição da segurança. O equilíbrio entre esses dois objetivos será encontrado quando a especialização se realizar em mais de um produto-núcleo, mas não em um número tão grande que inviabilize a mobilização de recursos suficientes para que se atinja a escala mínima competitiva necessária à conquista de vantagens **absolutas** sobre a produção dos vizinhos.

4.2 - Especialização, exportações e dependência

Smith também tem algo a nos ensinar sobre a relação entre especialização e dependência de mercados externos. Nos três primeiros capítulos de **A Riqueza das Nações**, Smith trata exatamente dessa relação. Já na abertura do Capítulo 1, Smith diz:

“O maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é

¹⁵ Como se pode ver nas tabelas do **Anexo Estatístico**, que expõem as especializações industriais dos 22 Coredes gaúchos, a capacidade de endogeneizar elos com potencial para nuclearem novos *clusters* já se encontra manifesta em algumas regiões. Esse é, em particular, o caso do Vale do Sinos, que não é a região “mais especializada” em calçados (o Paranhana-Encosta da Serra detém um Quociente Locacional superior), mas é a região gaúcha mais especializada na produção de “máquinas-ferramentas” e de “produtos de borracha” (dentre outros insumos da cadeia produtiva calçadista). Ora esses produtos têm como demandantes potenciais os novos *clusters* calçadistas nacionais (nordeste, centro-oeste, etc.) e internacionais (China, Índia, Paquistão), que ainda não endogeneizaram tais elos.

em parte dirigido ou executado parecem ter sido resultados da divisão do trabalho” (Smith, 1983, p. 41).

Mas, se o aumento da produtividade e da riqueza depende da divisão do trabalho, então o aumento da produtividade e da riqueza depende do aprofundamento dos elos de (inter)dependência de cada um dos produtores especializados com o conjunto dos fornecedores e clientes (diretos e indiretos) dos bens que insume e produz. Daí que, para Smith,

“(…) sem a ajuda e a cooperação de muitos milhares não seria possível prover as necessidades nem mesmo de uma pessoa de classe mais baixa de um país civilizado (…)” (Smith, 1983, p. 46-7).

Vale dizer: a produtividade é função da divisão do trabalho, e essa é função da existência de demandantes e ofertantes de produtos e insumos, que, por sua vez, é função da divisão do trabalho¹⁶. Donde, **a divisão do trabalho é função da divisão do trabalho**. Ou, para ir ao centro da contradição, a ampliação da produtividade depende do aprofundamento da divisão do trabalho, que é um processo social extremamente complexo e que parece pressupor algum tipo de coordenação. Como é possível que esse processo se dê em uma economia mercantil carente de qualquer coordenação das decisões de investimento e produção dos diversos agentes?

Smith não chegou a responder de forma rigorosa a essa sua questão.¹⁷ Mas anunciou uma resposta que fez escola quase dois séculos após a publicação de sua obra maior: a teoria da base de exportação. Segundo o autor,

“(…) o transporte fluvial ou marítimo abre um mercado mais vasto para qualquer tipo de trabalho do que unicamente o transporte terrestre (...). [Assim,] é na costa marítima e ao longo dos rios navegáveis que, naturalmente, todo o tipo de trabalho ou ocupação começa a subdividir-se e a aprimorar-se, e somente depois de muito tempo esses aperfeiçoamentos se estendem ao interior do país. (...)

Se tais são, portanto, as vantagens do transporte fluvial ou marítimo, é natural que os primeiros aperfeiçoamentos das artes e da manufatura se operem lá onde essa circunstância **abrir mercado do mundo**

¹⁶ Segundo Smith: “Como é o poder de troca que leva à divisão do trabalho, assim a extensão dessa divisão deve ser sempre limitada pela extensão desse poder, ou, em outros termos, pela extensão do mercado. Quando o mercado é muito reduzido, ninguém pode sentir-se estimulado ao dedicar-se inteiramente a uma ocupação, porque não poderá permutar toda a parcela excedente de sua produção que ultrapassa seu consumo pessoal pela parcela de produção do trabalho alheio, da qual tem necessidade” (Smith, 1983, p. 53).

¹⁷ A hipótese da “propensão para a troca” é mais um drile no problema do que uma tentativa efetiva de enfrentá-lo. De outro lado, não se pode chamar a “mão invisível”, pois esta já pressupõe o mercado cuja origem e desenvolvimento se quer, justamente, entender.

inteiro para a produção de cada tipo de profissão e que esses aperfeiçoamentos levem muito tempo para estender-se ao interior do país. **O interior do país pode durante muito tempo não ter nenhum outro mercado para a maior parte de suas mercadorias a não ser a região circunjacente, que o separa da costa marítima e dos grandes rios navegáveis. Por conseguinte,** a extensão de seu mercado deverá durante muito tempo ser proporcional à riqueza e à reduzida densidade demográfica daquela região, e conseqüentemente **seu aprimoramento sempre deverá vir depois do aprimoramento da região** (grifos nossos)” (Smith, 1983, p. 54-5).

Do nosso ponto de vista, Smith está apontando, nessa passagem, o fundamento legítimo do modelo de desenvolvimento regional anunciado contemporaneamente por Douglas North (1955, p. 243-58) e usualmente conhecido como “modelo de base de exportação”¹⁸. E isso na medida em que, para Smith, a transformação dessa tensa relação bifuncional entre “tamanho de mercado” e “divisão do trabalho”, de uma contradição retardadora do processo de desenvolvimento, em um fator de alavancagem desse mesmo desenvolvimento só é possível através da solução exportadora. O que passa, necessariamente, por uma dupla identificação e mobilização: (a) dos segmentos internos capazes de produzir um excedente *vis-à-vis* à demanda regional e (b) de comunidades externas aptas a demandar aquela produção excedente a um preço igual ou superior ao somatório dos custos efetivos de produção.

É importante frisar que essa solução não nega pertinência à tese de que as regiões que ingressam em um padrão de “desenvolvimento para fora” tornam sua dinâmica interna mais “dependente” da dinâmica das regiões com as quais passam a ser estabelecidas relações comerciais. Só que essa “dependência da

¹⁸ A identidade fundamental entre a construção de Smith e a de North não foi, inicialmente, percebida por este último. Essa é a razão pela qual North, em seu trabalho de 1955, restringe a pertinência de seu modelo de desenvolvimento regional às “regiões novas”, admitindo implicitamente que, para a Europa e a Ásia, seriam pertinentes as teorias do desenvolvimento que apostam em uma crescente mercantilização das relações **internas** de intercâmbio por oposição à busca de mercados externos. Esse equívoco será sanado em um trabalho de 1959, onde se lê: “O [nosso] argumento pode ser defendido, a *grosso modo*, da seguinte forma: 1) a especialização e a divisão do trabalho constituem os fatores mais importantes da expansão inicial das regiões; 2) a produção de bens para a venda fora da região induzem essa especialização; e 3) o engajamento na economia internacional em expansão (ou na nacional, no caso de algumas regiões dos Estados Unidos) nos últimos dois séculos tem sido o caminho através do qual várias regiões e nações têm alcançado o desenvolvimento econômico. **Naturalmente, este é o argumento clássico de Adam Smith, recentemente reformulado de forma sucinta no título de um artigo de George Stigler, 'The Division of Labor is Limited by the Extent of the Market'** (grifos nossos)”. (North, 1959, p. 334-55).

demanda externa” é: (a) a condição para que a “dinâmica interna” transite da estagnação secular que caracteriza as formas autárquicas (sejam elas escravistas, sejam feudais ou asiáticas) de administração da produção para o peculiar dinamismo que caracteriza o mercado; (b) articulada desde dentro, a partir de agentes e interesses internos;¹⁹ e (c) a alternativa à “dependência interna”, associada a uma articulação heterônoma dos sistemas econômicos regionais periféricos ao(s) sistema(s) regional(is)/nacional(is) dominante(s), que alavanca(m) seu crescimento a partir de sua articulação com o exterior.

Vale dizer: Smith anuncia a superação dialética da contradição entre “dependência *versus* autonomia,” ao revelar a unidade entre “autonomia” e “desenvolvimento” e entre “desenvolvimento” e “articulação voluntária, consciente e planejada com sistemas econômicos externos”. Uma superação dialética que — vale a pena observar — perfaz o núcleo da crítica “campineira” à Economia Política da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Diríamos que, tanto para Smith quanto para Cardoso de Mello, a condição da heteronomia não se encontra na articulação com o exterior, mas no **padrão** dentro do qual essa articulação é estruturada.²⁰

Quer nos parecer que a conclusão necessária desta seção é a de que a especialização produtiva regional acrítica e não planejada — vale dizer, a especialização que se realiza sem o monitoramento e a depressão da volatilidade associada à dependência de um produto e/ou de um mercado (ou de produtos e mercados diversos, mas que apresenta rendimentos e dinâmicas fortemente correlacionados) — é altamente arriscada e deve ser evitada. Porém a especialização produtiva regional controlada desde dentro e planejada com vistas à depressão da volatilidade da renda dos agentes internos é um valioso instrumento de alavancagem da mercantilização, da urbanização, da divisão do trabalho e da produtividade daquelas regiões marcadas pela estreiteza do mercado interno e pelo elevado grau de autarquização das estruturas produtivas rurais.

¹⁹ O que equivale a dizer que, se os agentes internos forem racionais nos termos de Markowitz, eles procurarão diluir sua dependência de mercados externos particulares, diversificando ao máximo suas parcerias comerciais.

²⁰ Como se sabe, para Cardoso de Mello, a economia cafeeira paulista é uma economia que, a despeito de sua forma “colonial-escravista-exportadora”, é controlada desde dentro por agentes nacionais. A interação desse sistema já mercantil e empresarial com o mercado mundial já capitalista imporá uma trajetória de modernização (transição para o assalariamento, desenvolvimento de uma rede urbana de serviços, crescente diversificação produtiva e industrialização, etc.) que se realizará sob controle interno, o que vai permitir a unificação do mercado nacional, a internalização do departamento produtor de bens de capital e a endogeneização (parcial, mas real) das condições de desenvolvimento.

5 - Identificando e medindo o potencial de uma região

Vimos acima que a especialização relativa de uma região *vis-à-vis* ao seu entorno relevante — vale dizer, àquele entorno no qual a região realiza a maior parte de sua produção e de sua demanda — é o principal indicador de sua potencialidade. Contudo, no diagnóstico preliminar — que definirá os contornos da subsequente pesquisa primária —, nós buscamos não apenas indicadores da especialização atual, mas, igualmente bem, indicadores de especialização potencial e indicadores de gargalos. E isso, na exata medida em que a dinâmica insatisfatória de uma determinada região pode estar vinculada ao padrão atual de especialização, que pode ser perverso.

Se esse é o caso, o desempenho insatisfatório pode ser enfrentado de duas formas: (a) pelo enfrentamento do(s) gargalo(s) que circunscrevem o fluxo de renda regional em um patamar inferior à sua plena potencialidade; e (b) pela reconversão da produção regional para nichos similares (no que diz respeito à mobilização de conhecimentos e recursos acumulados e subutilizados), mas distintos (no que diz respeito à potencialidade efetiva).

Ora, se estamos longe de ser um indicador suficiente e consensuado de especialização,²¹ ainda mais difícil é encontrar na literatura de economia regional qualquer consenso em torno de boas medidas de “especialização potencial” ou de “gargalos”. E isso, dentre outros motivos, porque as variáveis que seriam relevantes para a análise de “potencialidades inexploradas” e de “gargalos” regionais não são, via de regra, objeto de pesquisa e sistematização pelos principais institutos de geografia, estatística e pesquisa econômica aplicada no Brasil, o que nos obriga a trabalhar com *proxies* de qualidade e confiabilidade variada, a depender da disponibilidade cronológica e regional de informações.

Na subseção 5.1, explicitamos nossa estratégia de enfrentamento dos limites informacionais em torno dos gargalos atuais e de alternativas de especialização regional, enquanto, na subseção 5.2, procuramos orientar a análise dos indicadores de especialização *stricto sensu*, que se encontram sistematizados nas tabelas do **Anexo Estatístico** indexadas por Corede.

²¹ Voltaremos a esse ponto logo adiante, quando apresentarmos a medida de especialização privilegiada neste trabalho, o Quociente Locacional.

5.1 - Indicadores de macroespecialização, de disponibilidade de recursos e de distribuição da renda e da propriedade

Com vistas a garantir a máxima confiabilidade e universalidade às *proxies* de “especialização potencial” e de “gargalos”, optamos por privilegiar as informações disponíveis no Banco de Dados da FEE (FEEDADOS), bem como os dados recentemente divulgados no **Censo Demográfico 2000** do IBGE e aqueles levantados ao longo da produção do **Marco Referencial do Plano Plurianual 2004-2007** (Paiva; Campregher, 2002) pela Secretaria da Coordenação e Planejamento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

O volume de dados disponibilizados pelas três fontes privilegiadas é muito expressivo, o que envolve um esforço de hierarquização, seleção e descarte. Em primeiro lugar, buscamos informações sobre o que denominamos a “macroespecialização regional” (agropecuária *versus* indústria *versus* serviços). Em segundo lugar, buscamos resgatar as informações disponíveis acerca da disponibilidade, da qualidade, da distribuição da propriedade e do padrão de utilização/emprego dos fatores de produção. Esses dois conjuntos de informações nos fornecem pistas importantes sobre limites e possibilidades de reconversão produtiva regional. Em terceiro lugar, buscamos constituir indicadores acerca do padrão de internalização e de distribuição do produto e da renda regionais, que nos fornecem pistas sobre o tamanho do mercado interno e sobre o grau de endogeneização do excedente gerado na região.

Dada a riqueza das informações censitárias e do amplo volume de estatísticas regionais sistematizadas no FEEDADOS, abrem-se inúmeras possibilidades de construção de “indicadores-proxies” de potencial e de gargalos, o que impõe um exercício de exclusão gradativa daqueles indicadores cuja função enquanto *proxy* de determinada potencialidade e/ou gargalo era cumprida de forma mais adequada por outro indicador qualquer.²² E, quando o grau de

²² Nesse processo, utilizamo-nos amplamente da análise de covariância e correlação das variáveis. Como veremos adiante, ao analisarmos a Tabela 3 do **Anexo Estatístico**, calculamos a correlação de cada uma das variáveis selecionadas com o conjunto das demais. Algumas correlações se mostravam tão elevadas que restava pouco espaço para dúvida de que, na verdade, as duas variáveis expressavam, de forma distinta, uma única realidade. Esse é o caso, por exemplo, da correlação entre participação de “autônomos e conta-própria” na População em Idade Ativa (PIA) e a participação da ocupação rural na ocupação total. Esperávamos ter, na percentagem de autônomos e conta-própria dentre os ocupados, uma *proxy* da disposição dos agentes regionais para empresariarem novos negócios. Mas, como os agricultores familiares são contabilizados como autônomos e dada

precisão/confiabilidade dos indicadores alternativos era indistinguível, privilegiávamos aqueles que apresentavam uma distribuição de frequência caracterizada por uma variância superior. Afinal, o que nos interessa é identificar a **especificidade** de cada região, os fatores que a **diferenciam** das demais, os fatores que podem ser mobilizados de forma (se não única, pelo menos) peculiar e diferenciada. E, nesse sentido, *proxies* de igual confiabilidade de um mesmo indicador só se diferenciam por sua capacidade de anunciar o específico; vale dizer, só se diferenciam pela maior ou menor variância interna.

As Tabelas 1 e 2 do **Anexo Estatístico** apresentam as “proxies-indicadores” selecionadas por nós para a avaliação da estrutura econômico-produtiva e do potencial econômico dos 22 Coredes do Rio Grande do Sul. Na Tabela 3 do **Anexo Estatístico**, apresentamos as correlações entre cada uma das variáveis das Tabelas 1 e 2, que nos ajudam a determinar o real significado de alguns indicadores através da exposição de suas relações recíprocas de variação.

O objetivo primeiro da Tabela 1 do **Anexo Estatístico** é o de identificar o peso relativo de cada macrossetor — agropecuária, indústria e serviços — em termos de Valor Adicionado Bruto (VAB) e de ocupação. O que buscamos é diferenciar os municípios/regiões “rurais” dos municípios/regiões “urbanos”.²³ Ou, para usar a terminologia consagrada na literatura de desenvolvimento regional, diferenciar os municípios/regiões cujo crescimento se baseia na produção e na exportação de produtos primários dos municípios/regiões cujo crescimento se assenta na exportação de bens industriais, na prestação de serviços urbanos a agentes econômicos internos e externos e na acumulação interna de capital.²⁴

Regiões onde mais de 30% do VAB é gerado na agropecuária (o que, dados os padrões de produtividade e ocupação que caracterizam campo e cidade, se traduz, usualmente, em uma participação da população ocupada (PO) rural na PO total igual ou superior a um terço) são comunidades/municípios/regiões tipicamente **rurais**. De fato, esses territórios dependem da agropecuária de uma forma muito particular: ela é a principal fonte de integração da comunidade com o exterior. E isso em função mesmo de um dos maiores limitadores da acumulação especificamente rural: malgrado exceções, a agropecuária

a importância da agricultura familiar no Rio Grande do Sul, essa medida mostrou ser apenas uma *proxy* ruim (porquanto obscura) e desnecessária (porquanto esses indicadores estão disponíveis e podem ser acessados diretamente) da participação da ocupação agrícola na ocupação total e do padrão de distribuição de terras.

²³ Para um tratamento exaustivo dessa diferenciação, recomendamos a leitura dos trabalhos mais recentes do Professor José Eli da Veiga, disponíveis em seu *site* <www.econ.fea.usp.br/zeeli/>

²⁴ A esse respeito, ver o trabalho já citado de Watkins, **Teoria do Crescimento Econômico Baseado no Produto Primário**, que se encontra impresso em Schwartzman (1977, p. 255 e segs.).

caracteriza-se por produzir *commodities* negociadas em mercados quase perfeitos de âmbito transregional (inúmeras vezes, de âmbito internacional). O desdobramento necessário dessa assertiva é que **a demanda sobre produtos agrícolas regionais não precisa ser (e, nas regiões de baixa densidade econômica urbana, nunca é) essencialmente interna. Vale dizer: os produtos agropecuários contam com mercados externos de livre entrada, que, usualmente, são a fonte de demanda autônoma (no sentido de que não dependem do consumo e da acumulação da comunidade propriamente dita) necessária ao desenvolvimento da divisão regional mercantil do trabalho.**²⁵

Reconhecer esse fato não implica qualquer apologia da “opção agrícola” ou crítica à opção pela diversificação e pela modernização produtiva (leia-se industrialização e modernização dos serviços). O que propomos é a superação do raciocínio não dialético que toma a priorização da agricultura como sinônimo de secundarização das atividades urbanas. Pelo contrário, estamos buscando identificar as fontes internas do desenvolvimento **urbano** (que, nos municípios e nas regiões rurais, se encontra justamente na agropecuária), com vistas a alavancá-lo e, ao fim e ao cabo, deprimir a participação da agropecuária no VAB e na PO.²⁶ Até porque, como se pode ver na Tabela 3 do **Anexo Estatístico**, uma elevada participação da agropecuária no VAB e na PO regional está correlacionada **negativamente** com o PIB *per capita* regional e com os três indicadores de desenvolvimento industrial listados na Tabela 1 do **Anexo**.

De outro lado, se nos depararmos com um VAB industrial superior a um quarto do VAB total (e/ou uma PO industrial superior a um quinto da PO total), estaremos autorizados a suspeitar da existência de potencialidades imediatas na indústria regional. E isso, desde logo, porque uma indústria com semelhante grau de participação na geração de valor e na ocupação não se sustenta apenas

²⁵ Como vimos acima (na discussão sobre o paradoxo smithiano da causação circular entre mercado e divisão do trabalho), o apelo a mercados externos é a forma mais simples de romper com o círculo vicioso da estagnação autárquica. E a maneira necessária de inserção no mundo das trocas inter-regionais é produzindo, **com os recursos e conhecimentos internos**, algo de aceitação externa relativamente ampla e generalizada, o que, via de regra, em regiões emergentes no plano da produção mercantil, impõe uma especialização agropecuária.

²⁶ Como alerta Watkins, “(...) há o sério perigo de que a economia caia na ‘armadilha do produto primário’. O crescimento sustentado exige a capacidade de desviar a atenção para novos mercados internos e externos” (Watkins, 1977, p. 269). Do nosso ponto de vista, porém, a chave para essa diversificação encontra-se no controle interno do excedente gerado pela produção e pela exportação de produtos primários. Generalizando a tese de João Manuel (Mello, 1982) sobre a industrialização de São Paulo, diríamos que a exportação de produtos agropecuários para o resto do País e/ou do mundo, **desde que articulada e planejada por agentes internos**, é a base necessária de industrialização **endógena** de regiões americanas inseridas, na ordem mercantil, na condição de “fronteira agrícola”.

com o mercado regional, mas é, ela mesma, exportadora e, por conseguinte, articula fontes internas de demanda sobre a produção agropecuária e, principalmente, sobre os serviços urbanos regionais. Além disso, ao contrário da demanda sobre produtos agropecuários, a demanda sobre produtos industriais é tipicamente imperfeita, podendo ser alavancada por políticas empresariais e públicas especificamente voltadas a esse objetivo. Por fim, podemos perceber que, dado que os ativos industriais tendem a ser mais específicos (menos flexíveis) do que os ativos agropecuários, é crônica a emergência de gargalos, o que implica produção potencial superior à demanda efetiva nos “não-gargalos”. E, como já vimos, a existência de recursos intransferíveis subutilizados (especialmente quando os custos de manutenção são total ou parcialmente irre recuperáveis e os custos de uso são diminutos) é uma condição “quase suficiente” de inovação e diversificação produtiva.

O senso comum, que vê na especialização industrial um índice de desenvolvimento econômico e social, vê-se corroborado na Tabela 3 do **Anexo Estatístico**. Vale chamarmos atenção para os seguintes fenômenos: (a) a variável PIB *per capita* apresenta correlação positiva expressiva apenas com as três medidas de desenvolvimento industrial (apresentando uma expressiva correlação negativa com as medidas VAB agropecuária/VAB total e VAB serviços/VAB total); e (b) à diferença da agropecuária e de serviços, a indústria apresenta uma relação positiva (ainda que menor do que 0,6) entre PO na indústria/PO total e produtividade do Tr na indústria.²⁷

Mas, se uma elevada participação do VAB e/ou da PO da agropecuária e da indústria é indicador do potencial desses macrossetores para a geração regional de trabalho e renda, **uma elevada participação do VAB e/ou da PO no macrossetor serviços pode estar expressando apenas a “estruturalidade” da crise produtiva da economia regional**. É o que transparece nas **correlações negativas** entre, de um lado, VAB serviços/VAB total e PO serviços/PO total, e, de outro, o PIB *per capita*. Além disso, podemos notar as correlações negativas entre produtividade de serviços e PO serviços/PO total (de -0,84) e VAB serviços/VAB total (de -0,67). Diferentemente, o indicador de **produtividade do trabalho em serviços** é correlacionado positivamente com o PIB *per capita* e com os três indicadores de desenvolvimento industrial.

Esses resultados não chegam a surpreender. Devido às diminutas barreiras à entrada que caracterizam os serviços tradicionais (mormente o comércio a varejo, os serviços domésticos e alguns segmentos dos serviços de lazer e

²⁷ Tr é um índice em que a “relação schumpeteriana” (maior a produtividade, maior a competitividade, maior o emprego no setor) deve ser verdadeira para a Indústria, ainda que não pareça ser para os outros dois macrossetores (em particular para o Serviços, onde a correlação entre “produtividade” e “participação na PO” é fortemente negativa).

recreação), os mesmos tendem a se tornar o desaguadouro da População Economicamente Ativa (PEA) redundante na agropecuária, na indústria e nos serviços modernos, o que nos leva a concluir que — ao contrário da agropecuária e da indústria — o indicador realmente relevante para a identificação de potencialidades regionais no Setor Terciário se encontra na **produtividade do trabalho** em serviços.

E isso em dois sentidos: de um lado, uma elevada produtividade em serviços — particularmente quando a medida é captada para municípios que já são (ou estão se constituindo como) pólos regionais — é um indicador de possibilidade de expansão da rede de serviços interna com vistas a atender a demandas da periferia regional; de outro lado, uma produtividade particularmente baixa no setor serviços pode ser a expressão de um gargalo limitador da dinâmica regional. Particularmente, os municípios e as microrregiões que se encontram relativamente afastados dos pólos consumidores responsáveis pela absorção de sua produção mercantil de exportação precisam contar com serviços de comercialização e transporte suficientemente produtivos e econômicos para contrabalançar as desvantagens nos custos de transporte.

Na Tabela 2 do **Anexo Estatístico**, são apresentados indicadores da disponibilidade de fatores de produção, de sua estrutura de apropriação/distribuição e da estrutura/tamanho do mercado consumidor regional. Os indicadores são: (a) PO/PIA com rendimento; (b) desocupados/PEA; (c) emprego formal/emprego total; (d) empregadores/1.000 habitantes; (e) Índice de Gini da posse da terra; (f) percentual da PIA com rendimento superior a cinco salários mínimos no total da PIA com rendimento; (g) densidade demográfica; (h) rendimento domiciliar declarado (RDD) *per capita*; e (i) RDD/PIB.

Os indicadores PO/PIA com rendimento e desocupados/PEA apresentam-nos o padrão de utilização da força de trabalho local. Vale observarmos que, normalmente, a PIA com rendimento é superior à PO, pois uma parcela não desprezível das rendas são transferências públicas para aposentados e pensionistas e rendimentos sobre a propriedade do empreendimento (lucros, juros, dividendos, aluguéis). Assim, o primeiro indicador é, simultaneamente, uma *proxy* da apropriação regional de excedente (lucros, juros, aluguéis, aposentadorias, pensões, etc.) e uma *proxy* da ocupação sem rendimento.²⁸ Exemplificando: os Coredes Médio Alto Uruguai, Fronteira Noroeste, Noroeste Colonial, Norte e Vale do Rio Pardo, que apresentam PO/PIA com rendimento superior a 90%, apresentam também uma baixa apropriação regional do excedente e uma elevada percentagem de ocupados sem rendimento. Esse

²⁸ Quanto menor a percentagem de ocupados no interior da PIA com rendimentos, maior a percentagem de rendimentos do não-trabalho no rendimento total e/ou menor a percentagem de agentes ocupados sem rendimento.

parece ser o desdobramento necessário de uma estrutura fundiária pouco concentrada (ver a correlação negativa entre esse indicador e o Índice de Gini), que caracteriza a agricultura familiar, e de uma relação de dependência *vis-à-vis* aos agentes econômicos externos, que se apropriam de parte da renda gerada nos Coredes, mas despendem essa renda (consumindo ou investindo) em outras regiões. Simultaneamente, essas regiões apresentam um índice de desemprego (desocupados/PEA) significativamente inferior à média do Estado. O que implica dizer que não existem entraves à mobilização/ocupação da força de trabalho disponível, mas essa força de trabalho está sendo alocada em setores de baixa produtividade e de baixa capacidade de geração **interna** de rendimentos.

A relação emprego formal/emprego total é um outro indicador da estrutura do mercado de trabalho. Como se pode ver na Tabela 3 do **Anexo Estatístico**, esse indicador apresenta uma correlação fracamente negativa com a percentagem de desocupados (taxa de desemprego), indicando que a maior ou menor eficácia na resistência à precarização das relações de trabalho tem pouca (se é que tem alguma) influência sobre o nível de ocupação. De outro lado, a maior formalidade no mercado de trabalho é fortemente correlacionada com o PIB *per capita*, com o número de empregadores por 1.000 habitantes e (de forma menos intensa) com o rendimento domiciliar declarado *per capita*. Mas a correlação mais expressiva desse indicador é com VAB da indústria/VAB total, que perfaz 0,8471, o que denota o fato de o grau de formalização do mercado de trabalho ser fortemente condicionado pelo grau de industrialização de uma região.

O número de empregadores por 1.000 habitantes é uma *proxy* da capacidade “empreendedora” da região. Vale notar sua correlação positiva com a formalidade do mercado de trabalho, com a distribuição da renda, com o PIB *per capita* e com o RDD *per capita*.

O Índice de Gini de posse da terra explicita o grau de **desigualdade** na distribuição da terra.²⁹ Vale notar sua expressiva correlação positiva com o indicador de desemprego e sua correlação negativa com a renda *per capita*. Além disso, vale notar a correlação positiva do Gini com o importante indicador RDD/PIB; que será considerado logo adiante.

O indicador percentual da população com rendimento superior a cinco salários mínimos mensais/total da população com rendimentos é uma *proxy* da concentração regional da renda. Esse indicador apresenta uma correlação

²⁹ Vale dizer: ele não mede a **concentração** da propriedade em uma dada população; mas a **concentração relativa** no interior da **população proprietária**. Por isso mesmo, onde virtualmente inexistente pequena propriedade (como na Fronteira Oeste), o Índice de Gini é inferior ao de regiões onde o pequeno agricultor convive com o grande proprietário (como, por exemplo, na Metropolitana Delta do Jacuí).

negativa com a participação da PO na agricultura e positiva com a participação da PO em serviços. Tal resultado parece derivar, em primeiro lugar, do fato de os agricultores familiares não serem classificados como empresários, mas como autônomos. Além disso, pesa sobre a correlação o fato de a agricultura familiar gerar rendimentos não monetários (a partir da produção para consumo próprio) que não são apropriados pelo **Censo**, o que amplifica (e distorce) a relação entre participação da PO na agricultura e concentração da renda (monetária). Por fim, as menores barreiras à entrada nos serviços tradicionais (*vis-à-vis* às demais atividades privadas urbanas, indústria e serviços modernos) contribuem para o sobredimensionamento da correlação entre nossa *proxy* de empreendedorismo e a participação da PO em serviços. Menos viesada, e mais significativa, parece ser a correlação positiva da nossa *proxy* de distribuição com o indicador de capacidade empreendedora regional (empregadores por 1.000 habitantes).

Quanto ao rendimento domiciliar declarado *per capita*, vale salientar (para além do já apontado) que ele apresenta uma correlação positiva, mas pouco expressiva, com o PIB *per capita*. Vale dizer: **nem sempre um elevado PIB *per capita* implica um elevado rendimento dos habitantes da região**. Se o controle do processo de produção/beneficiamento/comercialização é realizado por agentes com domicílio em outras regiões, o rendimento que lhes cabe (e que corresponde, via de regra, ao excedente) será externalizado.

Finalmente, cabe analisar o significado do indicador RDD/PIB. A princípio, o rendimento domiciliar declarado deveria ser equivalente à renda familiar disponível (RFD), que é menor do que o PIB. Mais exatamente, $RFD = \text{renda privada disponível (RPD)} - (\text{reservas para depreciação} + \text{lucros retidos})$; enquanto a renda privada disponível é definida como $RPD = \text{PIB} - \text{renda líquida enviada ao Exterior} - \text{renda líquida do Governo}$, o que equivale a dizer que a RFD será igual a $RFD = \text{salários} + (\text{juros, lucros e aluguéis pagos a indivíduos residentes}) + \text{transferências governamentais pagas a indivíduos residentes} - \text{Impostos sobre Renda e patrimônio de indivíduos residentes}$.³⁰

Como sabemos, no Brasil: (a) parcela expressiva das transferências governamentais é feita às empresas (mormente as referentes ao pagamento dos juros da dívida pública); (b) as reservas para depreciação e os lucros retidos nas empresas são os principais suportes financeiros dos investimentos empresariais; e (c) o déficit na conta Serviços do balanço de pagamentos (que deprime a RPD e, assim, a RFD) é estrutural. Fica claro, portanto, que a RFD será substancialmente inferior ao PIB em nosso país.

Existe, contudo, uma diferença substancial entre a RFD e o RDD por nós tabulada no **Anexo Estatístico**: a base desta última é o valor **declarado** pelo

³⁰ A esse respeito, ver Feijó *et al.* (2001, p. 65 e segs.).

entrevistado na aplicação do questionário do **Censo Demográfico**. E o rendimento domiciliar **declarado** é, usualmente, inferior ao rendimento domiciliar efetivo; particularmente (mas não só) em função do temor dos declarantes em relação a eventuais cruzamentos das informações censitárias com as informações disponibilizadas à Receita Pública. Essa diferença determina que o RDD perfaça uma parcela ainda menor do PIB *vis-à-vis* à parcela representada pela renda familiar disponível³¹.

Como se pode ver na Tabela 2 do **Anexo Estatístico**, a relação RDD/PIB no Rio Grande do Sul gira em torno de 50%. Entendemos que esse resultado advém da soma dos dois conjuntos de determinantes considerados acima: aqueles que explicam a diferença entre PIB e RFD e aqueles que explicam a omissão voluntária de informações (e que, por conseqüência, impõem um RDD inferior ao rendimento domiciliar efetivo). Podemos, assim, tomar aquela média estadual como referência para avaliar a relação RDD/PIB dos diversos Coredes e municípios do Rio Grande do Sul³².

Desde logo, o que chama atenção é a elevada variação em torno da média desse indicador. Entre os Coredes, a relação entre RDD/PIB varia de um máximo de 78,26% (Metropolitana Delta do Jacuí) até um mínimo de 31,97% (Vale dos Sinos). O desvio padrão desse indicador, quando se tomam os Coredes por referência, é de 12%. Mas o potencial de variação desse indicador só se revela plenamente quando tomamos os municípios como referência. Desde logo, o desvio padrão do RDD/PIB entre municípios é de 17%. Mas isso ainda não diz tudo. **Para que se tenha uma dimensão da variabilidade desse indicador, é preciso resgatar os limites superiores e inferiores da relação RDD/PIB, que é de 120,33% para Santa Maria e de 2,32% para Triunfo.**

Do nosso ponto de vista, essas diferenças expressivas no interior do Estado do Rio Grande do Sul revelam as expressivas desigualdades regionais no que

³¹ Acreditamos que a RFD, calculada a partir de informações secundárias, mas dentro de parâmetros científicos, esteja mais próxima do rendimento efetivo do que a RDD. Infelizmente, não dispomos das informações necessárias para calcular a RFD em nível municipal no Rio Grande do Sul. De outro lado, a disponibilização das informações municipalizadas do **Censo Demográfico 2000** permite que se calcule o RDD. **Supondo que a percentagem do rendimento domiciliar omitido *vis-à-vis* ao rendimento domiciliar efetivo não varie significativamente de um município para outro** (hipótese que convém testar à medida que forem disponibilizadas as informações necessárias para tanto), **podemos tomar o RDD como uma boa proxy do rendimento domiciliar efetivo.**

³² Vale lembrar que a média estadual corresponde a uma média ponderada (e não à média aritmética) da relação RDD/PIB dos Coredes ou dos municípios. A RDD/PIB média dos Coredes é de 48,64%, e a RDD/PIB média dos municípios é de 40,54%. Esses resultados revelam que os Coredes e os municípios de menor porte (que são a maioria) tendem a apresentar uma relação RDD/PIB inferior ao dos Coredes e dos municípios de maior porte e maior expressão econômica.

diz respeito à **geração** e à **apropriação** de rendimentos. De forma particular, essas diferenças são explicadas pelas desigualdades no grau de controle dos agentes residentes sobre o excedente operacional bruto gerado na região e sobre a carga tributária incidente sobre atividades realizadas internamente.³³ Para além desse fator, há que se considerar ainda que as opções de domicílio de trabalhadores, aposentados e pensionistas não correspondem, necessariamente, aos territórios nos quais é gerado o produto que está na base do rendimento auferido pelos mesmos. Assim é que municípios-dormitório (como Alvorada, cuja relação RDD/PIB é de 109%) ou municípios com características turísticas capazes de atrair a residência de aposentados (como Canela, cujo RDD/PIB é de 85%, ou Tramandaí, cujo RDD/PIB é de 96%) apresentam uma apropriação interna de rendimentos muito superior à média estadual.

Essa interpretação é corroborada pela análise das correlações entre RDD/PIB e os demais indicadores levantados por nós. Em particular, chamam atenção as correlações expressivas desse indicador com (a) o Índice de Gini de posse da terra de 0,68, (b) com o PIB *per capita* de 0,60, (c) com o VAB indústria/ VAB total de 0,44, e (d) com o PO serviços/PO total de 0,78 acionado com o RDD *per capita*. Desde logo, essas correlações revelam que um elevado RDD/PIB não é, necessariamente, um indicador de elevado desenvolvimento econômico e humano. E isso na medida em que um elevado controle interno do excedente pode estar expressando tão-somente a pequenez do mercado interno e a dificuldade das atividades primárias e terciárias regionais em atrair empresas voltadas ao beneficiamento industrial da produção local.

De outro lado, não podemos cair no equívoco oposto e tomar a relação RDD/PIB como um indicador de subdesenvolvimento. Na realidade, se este não é um indicador estritamente positivo, ele é um indicador de potencialidades. E isso na medida em que um elevado RDD/PIB revela uma elevada apropriação regional do excedente, que pode ser mobilizado para a reconversão produtiva da região. De outro lado, uma relação RDD/PIB muito baixa (como a que se manifesta em municípios como Triunfo ou em Coredes como o Vale do Rio dos Sinos e o Vale do Rio Pardo) revela a existência de um *gap* entre produção e

³³ Sem sombra de dúvida, o fato de os proprietários das empresas que operam no Pólo Petroquímico de Triunfo não serem residentes nesse município e o fato de a elevada carga tributária incidente sobre as atividades do Pólo não reverter necessariamente para o pagamento de salários do funcionalismo público na Cidade de Triunfo estão no centro da explicação da baixíssima relação RDD/PIB desse município. De outro lado, Santa Maria — que não é uma cidade tipicamente industrial, mas uma cidade-pólo de serviços, inclusive públicos e administrativos — beneficia-se com a transferência de recursos estaduais e federais para o pagamento de salários do funcionalismo público em montantes que muito provavelmente superam a contribuição tributária do Município.

apropriação que pode e deve ser objeto de enfrentamento a partir de políticas públicas voltadas à endogeneização do controle do excedente econômico gerado na região.

5.2 - Indicadores de especialização *stricto sensu*

O Quociente Locacional é a medida de especialização regional mais difundida em pesquisas voltadas à identificação da estrutura econômica e das potencialidades dos territórios.³⁴ Ele busca confrontar a participação relativa de um determinado setor e/ou segmento produtivo na economia de uma dada região com a participação relativa desse mesmo setor e/ou segmento em uma região de referência (normalmente, a macrorregião que engloba a primeira).

Evidentemente, existirão tantos QLs quantas forem as medidas de participação relativa do setor e/ou segmento **X**. A medida de participação mais utilizada é a percentagem dos **empregos** gerados no setor/segmento *vis-à-vis* ao conjunto dos **empregos** do território. Vale dizer:

$$QL = \frac{\frac{\text{Número de trabalhadores do setor Y na região X}}{\text{Número de trabalhadores da região X}}}{\frac{\text{Número de trabalhadores do setor Y no RS}}{\text{Número de trabalhadores do RS}}}$$

Uma variação freqüente dessa medida (imposta pela elevada informalidade das relações empregatícias e pela baixa confiabilidade das estatísticas não censitárias disponíveis) são a circunscrição do numerador das duas frações ao trabalho formal e a circunscrição do denominador das mesmas a um determinado macrossetor. Exemplificando: o número de trabalhadores empregados com

³⁴ Para uma avaliação do Quociente Locacional e de alternativas a essa medida de especialização, ver Haddad (1989, p. 232 e segs.). Recentemente, um conjunto de pesquisadores do Cedeplar desenvolveu uma medida compósita de especialização voltada à identificação de *clusters* regionais (Crocco, et al., 2003). Do nosso ponto de vista, contudo, por mais pertinente que seja a identificação de *clusters* consolidados e competitivos, essa medida não se presta à identificação de especializações regionais em *status nascendi*; vale dizer, daquelas especializações que sinalizam a existência de um "potencial" mais do que a existência de um sistema produtivo especializado.

carteira assinada na indústria calçadista do Corede Paranhana-Encosta da Serra em dezembro de 2000 era de 30.047. O número total de trabalhadores empregados com carteira assinada da **indústria de transformação** desse Corede era, na mesma data, de 35.768. De forma que a indústria calçadista é responsável, na região, pela geração de 84% dos empregos da **indústria de transformação** da região. De outro lado, o número de trabalhadores formalmente empregados na indústria calçadista do Rio Grande do Sul, na mesma data, é de 120.596; e o número total de trabalhadores formalmente empregados na indústria de transformação gaúcha é de 505.402. De forma que o emprego formal no segmento calçadista corresponde a 23,86% do emprego total da indústria gaúcha de transformação. Vale dizer: a indústria calçadista no Paranhana-Encosta da Serra é responsável por uma parcela do emprego total 3,5205 vezes maior do que a parcela de emprego na indústria calçadista do Estado. Dizemos, assim, que esse Corede é especializado na produção de calçados, o que se revela no QL do segmento, que é de 3,5205.

O principal limite dessa relevante medida de especialização encontra-se na sua tendência à sobredimensionar a especialização regional em segmentos onde a macrorregião de referência é subespecializada *vis-à-vis* à “megarregião” de que faz parte (o resto do país, o resto do mundo, etc.). Exemplificando: o segmento de construção, montagem e reparação de aeronaves conta com apenas 61 assalariados formais no Rio Grande do Sul. Dentre estes, 18 encontram-se empregados em Santa Maria, principal município do Corede Central. E, como o número de trabalhadores da indústria de transformação no Corede Central e no Rio Grande do Sul é de, respectivamente, 10.590 e de 505.402, então o QL do segmento construção, montagem e reparação de aeronaves no Corede Central é de 14,1, o valor mais elevado dentre todos os QLS industriais desse Corede.

É fácil perceber, contudo, que esse resultado não advém da expressiva especialização do Corede no segmento, mas de dois outros determinantes: (a) a irrelevância do segmento no emprego estadual e (b) as peculiaridades locais de Santa Maria, que determinaram que, a despeito da significação diminuta do setor para o Estado, essa cidade viesse a contar com um pequeno (em termos absolutos, ainda que muito grande, em termos relativos) número de trabalhadores no segmento, no período especificado.

Uma forma de driblar esse problema é descartando aqueles segmentos menos expressivos na economia da macrorregião de referência. Essa foi, exatamente, a estratégia adotada por nós na identificação dos QLS industriais e de serviços para os 22 Coredes do Rio Grande do Sul. Esses QLS só são calculados para aqueles segmentos que contam, pelo menos, com 500 empregados no Estado.

Contudo também essa solução pode ser enganadora. E isso na medida em que a pouca expressão **atual** de um segmento qualquer para a macrorregião

de referência não é argumento suficiente para que o descartemos dentre as alternativas capazes de **potencializar** o crescimento de microrregiões específicas. Assim é que, por exemplo, a despeito de o Rio Grande do Sul ser responsável por apenas 1,4% da produção nacional de abacaxi, não podemos desconsiderar esse produto numa avaliação das potencialidades agrícolas do Corede Litoral, que, sintomaticamente, é responsável por 67% da produção estadual de abacaxis.

Essa é uma situação tão mais delicada na medida em que, por características da produção rural — sazonalidade, pluriatividade do agricultor, informalidade das relações trabalhistas no campo, etc. —, é virtualmente impossível calcular-se o QL dos distintos segmentos/produtos agrícolas com base nos (parcos e falhos) dados disponíveis de ocupação e emprego rurais. De forma que se faz necessário lançar mão de outras medidas de participação relativa de um segmento e/ou produto qualquer na produção agrícola total das microrregiões e da macrorregião de referência. Medidas estas que, via de regra, não são igualmente eficientes para a avaliação da capacidade de segmentos/produtos determinados mobilizarem a ocupação e a renda regionais.

Neste trabalho, optamos por um “pseudo-QL”, obtido a partir do cruzamento de duas informações disponíveis: o valor da produção de cada cultura agropecuária e o VAB agropecuário regional. De forma que o QL da agropecuária toma a seguinte forma:

$$\text{QL} = \frac{\frac{\text{Valor da produção da mercadoria agropecuária Y na região X}}{\text{VAB agropecuário da região X}}}{\frac{\text{Valor da produção da mercadoria agropecuária Y no RS}}{\text{VAB agropecuário do RS}}}$$

6 - À guisa de conclusão

Como já observamos anteriormente, este trabalho volta-se, fundamentalmente, à identificação dos indicadores relevantes para um diagnóstico preliminar das potencialidades regionais. Não é nosso objetivo, aqui, encetar esse diagnóstico para os 22 Coredes gaúchos. Acreditamos que, esclarecidos os significados dos indicadores por nós construídos, o exercício de produção

desses diagnósticos preliminares mostra-se bastante simples. Nesse sentido, as observações e as exemplificações introduzidas nestas considerações finais visam, tão-somente, estimular os leitores à realização autônoma de um tal exercício.

Os indicadores de macroespecialização, de disponibilidade de recursos e de distribuição da renda e da propriedade dão-nos pistas valiosas das potencialidades e gargalos da economia regional. Por exemplo: um elevado índice de desemprego e um elevado Gini da terra são indicadores da existência de trabalho e terras redundantes e/ou utilizados de forma subótima, cuja reconversão deve apresentar um baixo custo de oportunidade. Uma baixa relação RDD/PIB revela um processo de drenagem do excedente que, muito provavelmente, se traduz na restrita acumulação financeira dos agentes internos. Nesses casos, a acumulação interna tende a ser insuficiente para o financiamento dos empreendimentos regionais que seriam necessários ao aproveitamento de oportunidades e ao enfrentamento dos gargalos identificados. Fomento a investimentos em setores intensivos em mão-de-obra, reforma agrária, expansão/desburocratização da concessão de financiamento aos empresários locais, apoio a atividades associativas e cooperadas (como forma de mobilizar internamente o volume de recursos necessários ao empreendimento com um mínimo comprometimento do erário) são respostas razoáveis em um tal quadro, devendo ser objeto de determinação superior em uma pesquisa primária.

Mas são as medidas de especialização *stricto sensu* que nos fornecem as melhores “pistas” do potencial de um Corede, bem como dos riscos associados ao mesmo. Tomemos, por exemplo, o Paranhana-Encosta da Serra. Ele apresentou um desempenho econômico significativamente superior à média do Estado ao longo dos anos 90.³⁵ Não obstante, o seu quadro de especialização é muito preocupante. Apenas cinco setores industriais apresentam QL superior a 1. Dentre esses cinco, o último (reciclagem de sucatas não-metálicas, cujo QL é de apenas 1,007) é pouco significativo em termos econômicos; outros três segmentos (fabricação de calçados, curtimento do couro e fabricação de artefatos de papelão) são dependentes da dinâmica de um único produto (calçados), enquanto o setor fabricação de defensivos agrícolas não parece estabelecer qualquer diálogo com a agropecuária regional, que corresponde a míseros 3,68% do VAB e se caracteriza por ser especializada em um único produto, a goiaba, de pequena expressão econômica em nosso estado.

Os Coredes Vale do Rio dos Sinos e Metropolitano Delta do Jacuí também apresentam uma participação diminuta da agropecuária no VAB (respectivamente, 0,23% e 0,85%), o que revela o grau de subutilização de terras localizadas

³⁵ A esse respeito, ver Paiva e Campregher (2002, Tabela 2.1).

nas cercanias do maior e mais sofisticado centro consumidor da Região Sul do Brasil. A pequena expressão econômica da agropecuária regional não pode ser imputada tão-somente ao peso da indústria e de serviços na RMPA. O Serra é tão industrializado quanto os dois Coredes supra-referidos, entretanto o seu dinamismo industrial não sufoca, mas articula-se à produção agropecuária regional. De qualquer forma, é preciso reconhecer que a fragilidade da “perna rural” é parcialmente compensada, naqueles dois Coredes, pela expressiva diversificação industrial e em serviços. Em particular, cabe notar que o Vale do Sinos apresenta o maior QL no segmento fabricação de máquinas-ferramentas e o segundo maior QL na fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso específico. Da mesma forma, o Metropolitana Delta do Jacuí é tão especializado quanto diversificado na área de serviços e conta com 53 segmentos industriais com QL superior a 1.

Em oposição aos três Coredes supra-referidos, os Médio Alto Uruguai, Nordeste, Missões e Noroeste Colonial têm, na agropecuária, mais de 30% do VAB regional e algo em torno dos 40% da população ocupada. Não obstante, são Coredes significativamente diferenciados no que diz respeito ao grau de integração entre agropecuária, indústria e serviços. Enquanto as especializações agropecuárias, industriais e de serviços do Médio Alto Uruguai e do Corede Nordeste apresentam pouca ou nenhuma conexão, é notável a integração de algumas cadeias produtivas nas Missões e no Noroeste Colonial. Em particular, vale observar como as especializações agropecuárias em soja, leite e cana-de-açúcar se desdobram em especializações nos segmentos industriais de óleos vegetais, laticínios e bebidas. **Esses setores integrados são, com certeza, os primeiros que devem ser investigados em uma pesquisa primária voltada à determinação superior do potencial regional.** Afinal, qualquer estímulo de demanda ao elo final da cadeia produtiva regional deve reverberar sobre os elos a montante, estimulando o conjunto da economia local.

Por fim, cabe uma breve observação sobre os indicadores dos Coredes localizados na Metade Sul. Desde logo, cabe notar que as maiores taxas de desemprego do Estado se encontram nos Coredes Fronteira Oeste e Campanha, enquanto o Corede Sul ocupa o quarto lugar nesse quesito. De outro lado, manifestam-se grandes diferenças entre os supracitados. Em primeiro lugar, é notável a pequena diversificação da produção no Campanha e no Fronteira Oeste, especializados em arroz e carnes. Essa excessiva dependência de poucos produtos é ainda mais preocupante, na medida em que a crescente integração do Brasil no Mercosul expõe esses setores às competentes concorrências uruguaia e argentina.

Por oposição à situação do Campanha e do Fronteira Oeste, o Corede Sul conta com uma expressiva diversificação industrial e em serviços, ao mesmo tempo em que essa especialização agrícola se articula com a indústria regional.

Um bom exemplo é o elevado QL do segmento industrial processamento, preservação e produção de conservas, que se beneficia de uma produção agrícola regional com ênfase na fruticultura e em alguns grãos e leguminosas que servem de insumo ao Sistema Local de Produção (SLP) conserveiro. Vale dizer: manifesta-se aqui a presença de uma cadeia agroindustrial cuja estimulação deve induzir um expressivo crescimento da RDD regional a montante.

Por fim, vale insistir num ponto: a adequada interpretação de cada um dos indicadores construídos para os 22 Coredes gaúchos pressupõe a realização não de um, mas de vários outros trabalhos. Acreditamos, porém, que, definido o significado dos indicadores, tais exercícios podem e devem ser feitos por qualquer pesquisador interessado em avaliar as potencialidades de uma região específica. Mais do que isso: entendemos que, devidamente interpretados, os indicadores da estrutura e das especializações econômicas regionais são a condição necessária e suficiente para definir o escopo da pesquisa primária complementar e responsável pela efetiva avaliação dos benefícios/custos do apoio a distintos segmentos produtivos.

Anexo estatístico

Mapa 1

Representação dos 22 Coredes do Rio Grande do Sul



Legenda:

- | | |
|------------------------|-----------------------------------|
| 1 - Alto Jacuí | 12 - Noroeste Colonial |
| 2 - Campanha | 13 - Norte |
| 3 - Central | 14 - Paranhana-Encosta da Serra |
| 4 - Centro-Sul | 15 - Produção |
| 5 - Fronteira Noroeste | 16 - Serra |
| 6 - Fronteira Oeste | 17 - Sul |
| 7 - Hortênsias | 18 - Vale do Cai |
| 8 - Litoral | 19 - Vale do Rio dos Sinos |
| 9 - Médio Alto Uruguai | 20 - Vale do Rio Pardo |
| 10 - Missões | 21 - Vale do Rio Taquari |
| 11 - Nordeste | 22 - Metropolitano Delta do Jacuí |

FONTE: FEE.

Tabela 1

Indicadores selecionados da especialização dos Coredes e do RS nas produções agropecuária, industrial e de serviços — 2000

COREDES E RIO GRANDE DO SUL	VAB DA AGROPECUÁRIA/VAB TOTAL (%)	PO DA AGROPECUÁRIA/PO TOTAL (%)	PRODUTIVIDADE DO TRABALHO NA AGROPECUÁRIA (R\$)	VAB DA INDÚSTRIA/VAB TOTAL (%)	PO DA INDÚSTRIA/PO TOTAL (%)	PRODUTIVIDADE DO TRABALHO NA INDÚSTRIA (R\$)	VAB DE SERVIÇOS/VAB TOTAL (%)	PO SERVIÇOS/PO TOTAL	PRODUTIVIDADE DO TRABALHO NOS SERVIÇOS (R\$)
Alto Jacuí	29,68	29,46	15 021,62	12,37	15,85	11 632,00	57,95	54,68	15 800,47
Campanha	23,74	18,35	18 871,27	18,37	17,32	15 470,97	57,88	64,33	13 124,76
Central	25,43	26,47	11 115,27	10,56	15,30	7 981,51	64,01	58,23	12 718,59
Centro-Sul	19,61	35,08	7 938,27	29,25	19,44	21 364,74	51,14	45,48	15 968,37
Fronteira Noroeste	24,80	47,15	7 337,82	29,99	13,53	30 911,23	45,20	39,31	16 038,26
Fronteira Oeste	29,33	17,14	23 503,54	12,21	14,24	11 776,90	58,46	68,62	11 702,79
Hortênsias	16,51	17,59	12 198,80	25,92	34,71	9 706,86	57,57	47,71	15 679,92
Litoral	13,13	19,15	7 599,15	9,72	25,67	4 198,43	77,15	55,19	15 499,85
Médio Alto Uruguai	43,26	59,87	7 340,05	2,88	10,23	2 861,60	53,86	29,91	18 295,01
Missões	34,16	39,35	10 489,91	7,21	11,99	7 267,05	58,63	48,66	14 559,55
Nordeste	41,07	41,66	13 879,41	8,13	16,43	6 965,77	50,80	41,91	17 062,45
Noroeste Colonial ..	30,16	45,01	8 419,61	15,08	13,45	14 092,78	54,76	41,54	16 563,12

(continua)

Tabela 1

Indicadores selecionados da especialização dos Coredes e do RS nas produções agropecuária, industrial e de serviços — 2000

COREDES E RIO GRANDE DO SUL	VAB DA AGROPECUÁRIA/VAB TOTAL (%)	PO DA AGROPECUÁRIA/PO TOTAL (%)	PRODUTIVIDADE DO TRABALHO NA AGROPECUÁRIA (R\$)	VAB DA INDÚSTRIA/VAB TOTAL (%)	PO DA INDÚSTRIA/PO TOTAL (%)	PRODUTIVIDADE DO TRABALHO NA INDÚSTRIA (R\$)	VAB DE SERVIÇOS/VAB TOTAL (%)	PO SERVIÇOS/PO TOTAL	PRODUTIVIDADE DO TRABALHO NOS SERVIÇOS (R\$)
Norte	25,77	40,83	8 866,68	25,02	19,25	18 264,30	49,21	39,91	17 319,19
Paranhana	3,68	9,18	7 302,22	60,92	58,92	18 821,01	35,39	31,90	20 194,56
Produção	22,95	24,90	14 645,18	26,19	20,67	20 133,25	50,87	54,43	14 852,52
Serra	9,84	14,43	16 534,50	56,22	39,81	34 228,31	33,93	45,76	17 973,12
Sul	13,30	24,50	8 186,35	34,07	16,24	31 624,75	52,62	59,26	13 386,57
Vale do Cai	13,30	23,62	9 632,07	45,94	36,55	21 498,26	40,76	39,84	17 496,16
Vale do Rio dos Sinos	0,23	1,49	4 307,22	63,04	43,50	40 887,94	36,73	55,01	18 841,55
Vale do Rio Pardo	16,39	46,35	6 440,18	47,94	18,96	46 052,87	35,67	34,69	18 731,19
Vale do Rio Taquari	16,81	32,54	9 719,20	47,31	30,08	29 595,01	35,88	37,37	18 065,64
Metropolitano Delta do Jacuí	0,85	1,75	8 729,44	44,46	20,58	38 795,96	54,69	77,67	12 643,54
Rio Grande do Sul	14,98	20,09	10 463,38	40,02	24,42	29 523,56	45,00	55,49	14 926,51

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Brasília, DF, 2001. FEE/FEEDADOS.

NOTA: Para demonstrar a que quartil pertence cada indicador, foi utilizada a seguinte convenção:

Quartil 1
Quartil 2
Quartil 3
Quartil 4

Tabela 2

Indicadores selecionados da disponibilidade e da concentração dos recursos produtivos e do tamanho do mercado interno dos Coredes e do RS — 2000

COREDES E RIO GRANDE DO SUL	POI/IA COM RENDIMENTO (%)	DESOCUPADOS/PEA (%)	EMPREGO FORMAL/EMPREGO TOTAL (%)	EMPREGADORES POR 1.000 HABITANTES	ÍNDICE DE GINI DA POSSE DA TERRA (1)	% DA PIA COM RENDIMENTO SUPERIOR A 5 SMS NO TOTAL DA PIA COM RENDIMENTO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab./km ²)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL PER CAPITA (R\$)	PIB PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO DOMICILIAR PER PIB (%)
Alto Jacuí	81,44	10,63	63,67	15,39	0,7655	17,05	21,16	3 799,29	6 950,65	54,66
Campanha	72,61	15,25	69,83	10,66	0,8121	16,26	11,81	3 278,78	5 800,81	56,52
Central	79,25	11,81	70,76	14,61	0,8010	19,76	20,36	3 759,86	5 170,13	72,72
Centro-Sul	83,84	11,98	64,18	12,61	0,8151	14,46	23,94	2 880,25	6 371,06	45,21
Fronteira Noroeste ...	102,05	7,31	67,86	13,53	0,5827	14,30	44,86	2 953,19	7 944,59	37,17
Fronteira Oeste	78,23	16,85	66,81	14,32	0,7954	16,36	12,19	3 145,30	5 577,09	56,40
Hortênsias	81,93	7,82	75,47	20,58	0,7881	16,06	12,59	3 665,66	6 424,98	57,05
Litoral	82,93	12,65	62,73	17,42	0,8299	16,38	34,33	3 306,80	5 031,27	65,72
Médio Alto Uruguai ..	110,56	5,70	56,74	9,61	0,6324	10,56	34,98	2 327,54	5 726,85	40,64
Missões	87,80	10,82	61,01	10,75	0,7934	13,81	18,95	2 811,88	5 734,23	49,04
Nordeste	86,53	8,35	69,35	11,99	0,7645	14,31	15,69	3 186,47	6 753,00	47,19
Noroeste Colonial	97,17	8,82	63,79	12,73	0,7286	14,24	31,37	2 919,08	6 697,75	43,58

(continua)

Tabela 2

Indicadores selecionados da disponibilidade e da concentração dos recursos produtivos e do tamanho do mercado interno dos Coredes e do RS — 2000

COREDES E RIOGRANDE DO SUL	PO/PIA COM RENDIMENTO (%)	DESOCUPADOS/PEA (%)	EMPREGO FORMAL/EMPREGO TOTAL (%)	EMPREGADORES POR 1 000 HABITANTES	ÍNDICE DE GINI DA POSSE DA TERRA (1)	% DA PIA COM RENDIMENTO SUPERIOR A 5 SMS NO TOTAL DA PIA COM RENDIMENTO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab./km ²)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL PER CAPITA (R\$)	PIB PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO DOMICILIAR/PIB (%)
Norte	95,83	8,26	72,36	12,39	0,6196	15,83	37,31	3 306,07	7 557,62	43,74
Paranhana	84,92	7,62	80,68	18,62	0,6583	12,36	103,18	3 476,35	9 952,90	34,93
Produção	83,70	11,85	70,27	15,08	0,7413	18,30	38,97	3 853,42	7 691,68	50,10
Serra	85,67	9,28	81,12	23,65	0,6418	27,30	91,85	5 388,87	13 170,31	40,92
Sul	76,25	15,00	68,73	11,51	0,8190	16,99	23,34	3 553,91	6 373,75	55,76
Vale do Rio Cai	84,50	8,07	80,32	13,75	0,6307	15,13	81,41	3 797,91	9 116,86	41,66
Vale do Rio dos Sinos	79,97	13,74	77,18	16,76	0,6792	21,78	853,94	4 164,66	13 027,62	31,97
Vale do Rio Pardo	93,70	7,75	74,72	12,19	0,7622	14,53	28,70	3 111,36	9 679,01	32,15
Vale do Rio Taquari	89,04	6,25	79,67	15,98	0,6237	15,41	55,74	3 746,11	10 805,62	34,67
Metropolitano Delta do Jacuí	76,53	15,85	75,63	17,27	0,7967	31,83	491,31	6 317,21	8 071,78	78,26
Rio Grande do Sul	82,57	12,21	73,28	15,54	0,8092	21,19	37,89	4 261,35	8 356,81	50,99

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Brasília, DF, 2001.

FEE/FEEEDADOS:

NOTA: Para demonstrar a que quartil pertence cada indicador, foi utilizada a seguinte convenção:

Quartil 1
Quartil 2
Quartil 3
Quartil 4

(1) O Índice de Gini da posse da terra tem como fonte **Marco Referencial do Plano Plurianual 2004/2007**.

Tabela 3

Correlação entre os indicadores selecionados de especialização produtiva, disponibilidade e concentração de recursos e tamanho de mercado — 2000

VARIÁVEIS	PIB PER CAPITA (A)	VAB DA AGROPECUÁRIA /VAB TOTAL (B)	PO DA AGROPECUÁRIA /PO TOTAL (C)	PRODUTIVIDADE DO TRABALHO NA AGROPECUÁRIA (D)	VAB DA INDÚSTRIA /VAB TOTAL (E)	PO DA INDÚSTRIA /PO TOTAL (F)	PRODUTIVIDADE DO TRABALHO NA INDÚSTRIA (G)	VAB DE SERVIÇOS /VAB TOTAL (H)	PO DE SERVIÇOS /PO TOTAL (I)
A	1,00								
B	-0,61	1,00							
C	-0,35	0,78	1,00						
D	-0,23	0,32	-0,19	1,00					
E	0,88	-0,84	-0,52	-0,33	1,00				
F	0,69	-0,73	-0,62	-0,20	0,77	1,00			
G	0,73	-0,68	-0,29	-0,32	0,83	0,30	1,00		
H	-0,87	0,38	0,05	0,23	-0,82	-0,55	-0,70	1,00	
I	-0,26	-0,25	-0,62	0,44	-0,12	-0,22	0,07	0,48	1,00
J	0,63	-0,15	0,22	-0,51	0,48	0,56	0,21	-0,67	-0,84
L	0,02	0,47	0,81	-0,41	-0,17	-0,24	-0,10	-0,21	-0,77
M	-0,24	-0,27	-0,60	0,37	-0,07	-0,18	0,11	0,41	0,93
N	0,76	-0,72	-0,57	-0,04	0,85	0,76	0,60	-0,69	-0,05
O	0,53	-0,63	-0,66	0,10	0,52	0,70	0,24	-0,22	0,12
P	-0,57	0,02	-0,26	0,27	-0,38	-0,33	-0,21	0,63	0,65
Q	0,39	-0,57	-0,66	0,13	0,40	0,18	0,50	-0,08	0,65
R	0,55	-0,58	-0,55	-0,36	0,53	0,39	0,51	-0,28	0,30
S	0,50	-0,66	-0,71	0,09	0,54	0,37	0,52	-0,22	0,52
T	-0,60	-0,01	-0,35	0,31	-0,44	-0,34	-0,32	0,77	0,78

(continua)

Tabela 3

Correlação entre os indicadores selecionados de especialização produtiva, disponibilidade e concentração de recursos e tamanho de mercado — 2000

VARIÁVEIS	PRODUTIVIDADE DO TRABALHO EM SERVIÇOS (J)	PO/PIA COM RENDIMENTO (L)	DESOCUPADOS/PEA (M)	EMPREGO FORMAL/EMPREGO TOTAL (N)	EMPREGADORES POR 1 000 HAB (O)	ÍNDICE DE GINI DA POSSE DA TERRA (P)	% DA PIA COM RENDIMENTO SUPERIOR A 5 SMS NO TOTAL DA PIA COM RENDIMENTO (Q)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (R)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL PER CAPITA (S)	RENDIMENTO DOMICILIAR/PIB (T)
A										
B										
C										
D										
E										
F										
G										
H										
I										
J	1,00									
L	0,54	1,00								
M	-0,76	-0,76	1,00							
N	0,33	-0,32	-0,12	1,00						
O	0,18	-0,31	-0,02	0,61	1,00					
P	-0,68	-0,64	0,68	-0,34	-0,11	1,00				
Q	-0,31	-0,49	0,50	0,43	0,56	0,17	1,00			
R	0,16	-0,22	0,31	0,34	0,27	-0,13	0,54	1,00		
S	-0,16	-0,49	0,34	0,61	0,66	0,04	0,95	0,51	1,00	
T	-0,82	-0,55	0,62	-0,23	0,08	0,68	0,45	-0,06	0,37	1,00

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Brasília, DF, 2001. FEE/FEEDADOS.

NOTA: Para demonstrar se a correlação é maior, igual ou menor a 0,50, foi utilizada a seguinte convenção:

	[correlação] ≤ 0,50
	[correlação] > 0,51

Tabela 4

Setores e produtos de maior especialização relativa do Corede Alto Jacuí — 2000

a) setores industriais

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Fabricação de máquinas e equipamentos para agricultura e avicultura	16,5803
Extração de pedra, areia e argila	10,2719
Geração, captação e distribuição de energia elétrica	6,8836
Extração de outros minerais não-metálicos industriais	5,4323
Desdobramento de madeira	4,6902
Fabricação de defensivos agrícolas	4,1793
Edição e impressão	3,6457
Fabricação de motores elétricos, geradores e transformadores	3,3513
Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento e gesso	3,0707
Fabricação de produtos químicos inorgânicos	2,8352

b) setores de serviços

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Comércio atacadista de produtos agropecuários <i>in natura</i>	20,7376
Pesquisa e desenvolvimento das ciências físicas e naturais	3,2569
Atividades de organizações empresariais, profissionais e patronais	1,9998
Ensino superior	1,8739
Atividades de rádio e de televisão	1,8532
Planos de saúde	1,8316
Venda a varejo de combustíveis e lubrificantes	1,6417
Venda a varejo ou por atacado de peças e acessórios para veículos	1,5767
Serviços sociais	1,5634
Intermediação monetária — depósitos à vista	1,4215

c) produtos agropecuários

PRODUTOS	QUOCIENTE LOCACIONAL
Cevada	6,2678
Soja	3,8683
Trigo	3,4597
Leite	1,9546
Ovos de codorna	1,4854
Aveia	1,3998
Sorgo	1,3825

FONTE: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS 2000**. Base de dados disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Temas/RAIS/Estatisticas/Conteudo/RaisOnline.asp>> FEE/FEEDADOS.

Tabela 5

Indicadores do PIB, do rendimento domiciliar e da evasão de renda nos municípios do Corede Alto Jacuí — 2000

MUNICÍPIOS	VALOR DO RENDIMENTO ANUAL TOTAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (R\$) (1)		RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL PER CAPITA (R\$)		CONTABILIDADE SOCIAL/PIB PER CAPITA (R\$)		RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL/PIB (%)	
	VALOR DO RENDIMENTO ANUAL TOTAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (R\$) (1)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL PER CAPITA (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB (R\$)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL PER CAPITA (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL/PIB (%)		
Alto Alegre	5 622 783,12	2 631,16	14 805 955,56	6 928,38	37,98			
Campos Borges	9 673 606,20	2 555,77	21 922 173,79	5 791,86	44,13			
Colorado	10 918 046,64	2 681,25	38 287 743,81	9 402,69	28,52			
Cruz Alta	291 501 104,88	4 091,01	376 907 821,56	5 289,64	77,34			
Espumoso	51 540 174,60	3 184,44	92 035 397,75	5 686,46	56,00			
Fortaleza dos Valos	26 569 998,36	5 231,34	49 344 164,61	9 715,33	53,85			
Ibirapuitã	8 782 438,32	1 698,73	25 488 319,65	4 930,04	34,46			
Ibirubá	86 581 429,08	4 646,67	150 563 712,16	8 080,49	57,50			
Lagoa dos Três Cantos	5 696 064,00	3 500,96	17 292 905,74	10 628,71	32,94			
Mormaço	6 157 166,88	2 528,61	16 808 698,34	6 902,96	36,63			
Não-Me-Toque	59 726 147,04	4 143,91	157 963 032,70	10 959,76	37,81			
Quinze de Novembro	10 746 452,64	3 000,13	37 236 005,06	10 395,31	28,86			
Saldanha Marinho	8 876 128,80	2 778,13	28 483 361,67	8 914,98	31,16			
Salto do Jacuí	33 859 325,28	2 615,02	72 203 648,16	5 576,43	46,89			
Santa Bárbara do Sul	31 195 541,76	3 118,62	86 736 857,91	8 671,08	35,97			
Selbach	34 576 680,12	7 113,08	43 606 247,19	8 970,63	79,29			
Tapera	39 599 250,60	3 748,51	72 951 973,94	6 905,72	54,28			
Victor Graeff	14 942 064,48	3 807,87	44 864 305,87	11 433,31	33,31			

FONTE: IBGE. **Censo demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Brasília, DF, 2001.

(1) Exclui o rendimento dos moradores cuja condição no domicílio era de pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do empregado(a) doméstico(a).

Tabela 6

Setores e produtos de maior especialização relativa do Corede Campanha — 2000

a) setores industriais

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Extração de carvão mineral — inclusive linhito e turfa	35,3305
Extração de outros minerais não-metálicos industriais de transformação	18,2700
Fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos	12,9733
Geração, captação e distribuição de energia elétrica	10,9784
Fiação	7,7553
Extração de pedra, areia e argila	6,7801
Abate, produção de carne e preparação de produtos de carne	4,8222
Moagem, produção de amidos e de alimentos preparados para animais	3,9958
Recondicionamento ou recuperação de motores para veículos automotores ..	2,7358
Laticínios	1,9655

b) setores de serviços

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Consultoria e elaboração de programas de informática	14,4227
Pesquisa e desenvolvimento das ciências físicas e naturais	4,6946
Comércio atacadista de produtos intermediários não agropecuários	2,6598
Ensino superior	2,4755
Aluguel de máquinas e equipamentos	2,4181
Atividades auxiliares da intermediação financeira, exceto seguro e previ- dência	1,9507
Atividades desportivas e outras relacionadas ao lazer	1,5568
Comércio varejista de mercadorias em geral, em lojas não especializadas	1,5537
Atividades de rádio e de televisão	1,5251
Comércio varejista de outros produtos novos em lojas especializadas	1,5227

c) produtos agropecuários

PRODUTOS	QUOCIENTE LOCACIONAL
Sorgo	6,5759
Lã	5,4492
Ovinos	4,7860
Eqüinos	3,8220
Bovinos	3,3015
Arroz	2,3766
Mel	2,1727

FONTE: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS 2000**. Base de dados disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Temas/RAIS/Estatisticas/Conteudo/RaisOnLine.asp>> FEE/FEEDADOS.

Tabela 7

Indicadores do PIB, do rendimento domiciliar e da evasão de renda nos municípios do Corede Campanha — 2000

MUNICÍPIOS	VALOR DO				RENTABILIDADE SOCIAL/PIB (R\$)	RENTABILIDADE SOCIAL/PIB PER CAPITA (R\$)	RENTABILIDADE DOMICILIAR ANUAL/PIB (%)
	RENTIMENTO ANUAL TOTAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (R\$) (1)	RENTIMENTO DOMICILIAR ANUAL PER CAPITA (R\$)	RENTABILIDADE SOCIAL/PIB (R\$)	RENTABILIDADE SOCIAL/PIB PER CAPITA (R\$)			
Bagé	417 538 219,56	3 515,61	565 441 006,78	4 760,93	73,84		
Caçapava do Sul	93 520 747,80	2 699,56	190 695 924,49	5 504,60	49,04		
Candiota	23 297 164,80	2 888,68	84 329 501,99	10 456,23	27,63		
Dom Pedrito	133 827 936,00	3 311,75	297 230 429,15	7 355,37	45,02		
Hulha Negra	14 796 189,60	2 761,00	54 357 106,33	10 143,14	27,22		
Lavras do Sul	23 116 055,04	2 850,67	57 167 401,37	7 049,87	40,44		

FONTE: IBGE. **Censo demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Brasília, DF, 2001.

(1) Exclui o rendimento dos moradores cuja condição no domicílio era de pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do empregado(a) doméstico(a).

Tabela 8

Setores e produtos de maior especialização relativa do Corede Central — 2000

a) setores industriais

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Fabricação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle	6,9735
Recondicionamento ou recuperação de motores para veículos automotores ...	4,7099
Moagem, produção de amidos e de alimentos preparados para animais	4,0690
Obras de infra-estrutura para engenharia elétrica, eletrônica	3,7624
Tecelagem — inclusive fiação	3,7002
Fabricação de produtos cerâmicos — inclusive barro cozido	3,6610
Curtimento e outras preparações de couro	3,3090
Captação, purificação e distribuição de água	3,2182
Fabricação de bebidas	2,8654
Geração, captação e distribuição de energia elétrica	2,6534

b) setores de serviços

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Outras atividades de concessão de crédito — exceto arrendamento mercantil	2,1433
Atividades de limpeza e higienização em prédios e domicílios	2,0987
Comércio atacadista de produtos agropecuários <i>in natura</i>	1,8200
Ensino pré-escolar, ensino primário e de primeiro grau	1,6910
Atividades de rádio e de televisão	1,6478
Venda a varejo de combustíveis e lubrificantes	1,5702
Serviços sociais	1,4359
Ensino de segundo grau de formação geral, profissionalizante ou técnica	1,4183
Venda, manutenção e reparação de motocicletas e motonetas novas e usadas	1,3914
Outras atividades associativas	1,3341

c) produtos agropecuários

PRODUTOS	QUOCIENTE LOCACIONAL
Noz	2,6583
Cana-de-açúcar	1,8160
Amendoim	1,8019
Bovinos	1,7907
Arroz	1,7667
Fumo	1,7618
Batata-inglesa	1,6774
Eqüinos	1,5824
Ovinos	1,4571
Batata-doce	1,4071

FONTE: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS 2000**. Base de dados disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Temas/RAIS/Estatisticas/Conteudo/RaisOnLine.asp>> FEE/FEEDADOS.

Tabela 9

Indicadores do PIB, do rendimento domiciliar e da evasão de renda
nos municípios do Corede Central — 2000

MUNICÍPIOS	VALOR DO RENDIMENTO ANUAL TOTAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (R\$) (1)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL <i>PER</i> <i>CAPITA</i> (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB (R\$)
Agudo	57 962 102,40	3 320,66	117 889 840,26
Cacequi	32 945 448,60	2 151,75	86 657 752,74
Cachoeira do Sul	302 107 829,52	3 438,01	412 086 564,38
Cerro Branco	10 394 697,60	2 419,06	29 054 252,35
Dilermando de Aguiar	12 808 627,56	4 002,70	26 713 820,72
Dona Francisca	11 570 044,80	2 965,16	26 000 473,41
Faxinal do Soturno	20 778 082,08	3 037,29	37 963 981,26
Formigueiro	15 662 979,84	2 061,46	44 738 066,90
Itabira	14 802 361,20	3 233,37	20 321 110,75
Evoca	4 787 169,12	1 918,71	16 378 004,54
Jaguar	36 858 549,00	2 951,52	60 381 834,55
Jari	6 234 378,48	1 662,06	30 112 421,86
Júlio de Castilhos	60 650 051,76	2 970,71	134 729 526,24
Mata	11 432 258,88	2 050,63	26 610 623,63
Nova Esperança do Sul	9 617 799,24	2 398,45	68 849 373,96
Nova Palma	21 494 898,72	3 405,40	46 310 630,31
Novo Cabrais	6 401 344,08	1 795,61	23 051 835,29
Paraíso do Sul	16 704 205,56	2 316,17	45 655 286,08
Pinhal Grande	12 454 169,04	2 635,80	39 293 699,42
Queridos	5 232 047,04	1 944,28	21 591 175,59
Restinga Seca	43 745 156,16	2 667,39	128 583 282,04
Santa Maria	1 237 889 957,40	5 081,42	1 028 753 861,21
Santiago	188 659 662,84	3 618,47	205 568 054,08
São Francisco de Assis	43 530 585,84	2 091,81	98 276 640,19
São João do Polesine	10 920 952,32	3 978,49	18 834 913,94
São Martinho da Serra	8 863 014,60	2 730,44	24 297 223,96
São Pedro do Sul	48 850 174,56	2 875,40	90 695 918,88
São Ceci	65 517 660,72	2 661,05	142 427 065,90
São Vicente do Sul	26 420 472,72	3 169,44	53 170 720,72
Silveira Martins	8 377 143,36	3 258,32	22 454 319,23
Toros	5 683 860,00	1 778,43	20 062 526,24
Tupanciretã	58 865 567,04	2 810,21	151 751 455,83
Unistalda	4 029 784,92	1 524,12	19 780 536,97
Vila Nova do Sul	9 653 958,00	2 264,59	25 053 353,86

(continua)

Tabela 9

Indicadores do PIB, do rendimento domiciliar e da evasão de renda
nos municípios do Corede Central — 2000

MUNICÍPIOS	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB <i>PER CAPITA</i> (R\$)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL/PIB (%)
Agudo	6 753,93	49,17
Cacequi	5 659,84	38,02
Cachoeira do Sul	4 689,57	73,31
Cerro Branco	6 761,52	35,78
Dilermando de Aguiar	8 348,07	47,95
Dona Francisca	6 663,37	44,50
Faxinal do Soturno	5 549,48	54,73
Formigueiro	5 888,14	35,01
Itabora	4 438,86	72,84
Evoca	6 564,33	29,23
Jaguar	4 835,19	61,04
Jari	8 027,84	20,70
Júlio de Castilhos	6 599,21	45,02
Mata	4 773,21	42,96
Nova Esperança do Sul	17 169,42	13,97
Nova Palma	7 336,92	46,41
Novo Cabrais	6 466,15	27,77
Paraíso do Sul	6 330,46	36,59
Pinhal Grande	8 316,13	31,70
Queridos	8 023,48	24,23
Restinga Seca	7 840,44	34,02
Santa Maria	4 222,94	120,33
Santiago	3 942,77	91,77
São Francisco de Assis	4 722,57	44,29
São João do Polesine	6 861,54	57,98
São Martinho da Serra	7 485,28	36,48
São Pedro do Sul	5 338,51	53,86
São Ceci	5 784,78	46,00
São Vicente do Sul	6 378,45	49,69
Silveira Martins	8 733,69	37,31
Toros	6 277,39	28,33
Tupanciretã	7 244,54	38,79
Unistalda	7 481,29	20,37
Vila Nova do Sul	5 876,93	38,53

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Brasília, DF, 2001.

(1) Exclui-se o rendimento dos moradores cuja condição no domicílio era de pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do empregado(a) doméstico(a).

Tabela 10

Setores e produtos de maior especialização relativa do Corede Centro-Sul — 2000

a) setores industriais

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Extração de carvão mineral — inclusive linhito e turfa	58,8088
Fabricação de acessórios do vestuário	10,6124
Moagem, produção de amidos e de alimentos preparados para animais	10,6027
Extração de outros minerais não-metálicos industriais de transformação	9,4578
Fabricação de produtos siderúrgicos — exclusive em siderúrgicas	5,4508
Desdobramento de madeira	4,9496
Fabricação de estruturas metálicas, estruturas de metal para construção	3,7125
Geração, captação e distribuição de energia elétrica	3,5331
Metalurgia dos metais preciosos	3,1793
Recondicionamento ou recuperação de motores para veículos automotores ..	3,1505

b) setores de serviços

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Atividades de limpeza e higienização em prédios e domicílios	4,0094
Movimentação e armazenamento de cargas	1,9666
Outros transportes aquaviários	1,8747
Comércio varejista de mercadorias em geral, em lojas não especializadas	1,8485
Planos de saúde	1,7882
Venda a varejo de combustíveis e lubrificantes	1,6007
Outras atividades associativas	1,3693
Comércio varejista de tecidos, artigos de armarinho, vestuário e calçados	1,3470
Outras atividades artísticas e de entretenimento	1,3002
Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,2682

c) produtos agropecuários

PRODUTOS	QUOCIENTE LOCACIONAL
Mamona	35,3598
Noz	15,0095
Melancia	10,3585
Madeira em tora	9,8708
Fumo	5,4383
Melão	4,7112
Acácia	3,5042
Arroz	3,0491
Batata-doce	2,7191
Lenha	2,0002

FONTE: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS 2000**. Base de dados disponível em: <<http://www.mte.gov.br/TEMAS/RAIS/Estatisticas/Conteudo/RaisOnline.asp>> FEE/FEEDADOS.

Tabela 11

Indicadores do PIB, do rendimento domiciliar e da evasão de renda nos municípios do Corede Centro-Sul — 2000

MUNICÍPIOS	VALOR DO					RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL/PIB CAPITA (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL/PIB (%)
	RENDIMENTO ANUAL TOTAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (R\$) (1)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL PER CAPITA (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL/PIB (%)				
Arambaré	9 289 145,04	2 371,49	37 907 167,07	9 677,60	24,50				
Arroio dos Ratos	35 552 354,88	2 666,09	58 491 456,95	4 386,31	60,78				
Barão do Triunfo	13 975 670,40	2 097,82	30 495 915,13	4 577,59	45,83				
Barra do Ribeiro	36 170 236,08	3 053,63	60 583 844,78	5 114,72	59,70				
Butiá	53 291 463,72	2 622,35	97 389 424,79	4 792,31	54,72				
Camaquã	190 942 095,36	3 162,18	456 364 023,55	7 557,82	41,84				
Cerro Grande do Sul	16 256 400,00	1 964,99	37 953 916,58	4 587,68	42,83				
Charqueadas	86 627 942,52	2 891,36	278 898 872,06	9 308,73	31,06				
Chuívisca	13 348 258,08	2 964,96	26 633 189,35	5 915,86	50,12				
Dom Feliciano	27 892 350,00	2 097,64	63 956 291,31	4 809,83	43,61				
Mariana Pimentel	10 233 109,92	2 741,26	18 713 183,75	5 012,91	54,68				
Minas do Leão	15 271 586,88	2 086,00	46 253 558,80	6 317,93	33,02				
São Jerônimo	73 982 195,28	3 647,50	89 208 837,78	4 398,21	82,93				
Sentinela do Sul	10 007 941,44	2 045,78	40 169 465,90	8 211,26	24,91				
Sertão Santana	16 260 338,52	3 084,28	36 603 481,24	6 943,00	44,42				
Tapes	54 206 265,96	3 327,37	87 563 004,82	5 374,93	61,91				

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Brasília, DF, 2001.

(1) Exclui o rendimento dos moradores cuja condição no domicílio era de pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do empregado(a) doméstico(a).

Tabela 12

Setores e produtos de maior especialização relativa do Corede Fronteira Noroeste — 2000

a) setores industriais

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Fabricação de máquinas e equipamentos para agricultura e avicultura	17,1995
Obras de infra-estrutura para engenharia elétrica e eletrônica	6,3352
Laticínios	4,0435
Fabricação de tanques, caldeiras e reservatórios metálicos	4,0268
Fabricação de produtos cerâmicos — inclusive barro cozido	2,6266
Impressão e serviços conexos para terceiros	2,4427
Abate, produção de carne e preparação de produtos de carne	2,2850
Geração, captação e distribuição de energia elétrica	1,9368
Captação, purificação e distribuição de água	1,7373
Moagem, produção de amidos e de alimentos preparados para animais	1,6013

b) setores de serviços

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Comércio atacadista de produtos agropecuários <i>in natura</i>	6,5606
Venda a varejo ou por atacado de peças e acessórios para veículos	2,6683
Intermediários do comércio	2,3201
Venda, manutenção e reparação de motocicletas e motonetas novas e usadas	2,1193
Outras atividades de concessão de crédito — exceto arrendamento mercantil	2,0079
Ensino de segundo grau de formação geral, profissionalizante ou técnica	1,7577
Outras atividades associativas	1,6917
Atividades de rádio e de televisão	1,6792
Manutenção e reparação de automóveis, ônibus e caminhões	1,6484
Atividades auxiliares aos transportes	1,5644

c) produtos agropecuários

PRODUTOS	QUOCIENTE LOCACIONAL
Abacaxi	4,2721
Amendoim	3,7413
Leite	2,4880
Mandioca	2,1798
Goiaba	2,1290
Trigo	1,9576
Batata-doce	1,9515
Suínos	1,7432
Laranja	1,7297
Limão	1,5721

FONTE: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS 2000**. Base de dados disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Temas/RAIS/Estatisticas/Conteudo/RaisOnline.asp>> FEE/FEEDADOS.

Tabela 13

Indicadores do PIB, do rendimento domiciliar e da evasão de renda nos municípios do Corede Fronteira Noroeste — 2000

MUNICÍPIOS	VALOR DO RENDIMENTO ANUAL TOTAL DOS DOMICÍLIOS PERMANENTES (R\$) (1)		RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL PER CAPITA (R\$)		CONTABILIDADE SOCIAL/PIB (R\$)		CONTABILIDADE SOCIAL/PIB PER CAPITA 2000 (R\$)		RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL/PIB (%)	
Alecrim	14 920 585,68	1 758,05	45 949 415,63	5 414,09	32,47					
Alegria	9 824 698,80	1 830,58	29 167 103,20	5 434,53	33,68					
Boa Vista do Buricá	22 034 937,60	3 345,22	51 395 401,86	7 802,55	42,87					
Campina das Missoes	13 604 915,52	1 939,68	44 709 881,68	6 374,38	30,43					
Cândido Godói	16 430 326,08	2 316,74	49 922 195,63	7 039,23	32,91					
Doutor Maurício Cardoso ..	13 951 953,00	2 204,45	36 897 504,92	5 829,91	37,81					
Horizontina	64 762 182,72	3 659,09	325 215 848,23	18 374,81	19,91					
Independência	19 520 982,12	2 671,18	49 439 289,21	6 765,09	39,48					
Nova Candelária	7 498 466,64	2 600,92	27 156 985,44	9 419,70	27,61					
Novo Machado	9 397 692,36	1 991,88	29 500 141,11	6 252,68	31,86					
Porto Lucena	12 063 466,08	1 885,51	35 843 623,37	5 602,32	33,66					
Porto Mauá	5 183 911,44	1 850,08	16 003 003,61	5 711,28	32,39					
Porto Vera Cruz	3 434 607,84	1 393,92	17 964 495,28	7 290,79	19,12					
Santa Rosa	238 364 431,08	3 666,24	496 272 801,92	7 633,09	48,03					
Santo Cristo	39 111 194,76	2 626,68	117 191 565,85	7 870,49	33,37					
São José do Inhacorá	5 178 620,16	2 155,96	16 575 271,38	6 900,61	31,24					
Senador Salgado Filho	5 371 984,80	1 835,32	23 583 009,53	8 057,06	22,78					
Três de Maio	73 291 993,80	3 036,63	152 078 197,56	6 300,89	48,19					
Tucunduva	18 914 482,32	2 999,92	45 734 597,63	7 253,70	41,36					
Tuparendi	28 393 888,32	2 975,67	60 670 871,30	6 358,30	46,80					

FONTES: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios; resultados do universo. Brasília, DF, 2001.

(1) Exclui o rendimento dos moradores cuja condição no domicílio era de pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do empregado(a) doméstico(a).

Tabela 14

Setores e produtos de maior especialização relativa do Corede Fronteira Oeste — 2000

a) setores industriais

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Moagem, produção de amidos e de alimentos preparados para animais	17,7703
Captação, purificação e distribuição de água	4,8855
Recondicionamento ou recuperação de motores para veículos automotores ...	4,0408
Geração, captação e distribuição de energia elétrica	3,2957
Fiação	2,8637
Extração de pedra, areia e argila	2,5312
Fabricação de bebidas	2,5175
Reciclagem de sucatas	2,1557
Abate, produção de carne e preparação de produtos de carne	2,0552
Construção de edifícios e obras de engenharia civil	1,8309

b) setores de serviços

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Outras atividades relacionadas ao transporte de cargas	3,7787
Movimentação e armazenamento de cargas	3,1437
Venda a varejo de combustíveis e lubrificantes	2,2196
Venda, manutenção e reparação de motocicletas e motonetas novas e usadas	2,1132
Planos de saúde	2,1057
Comércio atacadista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	2,0252
Venda a varejo ou por atacado de peças e acessórios para veículos	1,9909
Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,9541
Comércio varejista de mercadorias em geral, em lojas não especializadas	1,8834
Comércio varejista de tecidos, artigos de amarrinho, vestuário e calçados	1,6688

c) produtos agropecuários

PRODUTOS	QUOCIENTE LOCACIONAL
Lã	4,9052
Ovinos	4,4744
Arroz	3,6632
Sorgo	2,8297
Eqüinos	2,5592
Bovinos	2,4635

FONTE: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS 2000**. Base de dados disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Temas/RAIS/Estatisticas/Conteudo/RaisOnLine.asp>> FEE/FEEDADOS.

Tabela 15

Indicadores do PIB, do rendimento domiciliar e da evasão de renda nos municípios do Corede Fronteira Oeste — 2000

MUNICÍPIOS	VALOR DO					RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL/PIB PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL/PIB PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL/PIB (%)
	RENDIMENTO ANUAL TOTAL DOS DOMICÍLIOS PERMANENTES (R\$) (1)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL PER CAPITA (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB PER CAPITA (R\$)				
Alegrete	270 575 822,04	3 208,23	470 678 406,26	5 580,86	57,49			
Barra do Quaraí	10 956 036,00	2 820,81	52 553 382,94	13 530,74	20,85			
Itaqui	100 723 801,44	2 532,66	371 916 770,93	9 351,69	27,08			
Maçambará.....	12 892 426,56	2 560,56	63 922 949,44	12 695,72	20,17			
Manoel Viana	12 761 559,00	1 824,38	44 385 646,12	6 345,34	28,75			
Quaraí	65 872 341,60	2 744,45	123 115 841,70	5 129,40	53,50			
Rosário do Sul	108 312 176,40	2 638,03	210 799 961,48	5 134,20	51,38			
Santana do Livramento	332 775 930,24	3 662,96	413 629 708,70	4 552,94	80,45			
São Borja	190 166 336,76	2 931,54	368 774 231,00	5 684,91	51,57			
São Gabriel	187 794 673,20	3 016,83	352 136 977,78	5 656,91	53,33			
Uruguiana	437 039 820,48	3 442,99	595 400 796,33	4 690,56	73,40			

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Brasília, DF, 2001.

(1) Exclui o rendimento dos moradores cuja condição no domicílio era de pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do empregado(a) doméstico(a).

Tabela 16

Setores e produtos de maior especialização relativa do Corede Hortênsias — 2000

a) setores industriais	
SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Pastas para a fabricação de papel ou dissolução	17,8357
Desdobramento de madeira	8,4245
Fabricação de tecidos e artigos de malha	8,1299
Fabricação de papel, papelão liso, cartolina e cartão	5,4677
Fabricação de artigos do mobiliário	5,0806
Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos — exclusive vestuário	2,8859
Fabricação de tanques, caldeiras e reservatórios metálicos	2,8649
Fabricação de aparelhos e instrumentos óticos, fotográficos e cinematográficos	2,8256
Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado	2,7361
Fabricação de artigos de cutelaria, de serralheria e de ferramentas	2,7056
b) setores de serviços	
SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Estabelecimentos hoteleiros e outros tipos de alojamento temporário	12,2158
Incorporação de imóveis por conta própria	3,2435
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação	2,2043
Atividades de agências de viagens e organizadores de viagem	2,1760
Atividades desportivas e outras relacionadas ao lazer	2,0123
Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,7549
Venda a varejo de combustíveis e lubrificantes	1,6628
Atividades auxiliares dos seguros e da previdência privada	1,6520
Venda a varejo e por atacado de automóveis, ônibus e caminhões	1,5426
Manutenção e reparação de automóveis, ônibus e caminhões	1,4794
c) produtos agropecuários	
PRODUTOS	QUOCIENTE LOCACIONAL
Madeira em tora	19,7487
Pinhão	19,0891
Acácia	15,9328
Maçã	11,0053
Batata-inglesa	10,0806
Goiaba	9,3826
Figo	9,3760
Alho	3,6563
Mel	3,4067
Galinhas	3,2573

FONTE: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS 2000**. Base de dados disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Temas/RAIS/Estatisticas/Conteudo/RaisOnLine.asp>>
FEE/FEEDADOS.

Tabela 17

Indicadores do PIB, do rendimento domiciliar e da evasão de renda nos municípios do Corede Hortênsias — 2000

MUNICÍPIOS	VALOR DO				RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL PER CAPITA (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL/PIB (%)
	RENDIMENTO ANUAL TOTAL DOS DOMÍCIOS PERMANENTES (R\$) (1)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL PER CAPITA (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB PER CAPITA (R\$)			
Bom Jesus	29 826 158,04	2 482,62	88 785 302,41	7 390,15	33,59		
Cambará do Sul	17 092 133,76	2 498,85	47 913 182,33	7 004,85	35,67		
Canela	123 873 802,20	3 683,98	145 109 076,25	4 315,51	85,37		
Gramado	135 810 829,44	4 749,79	190 053 405,11	6 646,85	71,46		
Jaquirana	8 871 195,60	1 842,79	26 204 480,86	5 443,39	33,85		
Nova Petrópolis	81 862 614,72	4 846,52	168 729 886,58	9 989,34	48,52		
São Francisco de Paula	56 097 597,60	2 843,98	112 998 903,17	5 728,71	49,64		
São José dos Ausentes	6 982 783,32	2 249,61	27 221 545,83	8 769,83	25,65		

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Brasília, DF, 2001.

(1) Exclui o rendimento dos moradores cuja condição no domicílio era de pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do empregado(a) doméstico(a).

Tabela 18

Setores e produtos de maior especialização relativa do Corede Litoral — 2000

a) setores industriais

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Desdobramento de madeira	4,9940
Tecelagem — inclusive fiação	4,4412
Captação, purificação e distribuição de água	2,8479
Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado	2,6252
Fabricação de calçados	1,9436
Moagem, produção de amidos e de alimentos preparados para animais	1,8417
Construção de edifícios e obras de engenharia civil	1,7533
Recondicionamento ou recuperação de motores para veículos automotores ..	1,6932
Fabricação de acessórios do vestuário	1,6138
Fabricação de produtos alimentares	1,6096

b) setores de serviços

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Correio	7,8351
Atividades de limpeza e higienização em prédios e domicílios	3,0362
Condomínios prediais	2,2924
Estabelecimentos hoteleiros e outros tipos de alojamento temporário	2,1435
Aluguel de imóveis	2,0723
Venda a varejo de combustíveis e lubrificantes	2,0688
Comércio atacadista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,8981
Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,8895
Comércio varejista de mercadorias em geral, em lojas não especializadas	1,6596
Incorporação de imóveis por conta de terceiros	1,6122

c) produtos agropecuários

PRODUTOS	QUOCIENTE LOCACIONAL
Banana	43,7799
Abacaxi	29,3541
Arroz	4,5038
Madeira em tora	2,6039
Tomate	2,3796
Cebola	2,0502
Mandioca	1,7600
Mel	1,3950
Cana-de-açúcar	1,2629
Eqüinos	1,1906

FONTE: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS 2000**. Base de dados disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Temas/RAIS/Estatisticas/Conteudo/RaisOnline.asp>> FEE/FEEDADOS.

Tabela 19

Indicadores do PIB, do rendimento domiciliar e da evasão de renda nos municípios do Corede Litoral — 2000

MUNICÍPIOS	VALOR DO RENDIMENTO ANUAL TOTAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (R\$) (1)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL <i>PER CAPITA</i> (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB <i>PER CAPITA</i> (R\$)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL/PIB (%)
Arroio do Sal	19 116 753,60	3 625,40	28 239 170,90	5 355,43	67,70
Balneário Pinhal	27 388 560,00	3 675,33	32 421 815,12	4 350,75	84,48
Capão da Canoa	109 200 771,36	3 580,59	135 289 248,85	4 436,00	80,72
Capivari do Sul	15 360 639,84	4 943,88	40 559 686,45	13 054,29	37,87
Caraá	11 182 761,12	1 746,49	25 206 424,03	3 936,66	44,36
Cidreira	31 791 904,68	3 579,36	37 043 162,53	4 170,59	85,82
Dom Pedro de Alcântara ...	5 516 611,20	2 092,80	10 712 007,89	4 063,74	51,50
Imbé	49 543 988,76	4 047,05	68 590 119,51	5 602,85	72,23
Mampituba	5 614 727,04	1 807,70	21 396 060,13	6 888,62	26,24
Maquiné	19 842 769,92	2 716,70	26 904 791,03	3 683,57	73,75
Morrinhos do Sul	6 703 568,04	1 897,42	17 896 045,37	5 065,40	37,46
Mostardas	28 216 188,00	2 420,33	92 633 876,20	7 945,95	30,46
Osório	138 459 149,28	3 832,14	190 392 668,88	5 269,51	72,72
Palmares do Sul	29 529 934,56	2 720,65	77 508 139,14	7 140,97	38,10
Santo Antônio da Patrulha	97 346 264,40	2 628,49	202 126 583,06	5 457,72	48,16
Terra de Areia	32 640 923,52	2 849,99	42 409 960,36	3 702,96	76,97
Torres	115 969 611,84	3 755,49	127 573 544,51	4 131,27	90,90
Tramandaí	121 081 414,32	3 900,82	126 232 771,67	4 066,78	95,92
Três Cachoeiras	29 925 644,40	3 142,46	40 963 105,65	4 301,49	73,06
Três Forquilhas	6 569 310,36	2 028,19	14 831 677,34	4 579,09	44,29
Xangri-lá	26 376 062,40	3 217,77	52 069 086,66	6 352,21	50,66

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Brasília, DF, 2001.

(1) Exclui o rendimento dos moradores cuja condição no domicílio era de pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do empregado(a) doméstico(a).

Tabela 20

Setores e produtos de maior especialização relativa do Corede Médio Alto Uruguai — 2000

a) setores industriais	
SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Extração de pedra, areia e argila	5,4632
Captação, purificação e distribuição de água	4,5975
Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento e gesso	4,4504
Fabricação de estruturas metálicas, estruturas de metal para construção ..	4,4298
Descobrimento de madeira	4,3901
Fabricação de produtos diversos	4,1978
Fabricação de artigos do mobiliário	3,0916
Fabricação de produtos cerâmicos — inclusive barro cozido	2,9446
Laticínios	2,8444
Geração, captação e distribuição de energia elétrica	2,7086
b) setores de serviços	
SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Comércio atacadista de produtos agropecuários <i>in natura</i>	3,9803
Outros transportes aquaviários	2,4964
Venda a varejo ou por atacado de peças e acessórios para veículos	2,0583
Venda a varejo de combustíveis e lubrificantes	1,6706
Manutenção e reparação de automóveis, ônibus e caminhões	1,6305
Administração do Estado e da política econômica e social	1,5488
Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,4746
Ensino superior	1,4080
Atividades de rádio e de televisão	1,2906
Serviços sociais	1,2858
c) produtos agropecuários	
PRODUTOS	QUOCIENTE LOCACIONAL
Feijão	4,4580
Goiaba	3,9168
Cana-de-açúcar	3,5548
Melão	3,1684
Mandioca	3,0904
Erva-mate cultivada	2,1901
Tangerina	1,9962
Abacaxi	1,9653
Amendoim	1,9603

FONTE: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS 2000**. Base de dados disponível em: <<http://www.mte.gov.br/temas/RAIS/Estatisticas/Conteudo/RaisOnline.asp>> FEE/FEEDADOS

Tabela 21

Indicadores do PIB, do rendimento domiciliar e da evasão de renda
nos municípios do Corede Médio Alto Uruguai — 2000

MUNICÍPIOS	VALOR DO RENDIMENTO ANUAL TOTAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (R\$) (1)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL PER CAPITA (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB (R\$)
Alpestre	16 768 924,92	1 633,44	56 933 412,54
Ametista do Sul	17 965 960,80	2 423,25	28 786 407,02
Boa Vista das Missões	6 491 705,04	2 966,96	22 424 573,44
Caiçara	14 216 368,32	2 547,74	40 328 131,10
Cerro Grande	4 304 947,68	1 655,11	15 137 261,71
Cristal do Sul	2 962 436,88	1 030,77	19 577 835,02
Dois Irmãos das Missões	4 494 065,40	1 900,24	22 255 872,21
Engenho Velho	4 050 236,16	1 897,96	15 384 595,18
Erval Seco	15 635 325,60	1 703,75	50 104 829,11
Frederico Westphalen	93 540 694,56	3 495,67	136 117 404,25
Gramado dos Loureiros	4 537 827,60	1 784,44	13 994 914,61
Iraí	26 480 044,80	2 862,71	46 796 252,47
Jaboticaba	7 847 850,60	1 730,13	26 876 224,97
Lajeado do Bugre	3 554 247,96	1 443,06	14 183 083,86
Liberato Salzano	11 464 284,96	1 743,88	32 239 808,52
Nonoai	30 721 851,72	2 396,03	64 981 746,00
Novo Tiradentes	3 175 938,48	1 316,72	16 530 992,75
Palmitinho	17 670 072,00	2 545,02	40 754 729,05
Pinhal	9 424 885,68	3 765,44	20 792 075,40
Pinheirinho do Vale	7 324 788,00	1 750,67	31 358 140,23
Planalto	25 507 057,92	2 256,86	55 825 917,91
Rio dos Índios	7 473 878,28	1 589,51	24 009 060,31
Rodeio Bonito	17 721 383,76	3 081,44	36 467 019,15
Sagrada Família	3 889 624,32	1 468,89	15 031 128,65
Seberi	26 059 206,48	2 296,17	66 288 023,12
Taquaruçu do Sul	6 167 217,60	2 111,34	28 262 484,97
Três Palmeiras	13 214 169,00	2 860,21	26 469 424,66
Trindade do Sul	9 816 588,96	1 657,65	31 811 948,82
Vicente Dutra	9 032 758,08	1 474,01	34 426 252,90
Vista Alegre	6 574 008,00	2 194,26	19 172 472,33

(continua)

Tabela 21

Indicadores do PIB, do rendimento domiciliar e da evasão de renda nos municípios do Corede Médio Alto Uruguai — 2000

MUNICÍPIOS	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL/PIB (%)
Alpestre	5 545,82	29,45
Ametista do Sul	3 882,71	62,41
Boa Vista das Missões	10 248,89	28,95
Caiçara	7 227,26	35,25
Cerro Grande	5 819,79	28,44
Cristal do Sul	6 812,05	15,13
Dois Irmãos das Missões	9 410,52	20,19
Engenho Velho	7 209,28	26,33
Erval Seco	5 459,83	31,21
Frederico Westphalen	5 086,79	68,72
Gramado dos Loureiros	5 503,31	32,42
Iraí	5 059,05	56,59
Jaboticaba	5 925,09	29,20
Lajeado do Bugre	5 758,46	25,06
Liberato Salzano	4 904,14	35,56
Nonoai	5 067,99	47,28
Novo Tiradentes	6 853,65	19,21
Palmitinho	5 869,90	43,36
Pinhal	8 306,86	45,33
Pinheirinho do Vale	7 494,78	23,36
Planalto	4 939,47	45,69
Rio dos Índios	5 106,14	31,13
Rodeio Bonito	6 340,99	48,60
Sagrada Família	5 676,41	25,88
Seberi	5 840,87	39,31
Taquaruçu do Sul	9 675,62	21,82
Três Palmeiras	5 729,31	49,92
Trindade do Sul	5 371,83	30,86
Vicente Dutra	5 617,86	26,24
Vista Alegre	6 399,36	34,29

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Brasília, DF, 2001.

(1) Exclui o rendimento dos moradores cuja condição no domicílio era de pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do empregado(a) doméstico(a).

Tabela 22

Setores e produtos de maior especialização relativa do Corede Missões — 2000

a) setores industriais

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Obras de infra-estrutura para engenharia elétrica e eletrônica	11,1907
Fundição	9,5635
Produção de óleos vegetais e gorduras vegetais e animais	8,8407
Captação, purificação e distribuição de água	4,3518
Fabricação de bebidas	3,3494
Obras e instalações	3,1618
Fabricação de tanques, caldeiras e reservatórios metálicos	2,6195
Impressão e serviços conexos para terceiros	2,5511
Fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos	2,3459
Fabricação de produtos cerâmicos — inclusive barro cozido	2,3307

b) setores de serviços

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Comércio atacadista de produtos agropecuários <i>in natura</i>	3,5672
Intermediários do comércio	2,2751
Venda a varejo ou por atacado de peças e acessórios para veículos	1,9185
Venda a varejo de combustíveis e lubrificantes	1,8867
Venda, manutenção e reparação de motocicletas e motonetas novas e usadas	1,8214
Comércio atacadista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,5925
Publicidade	1,5411
Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,4763
Ensino de segundo grau de formação geral, profissionalizante ou técnica	1,4744
Comércio varejista de outros produtos novos em lojas especializadas	1,4177

c) produtos agropecuários

PRODUTOS	QUOCIENTE LOCACIONAL
Sorgo	3,8277
Mandioca	3,1817
Amendoim	3,0389
Trigo	3,0348
Cana-de-açúcar	2,3257
Abacaxi	2,2153
Centeio	1,9082
Soja	1,5373
Batata-doce	1,5074
Leite	1,2805

FONTE: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS 2000**. Base de dados disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Temas/RAIS/Estatisticas/Conteudo/RaisOnLine.asp>> FEE/FEEDADOS.

Tabela 23

Indicadores do PIB, do rendimento domiciliar e da evasão da renda
nos municípios do Corede Missões — 2000

MUNICÍPIOS	VALOR DO RENDIMENTO ANUAL TOTAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (R\$) (1)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL <i>PER</i> <i>CAPITA</i> (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB (R\$)
Bossoroca	14 666 080,80	1 890,69	56 613 939,62
Caibaté	17 280 840,00	2 385,87	50 119 592,56
Cerro Largo	37 318 507,20	2 946,59	81 621 591,92
Dezesseis de Novembro	4 743 748,80	1 377,40	16 847 694,14
Entre-Ijuís	19 019 496,96	1 960,37	63 734 289,86
Eugênio de Castro	8 038 821,96	2 426,45	27 574 075,60
Garruchos	5 666 116,80	1 541,80	28 256 297,89
Giruí	51 726 503,52	2 758,89	123 928 032,99
Guarani das Missões	18 514 680,24	2 059,47	82 954 833,32
Itacurubi	6 773 513,76	1 933,63	32 547 328,09
Pirapó	4 612 185,60	1 377,18	20 868 491,75
Porto Xavier	28 987 019,28	2 590,44	51 684 888,46
Roque Gonzáles	15 208 566,36	1 950,07	49 110 384,92
Salvador das Missões	6 406 585,68	2 403,97	27 689 371,61
Santo Ângelo	299 933 034,72	3 908,18	310 557 783,02
Santo Antônio das Missões	26 714 103,84	2 104,96	76 644 462,69
São Luiz Gonzaga	116 843 958,00	2 954,11	193 868 739,85
São Miguel das Missões	23 697 615,36	3 084,82	65 251 658,90
São Nicolau	9 469 485,12	1 478,22	29 367 905,21
São Paulo das Missões	12 017 437,08	1 672,11	51 408 470,96
São Pedro do Butiá	7 638 739,20	2 669,02	28 163 100,96
Sete de Setembro	3 603 617,28	1 528,90	15 114 854,61
Ubiretama	4 087 188,00	1 526,78	18 276 960,31
Vitória das Missões	5 530 351,68	1 389,88	24 149 220,55

(continua)

Tabela 23

Indicadores do PIB, do rendimento domiciliar e da evasão da renda
nos municípios do Corede Missões — 2000

MUNICÍPIOS	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL/PIB (%)
Bossoroca	7 298,43	25,91
Caibaté	6 919,73	34,48
Cerro Largo	6 444,66	45,72
Dezesseis de Novembro	4 891,90	28,16
Entre-Ijuís	6 569,19	29,84
Eugênio de Castro	8 322,99	29,15
Garruchos	7 688,79	20,05
Giruí	6 609,85	41,74
Guarani das Missões	9 227,46	22,32
Itacurubi	9 291,27	20,81
Pirapó	6 231,26	22,10
Porto Xavier	4 618,85	56,08
Roque Gonzáles	6 297,01	30,97
Salvador das Missões	10 390,01	23,14
Santo Ângelo	4 046,62	96,58
Santo Antônio das Missões	6 039,28	34,85
São Luiz Gonzaga	4 901,49	60,27
São Miguel das Missões	8 494,10	36,32
São Nicolau	4 584,44	32,24
São Paulo das Missões	7 152,98	23,38
São Pedro do Butiá	9 840,36	27,12
Sete de Setembro	6 412,75	23,84
Ubiretama	6 827,40	22,36
Vitória das Missões	6 069,17	22,90

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Brasília, DF, 2001.

(1) Exclui-se o rendimento dos moradores cuja condição no domicílio era de pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do empregado(a) doméstico(a).

Tabela 24

Setores e produtos de maior especialização relativa do Corede Nordeste — 2000

a) setores industriais

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Fabricação de máquinas e aparelhos para uso doméstico e pessoal	16,3993
Desdobramento de madeira	11,3062
Fabricação de artigos do mobiliário	4,7426
Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado	2,8553
Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos — exclusive vestuário	2,3043
Processamento, preservação e produção de conservas de frutas, legumes ..	2,0161
Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	1,9947
Captação, purificação e distribuição de água	1,8484
Laticínios	1,8396
Fabricação de papel, papelão liso, cartolina e cartão	1,7786

b) setores de serviços

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Planos de saúde	4,4569
Manutenção e reparação de automóveis, ônibus e caminhões	2,9264
Venda a varejo ou por atacado de peças e acessórios para veículos	2,5931
Comércio atacadista de produtos agropecuários <i>in natura</i>	2,5624
Comércio atacadista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	2,4014
Venda a varejo de combustíveis e lubrificantes	2,2139
Atividades de rádio e de televisão	2,0706
Venda a varejo e por atacado de automóveis, ônibus e caminhões	1,5220
Outros transportes terrestres	1,4454
Intermediação monetária — depósitos à vista	1,3842

c) produtos agropecuários

PRODUTOS	QUOCIENTE LOCACIONAL
Maçã	9,9982
Aveia	4,0378
Batata-inglesa	3,6532
Pinhão	3,2930
Cevada	2,7323
Feijão	2,0220
Alho	1,9751
Milho	1,7555
Soja	1,4136
Trigo	1,2004

FONTE: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS 2000**. Base de dados disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Temas/RAIS/Estatisticas/Conteudo/RaisOnLine.asp>> FEE/FEEDADOS.

Tabela 25

Indicadores do PIB, do rendimento domiciliar e da evasão de renda nos municípios do Corede Nordeste — 2000

MUNICÍPIOS	VALOR DO				RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL PER CAPITA (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL/PIB (%)
	RENDIMENTO ANUAL TOTAL DOS DOMICÍLIOS PERMANENTES (R\$) (1)							
André da Rocha	4 320 556,80	3 881,90	21 782 526,57	19 571,00	19,83			
Barracão	11 383 706,40	2 035,71	35 599 949,95	6 366,23	31,98			
Cacique Doble	9 727 741,44	2 039,36	27 618 826,83	5 790,11	35,22			
Caseiros	5 795 366,40	1 999,09	20 025 430,00	6 907,70	28,94			
Charrua	7 188 779,40	1 900,29	23 400 140,89	6 185,60	30,72			
Esmeralda	11 788 242,48	2 135,16	43 558 885,47	7 889,67	27,06			
Ibiatã	26 078 429,52	4 983,46	39 538 440,52	7 555,60	65,96			
Ibiraiaras	27 465 531,60	3 834,36	54 140 236,48	7 558,32	50,73			
Lagoa Vermelha	90 976 191,36	3 049,52	166 531 914,30	5 582,14	54,63			
Machadinho	11 296 713,60	1 972,19	31 293 001,35	5 463,16	36,10			
Maximiliano de Almeida	11 702 155,20	2 070,81	35 606 864,26	6 300,98	32,86			
Monte Alegre dos Campos	4 132 472,16	1 359,37	23 751 684,66	7 813,05	17,40			
Muitos Capões	7 094 382,96	2 474,50	58 832 878,68	20 520,71	12,06			
Paim Filho	16 645 059,60	3 445,47	31 876 711,37	6 598,37	52,22			
Sananduva	58 701 895,20	3 981,41	111 520 964,06	7 563,82	52,64			
Santo Expedito do Sul	5 501 760,12	2 050,60	16 850 374,03	6 280,42	32,65			
São João da Urtiga	11 202 483,60	2 272,77	28 526 494,02	5 787,48	39,27			
São José do Ouro	20 765 894,40	2 945,10	44 409 122,50	6 298,27	46,76			
Tupanci do Sul	4 008 747,60	2 319,88	14 830 252,27	8 582,32	27,03			
Vacatia	216 607 118,40	3 777,53	362 210 097,19	6 316,77	59,80			

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Brasília, DF, 2001.

(1) Exclui o rendimento dos moradores cuja condição no domicílio era de pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do empregado(a) doméstico(a).

Tabela 26

Setores e produtos de maior especialização relativa do Corede Noroeste Colonial — 2000

a) setores industriais

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Fabricação de máquinas e equipamentos para agricultura e avicultura	8,7293
Fabricação de equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica	7,8174
Forjaria, estamparia, metalurgia do pó e serviços de tratamento de metais ..	7,2975
Laticínios	3,5077
Extração de outros minerais não-metálicos industriais de transformação	2,6638
Fabricação de acessórios do vestuário	2,3894
Captação, purificação e distribuição de água	2,3619
Produção de óleos vegetais e gorduras vegetais e animais	2,2174
Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral	2,2162
Fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos	2,1529

b) setores de serviços

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Comércio atacadista de produtos agropecuários <i>in natura</i>	8,6278
Outras atividades de informática, não especificadas anteriormente	3,5854
Comércio atacadista de mercadorias em geral	2,1788
Venda a varejo ou por atacado de peças e acessórios para veículos	2,0914
Ensino superior	1,9590
Comércio atacadista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,7213
Venda a varejo de combustíveis e lubrificantes	1,5727
Venda, manutenção e reparação de motocicletas e motonetas novas e usadas	1,4921
Atividades de rádio e de televisão	1,4077
Ensino de segundo grau de formação geral, profissionalizante ou técnica	1,4026

c) produtos agropecuários

PRODUTOS	QUOCIENTE LOCACIONAL
Centeio	13,6436
Trigo	4,9326
Soja	4,0574
Mandioca	2,9525
Leite	2,9280
Erva-mate cultivada	1,9366
Suínos	1,7507
Aveia	1,6023
Cana-de-açúcar	1,5906
Batata-doce	1,5828

FONTE: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS 2000**. Base de dados disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Temas/RAIS/Estatisticas/Conteudo/RaisOnLine.asp>> FEE/FEEDADOS.

Tabela 27

Indicadores do PIB, do rendimento domiciliar e da evasão de renda
nos municípios do Corede Noroeste Colonial — 2000

MUNICÍPIOS	VALOR DO RENDIMENTO ANUAL TOTAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (R\$) (1)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL PER CAPITA (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB (R\$)
Ajuricaba	21 784 311,36	2 825,83	53 743 950,36
Augusto Pestana	22 907 462,76	2 802,82	51 767 597,13
Barra do Guarita	5 330 357,76	1 784,52	16 661 297,66
Bom Progresso	5 002 684,80	1 767,11	18 160 071,51
Braga	6 313 356,00	1 503,90	23 251 485,15
Campo Novo	13 744 014,60	2 044,94	37 191 106,56
Catuípe	29 823 156,00	2 924,41	62 847 672,24
Chiapetta	9 314 275,80	2 078,62	39 481 901,42
Condor	18 483 942,00	2 847,63	59 143 480,60
Coronel Barros	6 521 714,04	2 657,59	19 090 202,86
Coronel Bicaco	19 960 228,80	2 366,36	60 032 032,65
Crissiumal	32 933 900,40	2 169,56	98 442 670,29
Derrubadas	8 237 424,00	2 217,34	24 631 357,24
Esperança do Sul	4 861 028,16	1 294,55	21 012 547,11
Humaitá	13 906 463,76	2 660,00	41 371 477,32
Ijuí	307 872 588,96	3 923,89	447 672 641,84
Inhacorá	4 771 745,64	2 006,62	19 551 140,61
Jóia	17 881 047,72	2 158,50	60 942 124,96
Miraguaí	8 050 694,40	1 599,26	23 267 169,88
Nova Ramada	6 885 451,44	2 528,63	21 408 789,73
Panambi	122 764 514,40	3 764,63	303 474 445,04
Pejuçara	14 159 282,40	3 380,11	37 616 497,31
Redentora	9 987 051,36	1 128,99	35 646 609,80
Santo Augusto	37 395 750,00	2 592,25	98 916 189,38
São Martinho	19 128 971,88	3 026,26	41 564 469,90
São Valério do Sul	3 988 643,40	1 519,48	16 458 324,05
Sede Nova	7 022 109,24	2 188,94	24 589 956,54
Tenente Portela	30 884 987,76	2 153,31	62 952 896,91
Tiradentes do Sul	13 237 927,20	1 765,76	39 179 681,83
Três Passos	77 914 830,00	3 160,08	199 739 617,01
Vista Gaúcha	6 409 560,00	2 352,13	22 400 078,81

(continua)

Tabela 27

Indicadores do PIB, do rendimento domiciliar e da evasão de renda
nos municípios do Corede Noroeste Colonial — 2000

MUNICÍPIOS	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL/PIB (%)
Ajuricaba	6 971,59	40,53
Augusto Pestana	6 333,98	44,25
Barra do Guarita	5 577,94	31,99
Bom Progresso	6 414,72	27,55
Braga	5 538,71	27,15
Campo Novo	5 533,57	36,96
Catuípe	6 162,74	47,45
Chiapetta	8 810,96	23,59
Condor	9 111,61	31,25
Coronel Barros	7 779,22	34,16
Coronel Bicaco	7 117,02	33,25
Crissiumal	6 485,02	33,45
Derrubadas	6 630,24	33,44
Esperança do Sul	5 595,88	23,13
Humaitá	7 913,44	33,61
Ijuí	5 705,67	68,77
Inhacorá	8 221,67	24,41
Jóia	7 356,61	29,34
Miraguaí	4 622,00	34,60
Nova Ramada	7 862,21	32,16
Panambi	9 306,18	40,45
Pejuçara	8 979,83	37,64
Redentora	4 029,69	28,02
Santo Augusto	6 856,80	37,81
São Martinho	6 575,62	46,02
São Valério do Sul	6 269,84	24,23
Sede Nova	7 665,20	28,56
Tenente Portela	4 389,10	49,06
Tiradentes do Sul	5 226,05	33,79
Três Passos	8 101,06	39,01
Vista Gaúcha	8 220,21	28,61

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Brasília, DF, 2001.

(1) Excluído o rendimento dos moradores cuja condição no domicílio era de pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do empregado(a) doméstico(a).

Tabela 28

Setores e produtos de maior especialização relativa do Corede Norte — 2000

a) setores industriais

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Fabricação de máquinas e equipamentos de sistemas eletrônicos	6,0088
Fabricação de acessórios do vestuário	5,4508
Fabricação de cabines, carrocerias e reboques	4,7763
Fabricação de papel, papelão liso, cartolina e cartão	3,7936
Reciclagem de sucatas	3,1612
Fabricação de produtos alimentares	3,1534
Abate, produção de carne e preparação de produtos de carne	3,0999
Fabricação de artefatos têxteis incluindo tecelagem	2,7968
Fabricação de lâmpadas e equipamentos de iluminação	2,5551
Impressão e serviços conexos para terceiros	2,0038

b) setores de serviços

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Outras atividades de concessão de crédito — exceto arrendamento mercantil	6,3830
Atividades de organizações empresariais, profissionais e patronais	5,9966
Incorporação de imóveis por conta própria	4,0327
Atividades de investigação, vigilância e segurança	3,5110
Comércio atacadista de produtos agropecuários <i>in natura</i>	2,9264
Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos	2,1271
Venda a varejo ou por atacado de peças e acessórios para veículos	2,0370
Manutenção e reparação de automóveis, ônibus e caminhões	1,9811
Formação permanente e outras atividades de ensino, saúde e serviços sociais	1,7525
Atividades de rádio e de televisão	1,6833

c) produtos agropecuários

PRODUTOS	QUOCIENTE LOCACIONAL
Erva-mate extrativa	37,6641
Feijão	20,7631
Erva-mate cultivada	17,9894
Milho	17,3419
Cevada	16,0911
Suínos	14,6149
Figo	9,8709
Centeio	9,2701
Frangos	8,5029
Amendoim	8,4047

FONTE: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS 2000**. Base de dados disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Temas/RAIS/Estatisticas/Conteudo/RaisOnLine.asp>> FEE/FEEDADOS.

Tabela 29

Indicadores do PIB, do rendimento domiciliar e da evasão de renda
nos municípios do Corede Norte — 2000

MUNICÍPIOS	VALOR DO RENDIMENTO ANUAL TOTAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (R\$) (1)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL <i>PER</i> <i>CAPITA</i> (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB (R\$)
Aratiba	17 857 440,60	2 509,48	65 931 024,12
Áurea	7 767 928,32	1 997,41	21 741 354,68
Barão de Cotegipe	21 112 875,00	3 047,91	53 636 605,87
Barra do Rio Azul	6 729 300,84	2 787,61	20 458 625,06
Benjamin Constant do Sul	3 722 300,40	1 364,98	12 667 700,27
Campinas do Sul	25 024 594,32	3 030,35	60 506 972,37
Carlos Gomes	2 918 140,56	1 526,22	12 166 244,74
Centenário	4 833 879,12	1 545,85	19 771 248,20
Entre Rios do Sul	10 498 488,00	3 007,30	34 196 788,34
Erebango	6 432 344,52	2 127,80	24 452 769,85
Erechim	375 949 195,44	4 161,17	719 139 217,52
Erval Grande	12 497 040,48	2 213,04	27 309 000,08
Estação	17 903 736,72	2 874,72	56 741 930,09
Faxinalzinho	7 175 407,80	2 454,81	19 110 552,90
Floriano Peixoto	4 231 145,76	1 792,10	17 198 836,27
Gaurama	20 758 926,24	3 248,15	48 124 589,87
Getúlio Vargas	51 498 317,52	3 119,41	113 138 960,38
Ipiranga do Sul	7 294 094,88	3 545,99	24 276 365,43
Itatiba do Sul	10 392 805,44	1 978,83	26 386 989,22
Jacutinga	11 378 417,40	2 678,54	31 772 501,54
Marcelino Ramos	17 324 044,08	2 836,29	38 133 929,90
Mariano Moro	9 801 266,16	3 961,71	18 805 899,17
Ponte Preta	3 830 446,80	1 779,12	17 797 512,59
São Valentim	8 843 208,36	2 152,16	25 734 415,27
Severiano de Almeida	12 028 615,56	2 896,37	34 964 580,52
Três Arroios	8 735 983,20	2 778,62	28 037 368,92
Viadutos	17 892 015,00	2 939,38	38 137 095,65

(continua)

Tabela 29

Indicadores do PIB, do rendimento domiciliar e da evasão de renda
nos municípios do Corede Norte — 2000

MUNICÍPIOS	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL/PIB (%)
Aratiba	9 265,18	27,09
Áurea	5 590,47	35,73
Barão de Cotegipe	7 743,12	39,36
Barra do Rio Azul	8 474,99	32,89
Benjamin Constant do Sul	4 645,29	29,38
Campinas do Sul	7 327,07	41,36
Carlos Gomes	6 363,10	23,99
Centenário	6 322,75	24,45
Entre Rios do Sul	9 795,70	30,70
Erebango	8 088,91	26,31
Erechim	7 959,75	52,28
Erval Grande	4 836,02	45,76
Estação	9 110,78	31,55
Faxinalzinho	6 537,99	37,55
Florianópolis	7 284,56	24,60
Gaurama	7 530,06	43,14
Getúlio Vargas	6 853,17	45,52
Ipiranga do Sul	11 801,83	30,05
Itatiba do Sul	5 024,18	39,39
Jacutinga	7 479,40	35,81
Marcelino Ramos	6 243,28	45,43
Mariano Moro	7 601,41	52,12
Ponte Preta	8 266,38	21,52
São Valentim	6 262,94	34,36
Severiano de Almeida	8 419,11	34,40
Três Arroios	8 917,74	31,16
Viadutos	6 265,34	46,91

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Brasília, DF, 2001.

(1) Exclui-se o rendimento dos moradores cuja condição no domicílio era de pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do empregado(a) doméstico(a).

Tabela 30

Setores e produtos de maior especialização relativa do Corede
Paranhana-Encosta da Serra — 2000

a) setores industriais	
SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Fabricação de calçados	3,997
Fabricação de artefatos diversos de papel, papelão e cartolina	1,955
Fabricação de defensivos agrícolas	1,611
Curtimento e outras preparações de couro	1,335
Reciclagem de sucatas	1,007
b) setores de serviços	
SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Manutenção e reparação de máquinas de escritório, de contabilidade ...	4,0781
Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas ...	4,0651
Planos de saúde	3,0283
Intermediários do comércio	2,6424
Reparação de objetos pessoais e utilidades domésticas	2,4815
Venda, manutenção e reparação de motocicletas e motonetas novas e usadas	2,1436
Aluguel de imóveis	2,0854
Comércio atacadista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,4506
Ensino pré-escolar, ensino primário e de primeiro grau	1,4429
Comércio varejista de tecidos, artigos de armarinho, vestuário e calçados	1,4365
c) produtos agropecuários	
PRODUTOS	QUOCIENTE LOCACIONAL
Goiaba	1,1796

FONTE: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS 2000**. Base de dados disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Temas/RAIS/Estatisticas/Conteudo/RaisOnLine.asp>> FEE/FEEDADOS .

Tabela 31

Indicadores do PIB, do rendimento domiciliar e da evasão de renda nos municípios do Corede Paranhana-Encosta da Serra — 2000

MUNICÍPIOS	VALOR DO			RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL PER CAPITA (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL/PIB (%)
	RENDIMENTO ANUAL TOTAL DOS DOMICÍLIOS PERMANENTES (R\$) (1)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL PER CAPITA (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB (R\$)				
Igrejinha	100 275 286,08	3 746,23	348 198 632,38	13 008,50	28,80		
Lindolfo Collor	11 327 997,12	2 566,38	83 648 618,65	18 950,75	13,54		
Morro Reuter	20 441 858,40	4 101,50	60 110 239,49	12 060,64	34,01		
Parobé	129 456 478,80	2 891,20	529 374 391,29	11 822,73	24,45		
Picada Café	17 692 782,24	3 786,17	84 783 209,19	18 143,21	20,87		
Presidente Lucena	7 221 525,84	3 490,35	19 491 876,37	9 420,92	37,05		
Riozinho	10 049 437,44	2 468,54	33 132 259,79	8 138,60	30,33		
Rolante	51 044 820,00	2 859,49	158 141 108,19	8 858,95	32,28		
Santa Maria do Herval	17 848 036,80	3 029,71	57 518 208,92	9 763,74	31,03		
Taquara	216 226 501,92	4 093,26	255 586 937,08	4 838,37	84,60		
Três Corças	71 098 641,00	3 659,22	238 681 108,32	12 284,15	29,79		

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Brasília, DF, 2001.

(1) Exclui o rendimento dos moradores cuja condição no domicílio era de pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do empregado(a) doméstico(a).

Tabela 32

Setores e produtos de maior especialização relativa do Corede Produção — 2000

a) setores industriais

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Fabricação de máquinas e equipamentos para agricultura e avicultura	5,7678
Abate, produção de carne e preparação de produtos de carne	4,2763
Produção de óleos vegetais e gorduras vegetais e animais	3,0949
Extração de pedra, areia e argila	3,0635
Laticínios	2,9123
Fabricação de estruturas metálicas, estruturas de metal para construção	2,8117
Confecção de artigos do vestuário	2,3094
Fabricação de artigos para viagem e de artefatos diversos de couros	2,1267
Fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos	1,9870
Preparação do terreno	1,6425

b) setores de serviços

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Pesquisa e desenvolvimento das ciências físicas e naturais	4,4430
Comércio atacadista de produtos agropecuários <i>in natura</i>	2,9455
Venda a varejo ou por atacado de peças e acessórios para veículos	1,9869
Comércio atacadista de mercadorias em geral	1,9210
Venda a varejo de combustíveis e lubrificantes	1,7539
Atividades auxiliares da intermediação financeira, exceto seguro e previdência	1,6880
Venda a varejo e por atacado de automóveis, ônibus e caminhões	1,6196
Ensino superior	1,5791
Manutenção e reparação de automóveis, ônibus e caminhões	1,5708
Atividades de rádio e de televisão	1,5204

c) produtos agropecuários

PRODUTOS	QUOCIENTE LOCACIONAL
Aveia	4,3959
Cevada	3,9721
Erva-mate extrativa	2,9348
Soja	2,3141
Erva-mate cultivada	1,8717
Trigo	1,7816
Milho	1,7385
Centeio	1,7155
Frangos	1,6714
Pinhão	1,3083

FONTE: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS 2000**. Base de dados disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Temas/RAIS/Estatisticas/Conteudo/RaisOnline.asp>> FEE/FEEDADOS.

Tabela 33

Indicadores do PIB, do rendimento domiciliar e da evasão de renda
nos municípios do Corede Produção — 2000

MUNICÍPIOS	VALOR DO RENDIMENTO ANUAL TOTAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (R\$) (1)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL <i>PER</i> <i>CAPITA</i> (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB (R\$)
Água Santa	12 041 299,20	2 917,69	34 908 468,03
Barra Funda	5 518 686,60	2 473,64	26 310 763,83
Camargo	8 827 375,80	3 533,78	39 650 153,30
Carazinho	224 614 335,60	3 750,20	401 652 577,53
Casca	39 382 772,16	4 666,21	77 131 447,61
Chapada	28 828 625,40	2 958,00	86 662 580,32
Ciriaco	15 614 663,28	2 973,09	35 058 761,28
Constantina	31 916 828,16	2 735,65	65 036 472,67
Coqueiros do Sul	5 870 392,56	2 178,25	22 303 040,63
Coxilha	6 259 667,04	2 101,26	36 182 996,81
David Canabarro	15 091 475,40	3 183,86	38 396 633,63
Ernestina	12 405 954,24	3 147,92	30 566 259,79
Gentil	4 964 038,56	2 802,96	20 191 622,15
Marau	117 746 484,24	4 151,70	546 844 017,47
Mato Castelhano	7 065 058,80	2 879,00	28 971 427,24
Muliterno	3 731 922,72	2 110,82	16 057 075,63
Nicolau Vergueiro	5 073 288,24	2 799,83	18 972 709,78
Nova Alvorada	8 682 038,28	3 149,09	28 758 555,75
Nova Boa Vista	5 131 563,84	2 309,43	18 673 209,75
Novo Barreiro	5 967 879,12	1 543,28	22 661 712,07
Palmeira das Missões	120 472 430,76	3 154,39	241 936 440,53
Passo Fundo	809 591 128,20	4 805,89	1 082 615 162,21
Pontão	9 414 267,84	2 411,44	40 599 291,52
Ronda Alta	30 157 596,00	3 000,46	66 277 309,92
Rondinha	20 868 000,84	3 417,06	39 203 234,21
Santo Antônio do Palma	8 347 555,44	3 782,31	24 344 780,63
Santo Antônio do Planalto	5 306 618,88	2 651,98	26 476 038,73
São Domingos do Sul	10 429 581,60	3 684,06	23 952 566,59
São José das Missões	5 626 383,84	1 875,46	18 073 219,53
Sarandi	62 395 851,84	3 435,52	145 124 196,81
Sertão	24 404 731,68	3 268,78	56 047 881,57
Soledade	94 750 248,96	3 187,35	123 902 062,72
Tapejara	50 219 376,48	3 322,49	110 841 976,01
Vanini	5 510 583,12	2 920,29	20 359 823,93
Vila Lângaro	6 250 040,16	2 744,86	19 152 681,45
Vila Maria	16 476 488,88	3 948,36	48 724 680,42

(continua)

Tabela 33

Indicadores do PIB, do rendimento domiciliar e da evasão de renda nos municípios do Corede Produção — 2000

MUNICÍPIOS	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL/PIB (%)
Água Santa	8 458,56	34,49
Barra Funda	11 793,26	20,98
Camargo	15 872,76	22,26
Carazinho	6 706,06	55,92
Casca	9 138,80	51,06
Chapada	8 892,12	33,27
Ciriaco	6 675,32	44,54
Constantina	5 574,40	49,08
Coqueiros do Sul	8 275,71	26,32
Coxilha	12 146,02	17,30
David Canabarro	8 100,56	39,30
Ernestina	7 755,97	40,59
Gentil	11 401,25	24,58
Marau	19 281,55	21,53
Mato Castelhano	11 805,80	24,39
Muliterno	9 082,06	23,24
Nicolau Vergueiro	10 470,59	26,74
Nova Alvorada	10 431,10	30,19
Nova Boa Vista	8 403,78	27,48
Novo Barreiro	5 860,28	26,33
Palmeira das Missões	6 334,74	49,80
Passo Fundo	6 426,62	74,78
Pontão	10 399,41	23,19
Ronda Alta	6 594,10	45,50
Rondinha	6 419,39	53,23
Santo Antônio do Palma	11 030,71	34,29
Santo Antônio do Planalto	13 231,40	20,04
São Domingos do Sul	8 460,81	43,54
São José das Missões	6 024,41	31,13
Sarandi	7 990,54	42,99
Sertão	7 507,08	43,54
Soledade	4 168,00	76,47
Tapejara	7 333,24	45,31
Vanini	10 789,52	27,07
Vila Lângaro	8 411,37	32,63
Vila Maria	11 676,18	33,82

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Brasília, DF, 2001.

(1) Excluído o rendimento dos moradores cuja condição no domicílio era de pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do empregado(a) doméstico(a).

Tabela 34

Setores e produtos de maior especialização relativa do Corede Serra — 2000

a) setores industriais

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Fabricação de caminhões e ônibus	5,3326
Fabricação de cabines, carrocerias e reboques	4,1895
Fabricação de lâmpadas e equipamentos de iluminação	3,7031
Fabricação de tecidos e artigos de malha	3,5258
Fabricação de artigos de cutelaria, de serralheria e de ferramentas	2,8442
Fabricação de artigos do mobiliário	2,7710
Fabricação de equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica	2,5945
Fabricação de motores elétricos, geradores e transformadores	2,4955
Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	2,3879
Fabricação de máquinas e aparelhos para uso doméstico e pessoal	2,3824

b) setores de serviços

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Outras atividade de concessão de crédito — exceto arrendamento mercantil	3,4314
Consultoria e elaboração de programas de informática	2,2273
Manutenção e reparação de automóveis, ônibus e caminhões	2,2269
Pesquisa e desenvolvimento das ciências físicas e naturais	2,1619
Incorporação de imóveis por conta própria	2,1441
Comércio atacadista de mercadorias em geral	1,9931
Outras atividades artísticas e de entretenimento	1,8564
Atividades jurídicas, de contabilidade e auditoria	1,7940
Outros transportes terrestres	1,6815
Venda a varejo e por atacado de automóveis, ônibus e caminhões	1,6539

c) produtos agropecuários

PRODUTOS	QUOCIENTE LOCACIONAL
Uva	11,7886
Alho	10,1594
Tomate	8,1012
Caqui	7,4817
Pêssego	7,1452
Ervilha	5,6724
Frangos	4,6866
Ovos de galinha	3,8069
Cebola	3,3272
Maçã	3,2657

FONTE: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS 2000**. Base de dados disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Temas/RAIS/Estatisticas/Conteudo/RaisOnLine.asp>> FEE/FEEDADOS.

Tabela 35

Indicadores do PIB, do rendimento domiciliar e da evasão de renda nos municípios do Corede Serra — 2000

MUNICÍPIOS	VALOR DO RENDIMENTO ANUAL TOTAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (R\$) (1)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL PER CAPITA (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB (R\$)
Antônio Prado	64 527 196,80	4 995,14	142 524 396,16
Bento Gonçalves	506 296 327,68	5 534,14	1 206 316 894,35
Boa Vista do Sul	14 215 845,60	5 005,58	39 216 918,93
Campestre da Serra	8 465 287,68	2 670,44	39 291 088,51
Carlos Barbosa	109 396 915,32	5 331,49	291 167 167,38
Caxias do Sul	2 096 660 111,64	5 817,29	4 877 291 339,62
Cotiporã	15 713 779,20	3 839,18	29 875 974,28
Fagundes Varela	8 660 660,64	3 504,92	46 007 417,62
Farroupilha	267 066 095,04	4 828,71	695 652 420,49
Flores da Cunha	131 563 129,56	5 556,34	321 457 822,22
Garibaldi	153 864 524,16	5 429,81	465 497 411,23
Guabiju	5 865 193,92	3 353,46	13 835 000,30
Guaporé	86 608 681,32	4 316,62	130 596 795,54
Ipê	15 565 798,80	2 852,97	43 419 373,67
Montauri	6 362 309,16	3 778,09	15 492 667,39
Monte Belo do Sul	18 932 000,64	6 573,61	26 401 378,77
Nova Araçá	20 217 084,60	6 247,55	37 416 439,15
Nova Bassano	39 446 687,52	5 034,03	155 150 523,03
Nova Pádua	14 624 694,72	6 103,80	51 837 850,76
Nova Prata	84 277 375,20	4 594,27	305 099 678,88
Nova Roma do Sul	11 807 976,96	3 894,45	30 438 308,41
Paraí	27 832 177,80	4 623,29	53 918 862,75
Protásio Alves	8 880 634,08	4 204,85	15 438 477,58
Santa Tereza	6 274 819,80	3 549,11	22 173 557,82
São Jorge	8 373 511,44	2 912,53	23 099 295,50
São Marcos	87 435 933,12	4 612,09	194 077 808,26
São Valentim do Sul	8 656 216,80	4 044,96	20 611 771,69
Serafina Corrêa	49 103 706,96	4 507,41	169 551 821,35
União da Serra	7 457 922,36	3 908,76	17 535 425,07
Veranópolis	103 047 623,28	5 293,72	252 703 470,00
Vila Flores	9 719 160,48	3 149,44	32 606 677,65
Vista Alegre do Prata	5 749 846,20	3 553,68	16 686 003,00

(continua)

Tabela 35

Indicadores do PIB, do rendimento domiciliar e da evasão de renda nos municípios do Corede Serra — 2000

MUNICÍPIOS	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL/PIB (%)
Antônio Prado	11 033,01	45,27
Bento Gonçalves	13 185,81	41,97
Boa Vista do Sul	13 808,77	36,25
Campestre da Serra	12 394,67	21,55
Carlos Barbosa	14 190,12	37,57
Caxias do Sul	13 532,28	42,99
Cotiporã	7 299,29	52,60
Fagundes Varela	18 618,95	18,82
Farroupilha	12 577,79	38,39
Flores da Cunha	13 576,22	40,93
Garibaldi	16 427,19	33,05
Guabiju	7 910,23	42,39
Guaporé	6 509,01	66,32
Ipê	7 958,10	35,85
Montauri	9 199,92	41,07
Monte Belo do Sul	9 167,15	71,71
Nova Araçá	11 562,56	54,03
Nova Bassano	19 799,71	25,42
Nova Pádua	21 635,16	28,21
Nova Prata	16 632,12	27,62
Nova Roma do Sul	10 039,02	38,79
Paraí	8 956,62	51,62
Protásio Alves	7 309,89	57,52
Santa Tereza	12 541,61	28,30
São Jorge	8 034,54	36,25
São Marcos	10 237,25	45,05
São Valentim do Sul	9 631,67	42,00
Serafina Corrêa	15 563,78	28,96
União da Serra	9 190,47	42,53
Veranópolis	12 981,79	40,78
Vila Flores	10 566,00	29,81
Vista Alegre do Prata	10 312,73	34,46

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Brasília, DF, 2001.

(1) Excluído o rendimento dos moradores cuja condição no domicílio era de pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do empregado(a) doméstico(a).

Tabela 36

Setores e produtos de maior especialização relativa do Corede Sul — 2000

a) setores industriais	
SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Processamento, preservação e produção de conservas de frutas e legumes	21,8152
Fabricação de produtos químicos inorgânicos	12,5071
Recondicionamento ou recuperação de motores para veículos automotores	6,2523
Produção de óleos vegetais e gorduras vegetais e animais	5,4030
Moagem, produção de amidos e de alimentos preparados para animais	3,5460
Preparação do terreno	3,3721
Abate, produção de carne e preparação de produtos de carne	2,9373
Fabricação de produtos cerâmicos — inclusive barro cozido	2,3766
Fabricação de produtos farmacêuticos	2,3082
Extração de outros minerais não-metálicos industriais	2,1030
b) setores de serviços	
SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Outras atividades relacionadas ao transporte de cargas	5,7990
Pesquisa e desenvolvimento das ciências físicas e naturais	4,1990
Atividades de organizações sindicais	4,0457
Atividades auxiliares aos transportes	3,1204
Outros transportes aquaviários	3,0154
Atividades diversas de serviços pessoais	2,7147
Relações exteriores, defesa, justiça, segurança e ordem pública	2,0637
Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,6000
Outras atividades associativas	1,5575
Venda, manutenção e reparação de motocicletas e motonetas novas e usadas	1,5511
c) produtos agropecuários	
PRODUTOS	QUOCIENTE LOCACIONAL
Cebola	29,8465
Pêssego	14,7792
Ervilha	14,2816
Arroz	11,1673
Ovinos	9,4691
Lã	9,3690
Eqüinos	9,2192
Batata-inglesa	8,5596
Bovinos	6,6644
Tomate	6,4517

FONTE: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS 2000. Base de dados disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Temas/RAIS/Estatisticas/Conteudo/RaisOnline.asp>> FEE/FEEDADOS.

Tabela 37

Indicadores do PIB, do rendimento domiciliar e da evasão de renda
nos municípios do Corede Sul — 2000

MUNICÍPIOS	VALOR DO RENDIMENTO ANUAL TOTAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (R\$) (1)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL <i>PER</i> <i>CAPITA</i> (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB (R\$)
Amaral Ferrador	13 124 262,60	2 286,46	25 832 689,05
Arroio Grande	51 388 517,28	2 683,19	131 353 645,39
Canguçu	108 932 006,88	2 117,36	212 772 074,03
Capão do Leão	49 386 250,80	2 082,23	158 977 489,09
Cerrito.....	13 950 443,52	2 014,50	27 827 782,44
Chuí	18 680 079,60	3 615,27	35 724 029,78
Cristal	14 277 729,60	2 152,85	36 480 073,96
Herval	17 498 395,20	2 061,79	57 830 103,61
Jaguarão	94 004 927,16	3 123,81	154 584 706,36
Morro Redondo	18 432 424,80	3 073,10	48 563 799,34
Pedro Osório	25 796 815,80	3 182,04	42 575 298,52
Pelotas	1 330 038 875,52	4 115,75	1 493 220 242,35
Pinheiro Machado	37 339 833,60	2 558,57	97 953 904,67
Piratini	44 255 907,36	2 279,59	96 957 799,32
Rio Grande	706 201 195,68	3 785,71	2 044 560 358,19
Santa Vitória do Palmar	215 875 125,60	6 481,96	226 534 991,52
Santana da Boa Vista	15 911 125,92	1 845,62	43 181 636,19
São José do Norte	41 844 319,44	1 758,46	85 921 878,83
São Lourenço do Sul	123 596 488,68	2 828,88	217 005 650,99
Tavares	14 566 111,32	2 726,71	32 974 261,33
Turuçu	7 604 842,56	2 049,82	42 582 922,21

(continua)

Tabela 37

Indicadores do PIB, do rendimento domiciliar e da evasão de renda nos municípios do Corede Sul — 2000

MUNICÍPIOS	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL/PIB (%)
Amaral Ferrador	4 500,47	50,80
Arroio Grande	6 858,48	39,12
Canguçu	4 135,75	51,20
Capão do Leão	6 702,82	31,06
Cerrito.....	4 018,45	50,13
Chuí	6 913,88	52,29
Cristal	5 500,61	39,14
Herval	6 813,96	30,26
Jaguarão	5 136,90	60,81
Morro Redondo	8 096,67	37,96
Pedro Osório	5 251,67	60,59
Pelotas	4 620,71	89,07
Pinheiro Machado	6 711,93	38,12
Piratini	4 994,22	45,64
Rio Grande	10 960,20	34,54
Santa Vitória do Palmar	6 802,04	95,29
Santana da Boa Vista	5 008,89	36,85
São José do Norte	3 610,77	48,70
São Lourenço do Sul	4 966,83	56,96
Tavares	6 172,64	44,17
Turuçu	11 477,88	17,86

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Brasília, DF, 2001.

(1) Excluído o rendimento dos moradores cuja condição no domicílio era de pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do empregado(a) doméstico(a).

Tabela 38

Setores e produtos de maior especialização relativa do Corede Vale do Cai — 2000

a) setores industriais

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Fabricação de tanques, caldeiras e reservatórios metálicos	5,2685
Fabricação de produtos cerâmicos — inclusive barro cozido	4,4608
Abate, produção de carne e preparação de produtos de carne	3,5065
Fabricação de produtos e preparados químicos diversos	3,2162
Fabricação de aparelhos e instrumentos para usos médico-hospitalares	2,4157
Fabricação de calçados	2,1250
Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento e gesso	1,9839
Fabricação de artigos do mobiliário	1,4980
Fabricação de produtos de plástico	1,4191
Fabricação de motores, bombas, compressores e equipamentos de transmissão	1,2306

b) setores de serviços

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Consultoria e elaboração de programas de informática	5,3016
Atividades de limpeza e higienização em prédios e domicílios	4,6232
Comércio atacadista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	2,7292
Ensino pré-escolar, ensino primário e de primeiro grau	2,5726
Atividades jurídicas, de contabilidade e auditoria	2,5311
Outras atividades de informática, não especificadas anteriormente	2,1724
Venda a varejo e por atacado de automóveis, ônibus e caminhões	1,6503
Outros transportes terrestres	1,5452
Intermediários do comércio	1,4290
Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas	1,3746

c) produtos agropecuários

PRODUTOS	QUOCIENTE LOCACIONAL
Limão	135,6241
Tangerina	116,3880
Carvão vegetal	110,0532
Laranja	76,2424
Figo	37,1076
Acácia	33,8429
Ovos de galinha	26,8345
Galinhas	22,8816
Goiaba	20,7474
Frangos	16,1133

FONTE: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS 2000**. Base de dados disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Temas/RAIS/Estatisticas/Conteudo/RaisOnline.asp>> FEE/FEEDADOS.

Tabela 39

Indicadores do PIB, do rendimento domiciliar e da evasão de renda nos municípios do Corede Vale do Cai — 2000

MUNICÍPIOS	VALOR DO			RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL PER CAPITA (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL/PIB (%)
	RENDIMENTO ANUAL TOTAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (R\$) (1)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL PER CAPITA (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB (R\$)				
Alto Feliz	8 525 558,40	3 008,31	24 321 134,83	8 581,91	35,05		
Barão	17 984 598,00	3 332,33	32 870 551,67	6 090,52	54,71		
Bom Princípio	34 869 029,28	3 672,74	83 234 387,34	8 767,05	41,89		
Brochier	12 609 777,60	2 884,21	27 447 403,94	6 278,00	45,94		
Capela de Santana	22 865 778,72	2 279,28	50 746 316,60	5 058,44	45,06		
Feliz	43 527 994,56	3 846,59	86 769 282,81	7 667,84	50,17		
Harmonia	14 364 465,60	3 925,79	39 323 626,18	10 747,10	36,53		
Linha Nova	4 159 689,60	2 659,65	8 828 423,88	5 644,77	47,12		
Maratá	7 804 980,24	3 105,84	23 230 563,59	9 244,16	33,60		
Montenegro	237 406 859,76	4 340,80	579 692 780,79	10 599,22	40,95		
Parei Novo	11 353 178,16	3 501,91	22 147 586,11	6 831,46	51,26		
Salvador do Sul	25 082 341,44	3 628,29	74 639 015,58	10 796,91	33,60		
São José do Hortêncio	9 547 805,52	2 818,96	42 448 081,01	12 532,65	22,49		
São Pedro da Serra	9 904 543,44	3 483,84	25 951 636,04	9 128,26	38,17		
São Sebastião do Cai	83 018 421,96	4 214,13	162 573 603,85	8 252,47	51,07		
São Vendelino	5 923 620,72	3 521,77	23 681 751,58	14 079,52	25,01		
Tupandi	10 005 940,80	3 382,67	38 875 832,92	13 142,61	25,74		
Vale Real	14 307 240,96	3 296,60	29 298 050,00	6 750,70	48,83		

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico 2000:** características da população e dos domicílios, resultados do universo. Brasília, DF, 2001.

(1) Exclui o rendimento dos moradores cuja condição no domicílio era de pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do empregado(a) doméstico(a).

Tabela 40

Setores e produtos de maior especialização relativa do Corede
Vale do Rio dos Sinos — 2000

a) setores industriais

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Fiação	3,4944
Fabricação de produtos e preparados químicos diversos	2,6034
Fabricação de máquinas-ferramentas	2,5473
Curtimento e outras preparações de couro	2,4470
Fabricação de embalagens de papel ou papelão e fabricação de papelão	2,3766
Fabricação de artigos de borracha	1,9570
Fabricação de produtos de plástico	1,9481
Fabricação de calçados	1,8876
Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso específico	1,8429
Fabricação de máquinas, aparelhos e equipamentos de sistemas eletrônicos	1,8404

b) setores de serviços

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Movimentação e armazenamento de cargas	6,1942
Processamento de dados	4,4084
Comércio atacadista de produtos intermediários não agropecuários	2,6501
Atividades de limpeza e higienização em prédios e domicílios	2,3432
Aluguel de máquinas e equipamentos	2,3048
Reparação de objetos pessoais e utilidades domésticas	2,2966
Intermediários do comércio	2,0925
Comércio atacadista de mercadorias em geral	1,9873
Consultoria e elaboração de programas de informática	1,9682
Ensino superior	1,9579

c) produtos agropecuários

PRODUTOS	QUOCIENTE LOCACIONAL
Goiaba	2,7831
Carvão vegetal	1,2138

FONTE: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS 2000**. Base de dados disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Temas/RAIS/Estatisticas/Conteudo/RaisOnLine.asp>> FEE/FEEDADOS.

Tabela 41

Indicadores do PIB, do rendimento domiciliar e da evasão de renda nos municípios do Corede Vale do Rio dos Sinos — 2000

MUNICÍPIOS	VALOR DO				RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL PER CAPITA (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL/PIB (%)
	RENDIMENTO ANUAL TOTAL DOS DOMICÍLIOS PERMANENTES (R\$) (1)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL PER CAPITA (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB PER CAPITA (R\$)				
Araricá	10 007 603,52	2 482,04	27 202 905,54	6 746,75	36,79			
Campo Bom	238 752 077,76	4 419,86	1 016 739 310,80	18 822,23	23,48			
Canoas	1 290 500 275,20	4 216,04	6 083 094 224,50	19 873,35	21,21			
Dois Irmãos	90 223 903,20	4 021,57	400 022 626,55	17 830,29	22,55			
Estância Velha	137 650 021,92	3 918,08	485 598 916,01	13 822,13	28,35			
Esteio	349 028 718,24	4 360,24	886 095 761,47	11 069,56	39,39			
Ivoti	69 319 657,92	4 525,37	370 554 763,07	24 190,81	18,71			
Nova Hartz	41 883 446,52	2 779,08	230 715 058,45	15 308,54	18,15			
Nova Santa Rita	52 880 163,84	3 357,47	162 031 527,37	10 287,72	32,64			
Novo Hamburgo	1 100 412 860,40	4 658,96	2 376 801 246,33	10 062,96	46,30			
Portão	94 822 202,88	3 845,65	470 537 820,80	19 083,34	20,15			
São Leopoldo	852 425 627,40	4 404,23	1 161 778 515,45	6 002,57	73,37			
Sapiranga	247 239 004,80	3 573,39	870 437 267,96	12 580,57	28,40			
Sapucaia do Sul	398 418 716,16	3 245,75	1 016 416 872,42	8 280,31	39,20			

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Brasília, DF, 2001.

(1) Excluído o rendimento dos moradores cuja condição no domicílio era de pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do empregado(a) doméstico(a).

Tabela 42

Setores e produtos de maior especialização relativa do Corede Vale do Rio Pardo — 2000

a) setores industriais

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Fabricação de produtos do fumo	23,5402
Fabricação de máquinas e aparelhos para uso doméstico e pessoal	9,4361
Extração de outros minerais não-metálicos	6,9473
Obras de infra-estrutura para engenharia elétrica e eletrônica	3,8229
Fabricação de produtos alimentares	2,3376
Fabricação de material eletrônico básico	2,1819
Confecção de artigos do vestuário	1,9412
Fabricação de produtos diversos de metal	1,9357
Desdobramento de madeira	1,8980
Forjaria, estamparia, metalurgia do pó e serviços de tratamento de metais ...	1,6768

b) setores de serviços

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Ensino de segundo grau de formação geral, profissionalizante ou técnica	3,2536
Reparação de objetos pessoais e utilidades domésticas	3,1899
Venda, manutenção e reparação de motocicletas e motonetas novas e usadas	2,4156
Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,7794
Manutenção e reparação de máquinas de escritório e de contabilidade	1,6750
Comércio atacadista de produtos agropecuários <i>in natura</i>	1,6007
Comércio varejista de mercadorias em geral, em lojas não especializadas ...	1,5646
Atividades de rádio e de televisão	1,5210
Incorporação de imóveis por conta de terceiros	1,4498
Atividades de investigação, vigilância e segurança	1,4266

c) produtos agropecuários

PRODUTOS	QUOCIENTE LOCACIONAL
Fumo	8,1171
Lenha	5,4481
Melancia	3,3658
Noz	2,1845
Cana-de-açúcar	2,0217
Mandioca	1,9615
Feijão	1,9457
Goiaba	1,8980
Batata-doce	1,7849
Erva-mate extrativa	1,4959

FONTE: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS 2000**. Base de dados disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Temas/RAIS/Estatisticas/Conteudo/RaisOnLine.asp>> FEE/FEEDADOS.

Tabela 43

Indicadores do PIB, do rendimento domiciliar e da evasão de renda
nos municípios do Corede Vale do Rio Pardo — 2000

MUNICÍPIOS	VALOR DO RENDIMENTO ANUAL TOTAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (R\$) (1)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL PER CAPITA (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB (R\$)
Arroio do Tigre	30 310 308,00	2 481,20	83 015 121,71
Barros Cassal	21 106 446,72	1 860,09	49 481 278,04
Boqueirão do Leão	18 030 345,60	2 304,20	44 015 790,05
Candelária	71 103 763,08	2 403,37	166 435 637,50
Encruzilhada do Sul	62 320 596,48	2 607,34	114 771 358,36
Estrela Velha	9 335 055,60	2 529,14	28 912 558,79
General Câmara.....	24 910 148,88	2 851,11	37 902 599,25
Gramado Xavier	16 322 788,68	4 452,48	19 660 617,57
Herveiras	5 674 919,04	1 919,15	17 185 928,51
Ibarama	8 651 410,56	1 942,39	29 281 351,66
Lagoão	7 785 383,04	1 276,71	25 780 434,60
Pantano Grande	27 308 873,28	2 487,37	68 086 890,88
Passa Sete	6 138 086,76	1 321,72	25 223 313,27
Passo do Sobrado	12 270 891,60	2 204,62	39 519 383,60
Rio Pardo	107 699 862,72	2 850,48	209 828 344,88
Santa Cruz do Sul	492 218 424,00	4 573,16	1 838 985 314,15
Segredo	11 888 415,36	1 720,22	38 851 028,28
Sinimbu	24 088 730,88	2 359,33	61 077 387,74
Sobradinho	48 288 636,48	2 957,41	65 637 971,41
Tunas	5 506 733,52	1 277,66	21 282 799,82
Vale do Sol	23 420 211,36	2 218,24	60 334 491,42
Vale Verde	8 025 346,92	2 625,24	20 474 673,28
Venâncio Aires	190 341 656,28	3 108,43	732 082 541,76
Vera Cruz	58 414 611,60	2 742,47	218 864 094,24

(continua)

Tabela 43

Indicadores do PIB, do rendimento domiciliar e da evasão de renda nos municípios do Corede Vale do Rio Pardo — 2000

MUNICÍPIOS	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL/PIB (%)
Arroio do Tigre	6 795,61	36,51
Barros Cassal	4 360,74	42,66
Boqueirão do Leão	5 625,02	40,96
Candelária	5 625,68	42,72
Encruzilhada do Sul	4 801,75	54,30
Estrela Velha	7 833,26	32,29
General Câmara.....	4 338,17	65,72
Gramado Xavier	5 362,96	83,02
Herveiras	5 811,95	33,02
Ibarama	6 574,17	29,55
Lagoão	4 227,69	30,20
Pantano Grande	6 201,56	40,11
Passa Sete	5 431,38	24,33
Passo do Sobrado	7 100,14	31,05
Rio Pardo	5 553,51	51,33
Santa Cruz do Sul	17 085,86	26,77
Segredo	5 621,62	30,60
Sinimbu	5 982,11	39,44
Sobradinho	4 019,96	73,57
Tunas	4 938,00	25,87
Vale do Sol	5 714,58	38,82
Vale Verde	6 697,64	39,20
Venâncio Aires	11 955,49	26,00
Vera Cruz	10 275,31	26,69

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Brasília, DF, 2001.

(1) Excluído o rendimento dos moradores cuja condição no domicílio era de pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do empregado(a) doméstico(a).

Tabela 44

Setores e produtos de maior especialização relativa do Corede Vale do Rio Taquari — 2000

a) setores industriais

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Fabricação de defensivos agrícolas	7,0733
Fabricação de sabões, detergentes e produtos de limpeza	3,8155
Abate, produção de carne e preparação de produtos de carne	2,7980
Laticínios	2,7050
Preparação do terreno	2,1848
Curtimento e outras preparações de couro	2,0558
Fabricação de calçados	1,9716
Fabricação de produtos alimentares	1,5840
Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento e gesso	1,4859
Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado	1,4240

b) setores de serviços

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Reparação de objetos pessoais e utilidades domésticas	5,5533
Venda, manutenção e reparação de motocicletas e motonetas novas e usadas	4,2860
Outros transportes aquaviários	2,5588
Incorporação de imóveis por conta própria	2,5168
Venda a varejo e por atacado de automóveis, ônibus e caminhões	2,0792
Atividades de organizações sindicais	2,0647
Manutenção e reparação de automóveis, ônibus e caminhões	1,8865
Comércio atacadista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,7763
Ensino de segundo grau de formação geral, profissionalizante ou técnica	1,7073
Comércio varejista de outros produtos novos, em lojas especializadas	1,6872

c) produtos agropecuários

PRODUTOS	QUOCIENTE LOCACIONAL
Erva-mate cultivada	20,2102
Acácia	19,5889
Frangos	15,4061
Carvão vegetal	11,8104
Erva-mate extrativa	11,0652
Ovos de galinha	11,0552
Ovos de codorna	10,4509
Galinhas	7,9511
Pinhão	7,0381
Suínos	6,4427

FONTE: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS 2000. Base de dados disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Temas/RAIS/Estatisticas/Conteudo/RaisOnLine.asp>> FEE/FEEDADOS.

Tabela 45

Indicadores do PIB, do rendimento domiciliar e da evasão de renda
nos municípios do Corede Vale do Rio Taquari — 2000

MUNICÍPIOS	VALOR DO RENDIMENTO ANUAL TOTAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (R\$) (1)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL <i>PER</i> <i>CAPITA</i> (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB (R\$)
Anta Gorda	27 969 849,84	4 420,71	52 051 729,58
Arroio do Meio	74 844 025,20	4 415,32	297 579 739,17
Arvorezinha	35 325 202,92	3 442,33	52 404 582,35
Bom Retiro do Sul	35 143 329,48	3 257,63	105 609 764,40
Capitão	8 401 083,60	3 275,28	26 896 994,10
Colinas	8 356 050,00	3 394,01	21 871 549,69
Cruzeiro do Sul	38 900 176,32	3 335,06	76 224 461,83
Dois Lajeados	15 423 708,60	4 784,03	28 706 064,54
Doutor Ricardo	6 146 565,60	2 888,42	15 635 977,36
Encantado	78 509 971,44	4 237,37	220 442 460,68
Estrela	107 974 393,20	3 940,53	298 575 747,34
Fazenda Vilanova	7 413 786,36	2 616,94	22 400 600,38
Fontoura Xavier	21 290 009,88	1 855,66	52 588 163,86
Ilópolis	13 555 353,60	3 185,75	24 628 684,10
Imigrante	17 376 089,16	4 513,27	46 402 835,85
Itapuca	6 214 738,32	2 309,45	18 659 430,25
Lajeado	299 450 922,72	4 669,22	597 792 301,68
Marques de Souza	14 149 124,04	3 336,27	30 185 109,77
Mato Leitão	8 282 935,20	2 580,35	35 950 104,38
Muçum	17 591 785,92	3 720,77	44 592 095,90
Nova Brésia	21 753 277,44	4 766,27	58 533 630,92
Paverama	19 271 037,24	2 488,51	60 459 544,20
Poço das Antas	5 786 704,08	2 973,64	17 126 441,27
Pouso Novo	8 067 168,96	3 675,25	22 683 931,20
Progresso	16 674 401,52	2 566,48	49 473 428,70
Putinga	27 963 969,12	6 041,04	30 732 933,01
Relvado	7 472 564,64	3 257,44	19 036 133,90
Roca Sales	32 496 495,84	3 500,27	136 646 402,82
Santa Clara do Sul	13 463 538,00	2 801,40	97 403 835,84
São José do Herval	5 767 227,60	2 279,54	14 686 341,73
Sério	5 150 035,20	1 903,19	23 119 044,45
Tabaí	9 366 834,12	2 628,92	15 816 903,37
Taquari	81 191 937,36	3 136,40	263 215 441,98
Teutônia	87 925 210,56	3 841,04	528 081 777,23
Travesseiro	6 141 727,20	2 614,61	26 855 097,14
Vespasiano Correa	7 212 581,76	3 265,09	22 653 702,46

(continua)

Tabela 45

Indicadores do PIB, do rendimento domiciliar e da evasão de renda nos municípios do Corede Vale do Rio Taquari — 2000

MUNICÍPIOS	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL/PIB (%)
Anta Gorda	8 226,92	53,73
Arroio do Meio	17 555,29	25,15
Arvorezinha	5 106,66	67,41
Bom Retiro do Sul	9 789,56	33,28
Capitão	10 486,16	31,23
Colinas	8 883,65	38,21
Cruzeiro do Sul	6 535,02	51,03
Dois Lajeados	8 903,87	53,73
Doutor Ricardo	7 347,73	39,31
Encantado	11 897,80	35,61
Estrela	10 896,53	36,16
Fazenda Vilanova	7 907,02	33,10
Fontoura Xavier	4 583,65	40,48
Ilópolis	5 788,17	55,04
Imigrante	12 052,68	37,45
Itapuca	6 934,01	33,31
Lajeado	9 321,13	50,09
Marques de Souza	7 117,45	46,87
Mato Leitão	11 199,41	23,04
Muçum	9 431,49	39,45
Nova Bréscia	12 825,07	37,16
Paverama.....	7 807,28	31,87
Poço das Antas	8 800,84	33,79
Pouso Novo	10 334,37	35,56
Progresso	7 614,81	33,70
Putinga	6 639,22	90,99
Relvado	8 298,23	39,25
Roca Sales	14 718,48	23,78
Santa Clara do Sul	20 267,13	13,82
São José do Herval	5 804,88	39,27
Sério	8 543,62	22,28
Tabaí	4 439,21	59,22
Taquari	10 167,86	30,85
Teutônia	23 069,41	16,65
Travesseiro	11 432,57	22,87
Vespasiano Correa	10 255,18	31,84

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Brasília, DF, 2001.

(1) Exclui o rendimento dos moradores cuja condição no domicílio era de pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do empregado(a) doméstico(a).

Tabela 46

Setores e produtos de maior especialização relativa do Corede Metropolitano
Delta do Jacuí — 2000

a) setores industriais

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Fabricação de resinas e elastômeros	5,4894
Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria de extração mineral	4,9474
Fabricação de tubos — exclusive em siderúrgicas integradas	4,8550
Fabricação de produtos farmacêuticos	4,8277
Fabricação de máquinas e equipamentos de sistemas eletrônicos	4,7032
Fabricação de material eletrônico básico	4,4770
Fabricação de produtos químicos orgânicos	4,3177
Fabricação de aparelhos e instrumentos óticos, fotográficos e cinematográficos	4,0506
Obras e instalações	3,7418
Pastas para a fabricação de papel ou dissolução	3,7116

b) setores de serviços

SETORES	QUOCIENTE LOCACIONAL
Transporte aéreo regular	2,2464
Previdência privada	2,1474
Intermediação monetária — outros tipos de depósito	2,0254
Coleta de lixo e águas residuais, esgoto doméstico e industrial	1,8498
Relações exteriores, defesa, justiça, segurança e ordem pública	1,7961
Publicidade	1,7208
Atividades auxiliares da intermediação financeira, exceto seguro e previdência	1,6845
Telecomunicações	1,6592
Seguros de vida	1,6245
Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra para serviços temporários	1,5352

c) produtos agropecuários

PRODUTOS	QUOCIENTE LOCACIONAL
Ovos de codorna	6,8861
Melão	4,2236
Galinhas	3,2409
Melancia	2,5657
Ovos de galinha	2,5561
Carvão vegetal	1,3764

FONTE: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS 2000**. Base de dados disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Temas/RAIS/Estatisticas/Conteudo/RaisOnLine.asp>> FEE/FEEDADOS.

Tabela 47

Indicadores do PIB, do rendimento domiciliar e da evasão de renda nos municípios do Corede Metropolitano Delta do Jacuí — 2000

MUNICÍPIOS	VALOR DO				RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL PER CAPITA (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB PER CAPITA (R\$)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL/PIB (%)
	RENDIMENTO ANUAL TOTAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (R\$) (1)	RENDIMENTO DOMICILIAR ANUAL PER CAPITA (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB (R\$)	CONTABILIDADE SOCIAL/PIB PER CAPITA (R\$)				
Alvorada	472 036 192,32	2 565,86	431 302 520,41	2 344,44	109,44			
Cachoeirinha	407 093 243,28	3 784,66	927 993 277,75	8 627,36	43,87			
Eldorado do Sul	86 535 212,40	3 173,51	497 855 183,05	18 257,85	17,38			
Glorinha	17 288 795,40	3 041,66	32 128 908,36	5 652,52	53,81			
Gravataí	801 977 667,84	3 447,45	1 729 814 106,07	7 435,93	46,36			
Guaíba	325 650 030,48	3 453,08	648 890 831,00	6 880,62	50,19			
Porto Alegre	11 412 094 204,20	8 387,61	9 977 105 146,71	7 332,93	114,38			
Triunfo	75 328 222,32	3 398,37	3 253 897 175,35	146 796,77	2,32			
Viamão	689 043 742,56	3 029,71	756 200 434,36	3 325,00	91,12			

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Brasília, DF, 2001.

(1) Exclui o rendimento dos moradores cuja condição no domicílio era de pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do empregado(a) doméstico(a).

Referências

- BERSTEIN, P. **Desafio aos deuses**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- COCCO, G. et al. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.
- CROCCO, M. A. et al. **Metodologia de Identificação de Arranjos Produtivos Locais Potenciais: uma nota técnica**. Belo Horizonte: Cedeplar, 2003. (Textos para Discussão; n. 191).
- FEIJÓ, C. A. et al. **Contabilidade social: o novo sistema de contas nacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- GOLDRATT, E. **A meta: um processo de aprimoramento contínuo**. São Paulo: Educator, 1997.
- GURISATTI, P. O nordeste italiano: nascimento de um novo modelo de organização industrial. In: COCCO, G. et al. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.
- HADDAD, P. R. (Org.). **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989.
- HADDAD, P. (Org.). **Desequilíbrios regionais e descentralização industrial**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.
- MARKOWITZ, H. Portfolio selection. **Journal of Finance**, New York, US: American Finance Association, v. 7, n. 1, mar. 1952.
- MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- NORTH, D. C. Location Theory and Regional Economic Growth. **Journal of Political Economy**, Chicago, Ill., US: University Of Chicago Press, n. 43, p. 291, jun 1955. (Versão em português em SCHWARTZMANN, J., 1977).
- NORTH, D. C. Agriculture in regional economic growth. **Journal of Farm Economics**, Lancaster, Pa., US: American Farm Economic Association, v. 4, n. 5, p. 333 dec 1959. (Versão em português em Schwartzmann, 1977).
- PAIVA, C. A.; CAMPREGHER, G. (Org.). **Marco Referencial do Plano Plurianual 2004/2007**. Porto Alegre: Secretaria da Coordenação e Planejamento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2002. (CD-Rom).
- PAIVA, C. A. Teoria do desenvolvimento regional: de Porter a Marx, de Marx a nós. In: BECKER, D.; BANDEIRA, P. (Org.). **Respostas regionais aos desafios da globalização**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2002a. v. 2.

PAIVA, C. A. N. O que são Sistemas Locais de Produção (e por que eles são tão importantes na estratégia de desenvolvimento do Governo Democrático e Popular no Rio Grande do Sul). In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 1, 2002, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: FEE, 2002b. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/eeg/>>

PENROSE, E. **Teoría del crecimiento de la empresa**. Madri: Aguillar, 1962.

PORTER, M. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. São Paulo: FGV, 1996.

RIO GRANDE DO SUL (1999-2002: Governo Olívio de Oliveira Dutra). **Estratégia de desenvolvimento econômico**. Porto Alegre: [s. n.], 2000.

SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

WATKINS, M. Teoria primária do crescimento. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

O PAPEL DAS INSTÂNCIAS POLÍTICAS SUBNACIONAIS NA ARTICULAÇÃO E NO PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Carlos Águedo Paiva*

1 - Introdução (ou Os fundamentos teórico- -históricos da subestimação das instâncias políticas subnacionais na promoção do desenvolvimento regional)

Como é de amplo conhecimento, a transição para a Idade Contemporânea é marcada, simultaneamente, pela emergência do capitalismo industrial, da nação moderna e das duas ciências responsáveis pela reflexão acerca da estrutura e da dinâmica da ordem burguesa — a Economia e a Sociologia. Essa unidade cronológica — que também é funcional — não poderia deixar de influenciar a própria interpretação que as duas novas ciências faziam da conexão entre capitalismo industrial e Estados nacionais. De forma que, ao longo dos séculos XIX e XX, tornou-se praticamente um lugar-comum na Economia e na Sociologia tomar os Estados nacionais como a instância necessária (ainda quando insuficiente) para a articulação e para a execução de projetos consistentes de desenvolvimento econômico e social.

No plano específico da Economia, a perspectiva de que o Estado nacional é a instância necessária da articulação e da execução de políticas de desenvolvimento se embasa na tese de que é essa instância política que controla os três **preços** fundamentais da economia: o câmbio (e, por conseqüência, o custo dos produtos importados e a lucratividade dos negócios de exportação e da indústria nacional submetida à concorrência externa), o juro (que define as vantagens e os custos relativos das opções financeira e produtiva de acumulação)

* Economista da FEE e Professor do Mestrado e do Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul.

e a taxa básica de salário (principal referência na opção tecnológica empresarial e um dos fundamentos da equação distributiva interna). De outro lado, a Sociologia (bem como a Ciência Política) toma o Estado nacional como a única instituição com poder **legal e policial** para cercear e/ou compensar os desdobramentos socialmente inconsistentes de uma ordem econômica que se estrutura a partir da busca do máximo retorno privado por parte de cada um de seus agentes. E os instrumentos para a administração dessa ação pública inibidora e/ou compensatória do individualismo burguês encontrar-se-iam no plano político-institucional da nação; porquanto é nesse plano que se definem e se executam os ordenamentos fiscal, trabalhista, agrário, comercial e financeiro necessários (ainda quando insuficientes) para o enfrentamento dos desdobramentos socialmente dissolventes da dinâmica econômica mercantil-capitalista.

Ora, se tomamos os argumentos acima como uma defesa da **centralidade** do Estado nacional na articulação de políticas consistentes de desenvolvimento econômico e social, não há porque **negar** sua pertinência (ainda que seja necessário relativizá-los e atualizá-los). Porém, se os argumentos acima são esgrimidos com vistas a afirmar que a **única** instância política capaz de articular e executar projetos consistentes de desenvolvimento econômico e social é o Estado nacional, então eles se mostram inaceitáveis. E isto por todo um conjunto de razões e determinações teóricas e histórico-empíricas.

Desde logo, é preciso reconhecer que o controle **formal** do Estado nacional sobre os preços básicos da economia e sobre a estrutura legal-institucional é distinto do seu controle **real** sobre essas variáveis. No que diz respeito aos preços básicos da economia, a autonomia relativa de cada Estado nacional é função direta do seu padrão de inserção no mercado mundial. Os recorrentes estrangulamentos externos em que incorrem as economias periféricas tendem a se resolver em processos inflacionários socialmente dissolventes que circunscrevem e, no limite, negam qualquer grau de liberdade dos Estados nacionais na administração das políticas cambial, monetária e salarial. De outro lado, a despeito da definição da estrutura legal-institucional da nação ser, formalmente, um atributo do Estado nacional, ele mesmo — corporificado em suas estruturas, corpo técnico e dirigentes políticos — é um atributo da nação, de suas estruturas econômicas e sociais e da correlação de forças políticas que se desdobra daquelas. Vale dizer: a despeito do que uma certa literatura (ingênua e/ou ideológica) pode pretender, o Estado nacional não tem o “poder” de cercear os desdobramentos perversos da ordem competitiva, a não ser que os agentes sociais interessados no cerceamento desses desdobramentos consigam se impor politicamente, o que, por sua vez, depende de uma correlação de forças que não é dissociável da estrutura econômica da nação e do grau de consolidação das ordens mercantil, urbana e industrial.

Assim, se é verdade que a emergência dos modernos Estados nacionais foi funcional para a unificação e consolidação dos mercados internos, bem como para a uniformização e modernização da legislação comercial, fiscal e trabalhista, também é verdade que esse movimento é relativamente tardio *vis-à-vis* à emergência do capitalismo industrial. Malgrado as exceções históricas sempre significativas, o fato é que a conquista daquela unidade nacional, que é efetivamente funcional para o desenvolvimento da ordem mercantil, tende a ser conseqüente (e não rigorosamente coetânea) à emergência da grande indústria.¹

A importância desse ponto para o desenvolvimento de nossa temática encontra-se no fato de que ele nos obriga a reconhecer que a emergência de focos e núcleos **regionais** de desenvolvimento industrial antecedeu a constituição de Estados **nacionais** aptos e dispostos a apoiá-los, o que põe a questão da **institucionalidade subnacional**, que permitiu e alavancou tal processo.²

¹ Entre os cientistas da História, essa assertiva se traduz na pretensão de que as revoluções burguesas pressupõem a emergência da burguesia, e a conclusão daquele processo (usualmente longo e permeado por múltiplas manifestações de conflito) pressupõe o desenvolvimento da grande indústria. Não gratuitamente, as duas maiores economias capitalistas ocidentais, Estados Unidos e Alemanha, só alcançaram concluir seus processos de unificação (a partir da Guerra de Secessão e dos conflitos que consolidaram a hegemonia prussiana) após a emergência de uma burguesia industrial fortemente interessada — inclusive nas regiões que vieram a ser “subordinadas” — na constituição e/ou no aprofundamento da unidade nacional. De outro lado — como a recente (e ainda inconclusa) unificação europeia exemplifica bem —, há que se reconhecer que a definição dos marcos territoriais e legais da unidade **econômica** “nacional” não é um processo acabado, mas em permanente desenvolvimento. Na realidade, esse processo acompanha, “como uma sombra,” a integração econômica (e cultural) dos territórios, de forma que a questão efetivamente complexa e relevante é a dos determinantes genéticos e impulsivos dessa integração mais substantiva.

² Na realidade, a demonstração histórico-empírica da autonomia relativa dos processos de desenvolvimento regional *vis-à-vis* à articulação de políticas consistentes de desenvolvimento por parte dos Estados nacionais está longe de se esgotar nos inúmeros exemplos de regiões que entraram na fase industrial **antes** mesmo da consolidação dos Estados nacionais modernos. A recorrente emergência de **novos pólos regionais de desenvolvimento** em territórios que **não** correspondiam ao foco de atenção das políticas **nacionais** de desenvolvimento, mas que contavam com o forte apoio de **instâncias estatais subnacionais**, é um fenômeno tão ou mais elucidativo que aquele supra-referido. Ainda que seja apenas um dentre diversas outras manifestações desse processo, o caso da Terceira Itália (em particular, do Vêneto e da Emilia-Romagna) ganhou notoriedade, na medida em que alimentou toda uma ampla e competente literatura descritiva e interpretativa do fenômeno. Dado que esta é uma literatura facilmente acessível, entendemos desnecessário resgatar, aqui, o histórico da industrialização terceiro-italiana. Cabe-nos esclarecer, porém, que, dentro da literatura disponível sobre o fenômeno, dois trabalhos disponíveis em português são referências importantes das reflexões teóricas que orientam este trabalho: **Comunidade e Democracia**, de Robert Putnam (1996), e a coletânea de artigos de economistas e sociólogos italianos organizada por Giuseppe Cocco e intitulada **Empresários e Empregos** (Cocco, 1999).

Ora, colocar a questão do desenvolvimento nesses termos envolve uma radical rotação de perspectiva *vis-à-vis* àquela defendida pela Economia e pela Sociologia clássicas. Mas — reconhecemos — ainda não dispomos dos argumentos suficientes e necessários para abraçar uma tal rotação. Para tanto, faz-se necessário enfrentar uma outra insuficiência teórica — a mais grave! — daquela literatura econômica e sociológica que reputava aos Estados nacionais a virtual exclusividade na articulação político-institucional dos processos de desenvolvimento das sociedades mercantis.

Como vimos acima, a hipótese tradicionalmente abraçada pela Economia e pela Sociologia Política dos séculos passados é a de que o Estado nacional é o agente político por excelência do desenvolvimento econômico e social **porque** é quem controla (formal ou realmente) os preços básicos da economia e o ordenamento legal da sociedade. O que não vimos ainda é que, entre a asserção (o Estado nacional é) e a razão (porque é quem controla) anunciadas acima, há todo um conjunto de hipóteses acerca do funcionamento da economia e do padrão de tomada de decisão por parte dos agentes econômicos, que são passíveis de crítica. Mais especificamente, a conexão acima se assenta sobre a pretensão de que os agentes econômicos tomam suas decisões de produção, investimento e aplicação financeira **tão-somente a partir de duas referências**: os **preços** dos insumos produtivos e dos bens finais (que definem a rentabilidade relativa das diversas inversões de capital) e a **legislação** vigente (que limita, pela força da lei e da imputação penal, o espectro de opções de inversão capazes de proporcionar um benefício superior aos custos e aos riscos incorridos).

Ora, não há como questionar a relevância dessas variáveis no interior do cálculo e da decisão econômica. Contudo elas só podem ser tomadas como variáveis **suficientes** para uma tomada de decisão se se admite que os dados (de preços, custos, riscos, etc.) disponíveis **hoje** são suficientes para a avaliação dos benefícios **futuros** de uma inversão qualquer. Vale dizer: essas só são as variáveis suficientes em um mundo onde o futuro é previsível,³ um mundo carente de transformações estruturais,⁴ um mundo onde não há **incerteza**.

Mas isso não é tudo. A pretensão de que, tão-somente a partir da administração dos **preços** básicos e da **lei**, seja possível induzir os agentes econômicos a tomarem decisões de produção, consumo e investimento

³ Ainda que essa previsibilidade seja meramente probabilística, como o é, por exemplo, a previsão que faz o agricultor da precipitação pluviométrica ou do preço de seu produto no momento em que decide plantar.

⁴ Ou, pelo menos, um mundo onde eventuais transformações estruturais não imponham custos desiguais para cada um dos agentes econômicos (o que desequilibraria a concorrência), ou onde as decisões de investimento sejam facilmente reversíveis (de forma que os agentes negativamente afetados pelas referidas transformações possam reestruturar seu portfólio sem perdas significativas).

consistentes com o desenvolvimento envolve desconhecer a diversidade e a complexidade das disputas e dos conflitos econômicos que caracterizam um ambiente de mercado. A hipótese que está por trás dessa pretensão é a de que se possa dividir, com clareza, as pulsões e as ações do “homem econômico racional”, que são social e individualmente válidas (e que, portanto, não precisam ser proibidas, mas tão-somente induzidas a partir do controle dos preços básicos), e aquelas que comportam dimensões perversas (as quais devem ser simplesmente proibidas ou circunscritas por normas e condições estritas).⁵ A concepção — tão cara aos filósofos dialéticos e a Marx — de que **as mesmas pulsões e os mesmos padrões de comportamento podem gerar conseqüências benéficas ou perversas nos planos social e individual, a depender das circunstâncias e da intensidade com que essas pulsões e esses padrões se manifestam, é uma concepção absolutamente estranha a essa construção.**

A denúncia dessas duas graves carências da Economia e da Sociologia ortodoxas — a carência em reconhecer que, dada a instabilidade estrutural do sistema, muitas decisões econômicas são tomadas sob condição de **incerteza** e a carência em reconhecer a impossibilidade de administrar pela “lei” o conjunto dos desdobramentos socialmente perversos da anarquia do mercado e do individualismo que lhe é imanente — foi feita, repetidas vezes, por autores jogados ao limbo da heterodoxia.

Sem dúvida, muito se perde em termos de compreensão da dinâmica econômica mercantil, quando são ignoradas as contribuições maiores de autores da estatura de Marx ou Keynes. Contudo poucas áreas se ressentem tanto dessa incompreensão quanto a área de Desenvolvimento Regional. E isto na medida em que **o reconhecimento da insuficiência da equação prêmio/punição, para induzir comportamentos econômico, social e individualmente consistentes, e da necessidade de somar, àquela primeira, a equação diálogo/convencimento/coordenação é o ponto de partida necessário para a compreensão do papel de protagonista que cabe (ao lado do Estado nacional) às instâncias políticas subnacionais na promoção do desenvolvimento regional.**

Felizmente, porém, a partir de meados do século passado, toda uma corrente interna à Economia (e, posteriormente, à Sociologia) ortodoxa veio a tomar para si alguns dos temas relegados até então à heterodoxia. A condição para esse passo em direção à complexidade foi o desenvolvimento de um

⁵ Se nos é permitida uma blague, diríamos que a concepção de “agente econômico racional” que subjaz a essa construção é a do cavalo de carga: basta uma cenoura à frente (representada pelos preços básicos) e um relho atrás (representada pela lei e pela polícia) para que se possa induzi-lo ao caminho eficiente.

instrumental matemático muito particular, que se mostrou apto a resgatar e a sistematizar algumas das contradições do sistema mercantil derivadas da falta de coordenação e da lógica individualista imanente ao mercado. Esse instrumental ficou conhecido como Teoria dos Jogos, e, graças à sua extraordinária simplicidade e clareza, bem como por sua ampla aceitação entre economistas e sociólogos das mais diversas formações teóricas, optamos por tomá-lo como referência no desenvolvimento e na demonstração das hipóteses levantadas nesta introdução.

2 - A Teoria dos Jogos e a regulação pública: entre o “dilema do prisioneiro” e o “dilema da ação coletiva”

A partir dos anos 30 do século passado, a Economia Neoclássica foi objeto de todo um conjunto de críticas centradas na inconsistência empírica de suas hipóteses e seus modelos. Dentre as inúmeras tentativas de resposta, uma veio mostrar-se particularmente rica e produtiva. Essa resposta — articulada por von Neumann e Morgenstern — partia do reconhecimento de que a concorrência perfeita não correspondia à realidade da maior parte dos processos competitivos reais. Muitos desses processos se desenrolavam entre um número limitado de concorrentes que definiam suas estratégias, tal qual nos “jogos de salão”, a partir das expectativas em torno das estratégias mais prováveis de seus adversários.

O padrão de modelagem e de teorização da concorrência desenvolvido por esses autores ganhou a alcunha de Teoria dos Jogos e, a despeito da subvalorização no momento de sua criação, veio a se constituir em uma das ferramentas mais importantes da Economia e da Sociologia contemporâneas. Em grande medida, a mudança de avaliação acerca da importância do novo instrumental matemático-econômico-sociológico deve-se ao fato de que o mesmo permitiu a demonstração cabal da correção da crítica dialética à tese liberal, segundo a qual a busca exclusiva do auto-interesse seria capaz de gerar equilíbrios econômicos social e individualmente consistentes. E essa demonstração não é menor. Na verdade, o que se demonstra aqui é que o mercado não é eficaz se não vier acompanhado de um certo padrão de solidariedade e regramento que, justamente, ilumina e define as funções econômicas precípuas do Estado (não necessariamente nacional).

A demonstração da insuficiência da “mão invisível” ganhou a alcunha deveras estranha de “dilema do prisioneiro” pelo fato absolutamente casual de

que os pesquisadores⁶ que primeiro demonstraram a possibilidade de equilíbrios econômicos social e individualmente inconsistentes o exemplificaram com o caso de dois prisioneiros que, suspeitos de um determinado crime, são racionalmente induzidos a colaborar com a polícia, a despeito das conseqüências funestas de tal opção para ambos. Mas o “dilema” exposto pelos pesquisadores da RAND Corporation é muito mais cotidiano e universal do que semelhante alcunha permite perceber, de forma que nos parece útil apresentá-lo a partir de um exemplo propriamente econômico.

Sejam duas empresas⁷ industriais que atuam em um mesmo setor e que identificam a necessidade de investir em P&D. Cada uma delas se depara com duas alternativas: (a) aportar recursos para o Laboratório da Universidade Regional (LUR), complementando-o com os poucos equipamentos necessários à realização das pesquisas demandadas pela empresa; e (b) aplicar seus recursos na montagem de um centro de P&D no interior da própria firma. Dadas as limitações de recurso de cada firma, a criação de centros de P&D próprios não é uma alternativa capaz de responder ao conjunto de suas demandas de pesquisa, de forma que a rentabilidade esperada dessa opção é baixa, a não ser que a firma concorrente aporte recursos para o LUR. Nesse caso, aquela que não o fizer poderá utilizar-se do laboratório coletivo e investir seus recursos financeiros tão-somente na construção de um pequeno laboratório privado, responsável pela transformação dos resultados das pesquisas públicas do LUR em produtos e processos patenteáveis. Esta última combinação de estratégias proporciona tamanha vantagem competitiva à firma que não aporta qualquer contribuição para o desenvolvimento do LUR, o que pode implicar a falência da concorrente que colabora com o laboratório coletivo. Esse jogo pode ser representado formalmente como consta no Quadro 1.

Estão em negrito os resultados preferenciais para cada jogador, dada uma suposta estratégia do adversário. Assim, supondo que o jogador **A** jogue A1 (apóia laboratório coletivo), a melhor opção para o jogador **B** é jogar B2 (cria laboratório privado), que lhe proporciona um lucro de 10 (superior ao lucro de 5 que obteria jogando B1). Por outro lado, se **A** joga A2 (cria laboratório privado), a melhor estratégia para **B** é jogar B2, que lhe proporciona um lucro de 1, que é superior ao prejuízo de -2, que obteria jogando B1. Vale dizer: **seja qual for a estratégia adotada por A, é sempre melhor para B jogar B2, criando o**

⁶ Merrill Flood, Melvin Dresher e Albert Tucker, colegas de von Neumann e de John Nash na RAND Corporation ao longo dos anos 50.

⁷ Os jogos com apenas dois agentes são os mais fáceis de modelar. Daí nossa opção de impor essa restrição inicial, que limita o realismo e a universalidade do modelo. Adiante, procuraremos demonstrar (ainda que de forma intuitiva e não-formal) que o “dilema do prisioneiro” se mostra de solução muito mais complexa nos jogos econômicos reais, em que, usualmente, atuam um número muito maior de agentes.

laboratório privado. Na terminologia da Teoria dos Jogos, diz-se que **B** tem uma estratégia dominante.

Quadro 1

Dilema do laboratório coletivo ou privado

JOGADOR B	JOGADOR A	
	A1 - Apóia laboratório coletivo	A2 - Cria laboratório privado
B1 - Apóia laboratório coletivo	5; 5	-2; 10
B2 - Cria laboratório privado	10 ; -2	1 ; 1

O problema é que a mesma lógica se impõe para **A**: seja qual for a estratégia adotada por **B** — apoiar laboratório coletivo ou criar laboratório privado —, será sempre melhor para **A** criar um laboratório privado. E o resultado é que cada um dos dois jogadores, **justamente por ser racional**, adota a estratégia da criação do laboratório privado, o que conduz ao equilíbrio⁸ (B2; A2). Um equilíbrio que corresponde ao pior resultado em termos sociais (representado pela soma dos lucros dos concorrentes) e a um resultado individual significativamente inferior ao que cada um deles obterá se ambos tivessem colaborado com o laboratório coletivo.

O mais interessante desse “jogo” é que é muito fácil para os agentes perceberem o círculo vicioso em que se envolvem e que a decisão de colaborar seria a mais eficaz para ambos **caso houvesse confiança**. A questão que fica é: como constituir a fideducía, o *credere*? Diversas respostas foram dadas a essa pergunta, mas o que tem ficado cada vez mais claro, de Nash a Putnam, passando por Elster e todo o marxismo analítico,⁹ é que as possibilidades de escapar da solução perversa passam pela intensidade e pela frequência **de outros laços de sociabilidade entre os agentes concorrentes**.

⁸ Definido, na Teoria dos Jogos, como aquela posição que, uma vez atingida, tende a ser mantida, uma vez que nenhum dos agentes pode alterar sua estratégia **individualmente** sem incorrer em perda de rendimentos.

⁹ Ver Elster (1991).

O cerne da explicação de Putnam para o desenvolvimento acelerado da Terceira Itália encontra-se, justamente, na solidez do que esse autor denominou a “comunidade cívica” na região nordeste italiana. Por “comunidade cívica”, o autor entende o conjunto de instituições, não especificamente econômicas, responsáveis pela socialização e pelo desenvolvimento do senso de comunidade entre agentes de uma região, instituições estas que vão de associações culturais e recreativas a grupos filantrópicos, passando por jornais regionais, grupos folclóricos e desportivos, partidos políticos, sindicatos e associações profissionais, etc. É Elster, contudo, quem melhor teoriza essa relação empírica apontada por Putnam. Para Elster, na medida em que as sanções especificamente econômicas à ação oportunista são totalmente ineficientes, e a simples proibição legal do exercício de uma lógica racional individualista é contraditória com os próprios fundamentos da ordem econômica mercantil, então somente sanções postas no plano da “sociabilidade e da cultura” podem permitir que se escape do ciclo vicioso imposto pelo “dilema do prisioneiro”.

De outro lado, tanto Elster quanto Putnam apontam para a importância do setor público estatal no apoio e na consolidação da “comunidade cívica”. Em particular, este último autor chama atenção para o fato de que a constituição de instâncias político-institucionais regionalizadas na Itália, após a Segunda Guerra, foi um dos fundamentos das dinâmicas marcadamente diferenciadas das distintas regiões italianas desde então. Mais do que isso: Putnam vai chamar atenção para o fato de que as regiões italianas mais bem-sucedidas no pós Segunda Guerra serão, justamente, aquelas onde se consolidou uma hegemonia de partidos políticos que tinham como princípio programático fundamental o apoio ao desenvolvimento da solidariedade entre agentes econômicos.¹⁰

O reconhecimento desse ponto, contudo, não é suficiente para que possamos definir o papel exato que cabe ao Estado¹¹ na administração de jogos econômicos complexos e no enfrentamento de soluções perversas dos recorrentes “dilemas de prisioneiro”. Desde logo, poder-se-ia pretender, por exemplo, que **uma boa solução para o jogo e para o dilema representados**

¹⁰ Mormente entre agentes micro e pequenos, incapazes de se inserir de forma competitiva e sustentável no mercado sem o estabelecimento de elos de cooperação estrutural. A esse respeito, ver Putnam (1996), especialmente o Capítulo 2 e a última seção do Capítulo 4.

¹¹ Entendido aqui em seu sentido mais restrito, como o conjunto de instituições que estabelecem relações de poder e autoridade (por oposição a “relações de intercâmbio livremente pactuadas”) para com todo e qualquer membro de uma determinada sociedade. Seremos obrigados, mais adiante, a retornar à complexa questão da determinação do Estado, diferenciando um sentido estrito e um sentido amplo para essa categoria, bem como introduzindo a concepção de setor público não estatal. Por enquanto, a caracterização mais restrita de Estado, dada acima, nos é suficiente.

acima seria a construção de um laboratório público de pesquisa. Mais uma vez, porém, a Teoria dos Jogos revela-se um instrumento importante (ainda que não necessariamente suficiente) para jogar luz sobre essa questão. Se não, vejamos.

Desde logo, é preciso entender que, se o Estado é **necessário** ao encaminhamento de uma solução não perversa para os inúmeros dilemas do prisioneiro, nada nos garante que ele seja **capaz** de fazê-lo da forma mais eficiente e socialmente justa; vale dizer, que seja capaz de vigiar e punir sem discriminação e sem privilégios e sem impor um custo tão elevado ao processo que torne os seus benefícios inferiores aos seus custos. Ou, como diz Putnam (citando Gambetta e North):

“Parte da dificuldade consiste no fato de que a coerção é onerosa: ‘As sociedades que enfatizam muito o uso da força costumam ser menos eficientes, mais sacrificantes e menos satisfatórias do que aquelas onde a confiança é mantida por outros meios’. O maior problema, porém, é que a coerção imparcial é em si mesma um bem público, estando sujeita ao mesmo dilema básico que ela busca resolver. A coerção de um terceiro exige que este seja confiável, mas que força garante que o poder soberano não irá **desertar**? ‘Em suma, se o Estado tem força coercitiva, então os que o dirigem [poderão usar] essa força em proveito próprio [ou de aliados preferenciais], a expensas do resto da sociedade’. (...) No jargão da teoria dos jogos, [diz-se que] a coerção imparcial de um terceiro não constitui geralmente um ‘equilíbrio estável’, isto é, aquele em que nenhum jogador tem motivos para modificar seu comportamento” (Putnam, 1996, p. 175).¹²

Mas isso não é tudo. Mesmo se admitimos que o problema da subordinação do Estado aos interesses da maioria da população já se encontre resolvido, isso não significa que o conjunto dos agentes econômicos reconheçam essa subordinação ou aceitem a forma como ela foi conquistada. Em particular, os agentes que perdem seus privilégios ao longo de processos de modernização do Estado (os “coronéis”, os “capitães de indústria”, os “mandarins dos serviços públicos concedidos”, etc.) tendem a se envolver em conflitos de prisioneiro, mas se recusam a aceitar que o novo Estado busque dirimi-los. Ou, pelo menos, se recusam a que o Estado entre como um tipo mediador que elimina toda e qualquer função para os agentes (e antigos potentados) privados e públicos locais.

¹² As citações sinalizadas por aspas simples são, na ordem de aparição, de Gambetta (1988, p. 216) e de North (1990, p. 58).

Felizmente, essas distinções entre jogos e jogadores são facilmente modeláveis e facilitam enormemente a percepção de que **o padrão de intervenção pública capaz de gerar o máximo benefício social por unidade de dispêndio fiscal vai depender do padrão do próprio jogo. E quando o jogo gera soluções do tipo “dilema do prisioneiro”, o padrão de intervenção pública de menor custo/benefício só pode ser definido a partir da identificação do padrão específico de “dilema do prisioneiro” com o qual nos deparamos.**

O resgate do exemplo anterior (e o confronto do mesmo com um novo padrão de dilema) pode nos ajudar a compreender a questão. O dilema do laboratório é um jogo muito simples, que envolve apenas pouquíssimos jogadores (no caso, apenas dois). Tal fato facilita sobremaneira a construção de um acordo. Na verdade — e essa é uma regra geral —, **quanto menor o número de jogadores e quanto mais recorrentes, intensas e diversificadas forem as relações de intercâmbio e sociabilidade entre os mesmos, mais fácil é a obtenção de um acordo livremente pactuado (ainda que politicamente monitorado) entre as partes.** De forma que, nos termos do exemplo anterior, a alternativa de mobilizar o setor público enquanto articulador e fiscalizador de um acordo privado parece ser a opção menos custosa e mais racional. Tanto mais na medida em que o resultado imediato da estruturação de um centro tecnológico aplicado e voltado para o atendimento das demandas das empresas-jogadoras é a ampliação da rentabilidade das mesmas. Logo, são elas — e não o poder público — que devem arcar diretamente com a sustentação do referido centro.

Sempre se poderia contra-argumentar que uma solução alternativa “igualmente boa” seria a imposição de uma nova taxa ou de um instrumento fiscal específico sobre os agentes beneficiados, com o fito de financiar a construção do laboratório público. Contudo essa solução alternativa impõe todo um conjunto de novas questões não desprezíveis. Em primeiro lugar, pressupõe uma baixa resistência dos agentes beneficiados sobre a nova fiscalidade, o que, por sua vez, pressupõe que tais agentes tenham um alto nível de confiança no compromisso dos agentes públicos em: (a) canalizarem, efetivamente, os recursos recolhidos para a construção do laboratório; e (b) administrarem o mesmo em consonância real com os interesses dos agentes que sofrem a nova exação fiscal. E, como sabe todo administrador público, **as dificuldades e os custos** (em termos de tempo de trabalho de agentes políticos públicos) para a conquista desses dois “votos de confiança” estão longe de ser desprezíveis. Tanto mais quando — e este é o ponto efetivamente importante a salientar — **as instâncias públicas que contam com a capacidade de impor a ampliação da carga fiscal necessária ao enfrentamento de boa parte das carências de infra-estrutura de apoio empresarial são, via de regra, as instâncias públicas**

que, geográfica e politicamente, se encontram mais distantes dos agentes que devem se beneficiar do novo tributo.

Nem sempre, contudo, a solução via acordo **privado** mediado por instâncias políticas **locais** é a melhor solução. Como já apontamos anteriormente, inúmeros jogos competitivos envolvem um número expressivo de jogadores. E, quanto maior o número dos mesmos, mais difícil é a conquista de um acordo, pois menor é a confiança de cada um nos compromissos assumidos pelos demais. No limite, **quando o número de jogadores é infinito (ou, pelo menos, indeterminado), os acordos tornam-se virtualmente impossíveis, sem que instâncias políticas regionais e/ou nacionais — com maior poder fiscal, legal e policial — sejam mobilizadas de forma efetiva e permanente.** Essa assertiva pode ficar mais clara se resgatamos, através de um novo exemplo, um outro padrão de dilema de prisioneiro que se convencionou chamar “dilema da ação coletiva”.

Seja um agente racional oportunista interessado em viver em um meio ambiente limpo e ecologicamente sustentável, que denominamos “ecologista oportunista” (EO). Se EO vive em tal ambiente sem dar qualquer contribuição para sua manutenção, seu rendimento é, digamos, 100. Mas, se EO se vê constrangido a contribuir para a manutenção do meio ambiente, então ele tem um custo individual que deprime seu rendimento para 90.

De outro lado, dado que EO é apenas um indivíduo entre muitos, os “demais membros da comunidade” (nosso segundo agente, que chamaremos de DMC) recebem um benefício direto muito pequeno do trabalho de manutenção do meio ambiente realizado (ou não) por EO. De sorte que o rendimento médio dos DMC é praticamente o mesmo, se EO contribui ou não para a manutenção do ambiente. Formalmente, nosso jogo pode ser representado no Quadro 2.

Quadro 2

Dilema ambiental

EO	DMC	
	DMC - Colaboram	DMC - Não colaboram
EO - Colabora	90; 90	-10; 0
EO - Não colabora	100; 90	0; 0

Vale observar que, tal como na versão anterior do dilema do prisioneiro, o equilíbrio existe e é único. Mas, à diferença do resultado anterior, a solução é o melhor rendimento possível para EO e é o melhor rendimento social (entendido, aqui, como o somatório dos rendimentos individuais¹³) possível, de forma que EO não tem qualquer estímulo para sair de sua posição não colaboracionista.

O problema evidente é que DMC não é um jogador válido, no sentido de que ele não é um tomador de decisão. Na verdade, os “demais membros da comunidade” não decidem e não atuam em conjunto, mas cada membro toma a sua decisão individualmente. E é fácil para cada jogador perceber que poderia ampliar seu benefício se atuasse como EO, usufruindo da colaboração dos demais sem colaborar.¹⁴ Vale dizer: se cada membro for um “ecologista oportunista”, a estratégia dominante de cada um será a mesma de EO (não colaborar), e a solução efetiva do jogo será (0; 0).

A principal particularidade dessa forma de “dilema do prisioneiro” *vis-à-vis* à forma anterior é que, no dilema do prisioneiro definido para dois (ou, de forma mais geral, para poucos) jogadores, cada jogador importa, de forma que a defeção do jogador **A** gera o pior rendimento possível para o jogador **B**, induzindo este último a não colaborar mais. E essa reação de **B** deprime o rendimento de

¹³ Note-se que estamos representando o rendimento de DMC como uma média. O rendimento total de DMC deve ser “ $n \times 90$ ” e será tão maior quanto maior for o número n de indivíduos que perfazem a comunidade.

¹⁴ Poder-se-ia contra-argumentar, sem sombra de dúvida, que muitas pessoas têm prazer em defender o meio ambiente, mesmo quando não são objeto de fiscalização pública. Só que esse contra-argumento só pode ser esgrimido como uma crítica à construção anterior por aqueles que defendem o ponto de vista de que a solidariedade para com o ambiente e com os outros é um sentimento “natural” (ainda que não universal, mas restrito aos “melhores”). Do nosso ponto de vista, qualquer tentativa de naturalização da ética não conduz apenas a um elitismo preconceituoso (ao fazer de todos os oportunistas seres “antinaturais”). Ela envolve desconhecer o caráter processual da razão e da sociabilidade, conseguindo ser ainda mais absurda do que a tese oposta, que “naturaliza” o oportunismo e o individualismo burguês. Na realidade, a ética (e a culpa por fugir aos compromissos éticos com os demais e com o ambiente) é um produto do desenvolvimento da racionalidade, que é indissociável do desenvolvimento da sociabilidade e da realização de acordos e da criação de instituições reguladoras coetâneas àqueles processos.

A. Daí que, se os jogos forem repetitivos¹⁵, existe a chance de os jogadores aprenderem a colaborar, até mesmo na ausência de intervenção do Estado.¹⁶

Essas circunstâncias estão ausentes nos dilemas de ação coletiva. Nestes, mesmo que os jogos sejam repetitivos, é virtualmente impossível o desenvolvimento de um acordo privado, pois cada jogador é insignificante, de forma que sua decisão de colaborar (ou não) é incapaz de afetar a decisão dos demais.¹⁷ Nesses casos, o Estado, necessariamente, tem de ingressar como agente com funções resolutivas.¹⁸ A questão é: de que forma? Como agente executor de serviços ou como fiscalizador/punidor da ação oportunista? E qual a instância público-estatal mais adequada ao enfrentamento do oportunismo em dilemas da ação coletiva: a instância municipal, a regional ou a nacional?

Ora, a primeira pergunta acima — a forma mais adequada de intervenção pública em cada caso — depende da “imagem de futuro” que se adota como ideal de sociabilidade (tema do capítulo anterior) e das estruturas com as quais conta (ou deveria contar) o setor público (objeto do capítulo seguinte). Por enquanto, só cabe reconhecer que o critério fundamental há de ser a relação custo/benefício (ambos ponderados em termos sociais) da alternativa “vigiar/punir” *vis-à-vis* à alternativa “executar”.

¹⁵ Jogos repetitivos são aqueles em que as estratégias não são decididas em uma única vez, mas existem diversos lances do mesmo jogo. No exemplo do laboratório coletivo ou privado, teríamos um jogo repetitivo se o aporte de recursos para a sustentação do LUR tivesse de ser feito a cada ano. Nesse caso, se a empresa **A** adotasse uma estratégia colaboracionista, e a **B**, uma estratégia oportunista, no período seguinte a **A** deixaria de colaborar, deprimindo a rentabilidade da **B** e ampliando a sua própria. Tal movimento deveria induzir **B** a buscar um acordo com **A**, abandonando o oportunismo pela colaboração.

¹⁶ Para que se entenda a função educativa da punição recorrente entre iguais, vale lembrar a função educativa dos irmãos. Ao contrário dos pais, que sempre diferenciam seus próprios direitos e obrigações *vis-à-vis* aos filhos, os irmãos tendem mais à “Lei do Talião”: dente por dente, olho por olho. A repetição dessa “regra de vingança” tem um papel educativo. Não gratuitamente, os filhos únicos têm mais dificuldade em aprender a dividir direitos e deveres. Porém, não se pode derivar das vantagens de se ter irmãos a conclusão de que os pais sejam desnecessários. **Apreender apenas pela repetição, sem o exemplo e sem a explanação, é muito mais demorado e custoso do que apreender com a ajuda de pessoas com maior experiência e autoridade. Em muitos casos, a mera demonstração de que o oportunismo tende a produzir prejuízos coletivos pode ser insuficiente, mesmo no longo prazo.**

¹⁷ Isso significa dizer que, quando o dilema do prisioneiro se impõe em jogos repetitivos com poucos jogadores, cada jogador “vigia e pune” o outro; no dilema de ação coletiva, nenhum jogador é capaz de “vigiar e punir” os demais. Para uma definição sucinta e rigorosa do dilema de ação coletiva, ver Elster (1991, p. 40).

¹⁸ Como Baumol (1952), dentre tantos outros autores, já sugeriu, as teorias contratualistas do Estado nada mais são do que teorias da impossibilidade de resolver os dilemas de ação coletiva sem a constituição de um *tertius* com as funções de legislar, julgar, punir e executar em nome do coletivo.

Já a segunda questão anunciada acima demanda um tratamento mais acurado. Desde logo, é preciso reconhecer que não existem respostas simples e únicas para a questão da distribuição de atribuições político-econômicas entre as diversas instâncias nacionais de governo. Contudo diríamos que o instrumental da Teoria dos Jogos nos ajuda a identificar três critérios que devem ser levados em conta na definição da melhor resposta pública aos múltiplos dilemas de prisioneiro com os quais as sociedades se deparam, quais sejam:

- a) o número de jogadores e sua distribuição geográfica;
- b) o grau de equidade/disparidade do poder competitivo dos diversos jogadores; e
- c) a dimensão dos danos (em termos de número de atingidos, impacto sobre a qualidade de vida dos mesmos e sua distribuição geográfica) passíveis de serem causados, pela adoção de estratégias oportunistas, pelos distintos jogadores (em particular, os de maior poder competitivo).

Como regra geral (necessariamente insuficiente), pode-se dizer que, quanto maior o número de jogadores e maior a área geográfica em que os mesmos se localizam, quanto maior a disparidade de poder competitivo dos jogadores e quanto maiores os danos advindos da ação oportunista, tanto maiores devem ser os poderes regulatório e punitivo e a jurisdição geográfica da instância pública responsável pela administração dos conflitos. De outro lado, **quanto menor o número de jogadores, quanto mais concentrada geograficamente for a sua distribuição, quanto maior a equidade do poder competitivo dos jogadores e quanto mais restritos forem os danos da ação oportunista, maior a tendência de que a solução de menor custo/benefício para o conflito é a pactuação de acordos entre as partes articuladas mediados pelas instâncias públicas locais (no plano municipal), regionais (os governos estaduais) ou sub-regionais (Coredes, associações regionais de prefeitos, etc.).**

Uma melhor compreensão desse ponto e, em particular, dos critérios relevantes para a distribuição de funções entre os agentes públicos municipais, sub-regionais e o agente público estadual depende do reconhecimento de que — para além dos dilemas do tipo “prisioneiro” — existe todo um outro conjunto de problemas econômicos típicos da ordem mercantil, que solicitam intervenção pública. Se não, vejamos.

3 - Subdesenvolvimento, incerteza e ausência de coordenação pública

Até agora, analisamos um único padrão de equilíbrio perverso: aquele que deriva da inconsistência social da racionalidade oportunista. Mas esta não é a única determinação de equilíbrios subótimos em jogos econômicos. Tão

importante quanto ela é a determinação associada à crônica incerteza de agentes econômicos que atuam em um ambiente econômico anárquico e descoordenado. Igualmente ao caso do dilema do prisioneiro, vale a pena apresentar esse problema a partir de um exemplo.

Sejam dois agentes econômicos **A** e **B** cuja capacidade de trabalho está subempregada e que possuem uma pequena poupança.¹⁹ Ambos estão em busca de alternativas para a aplicação desses recursos e identificam uma demanda potencial para “rãs”. A ocupação desse nicho de mercado daria rendimentos significativos se os empresários pudessem contar com o volume de recursos necessários para ingressar tanto na produção dessa mercadoria, quanto na sua comercialização. Contudo, com os seus recursos financeiros (que definem a capacidade de endividamento dos mesmos), os jogadores só podem ingressar numa das duas pontas da cadeia, ou na produção, ou na comercialização. Essa restrição não chega a inviabilizar o ingresso. Porém, se qualquer um dos jogadores ingressar numa ponta da cadeia, e nenhum outro agente vier a se instalar na ponta complementar, o ingressante terá que utilizar os canais de comercialização disponíveis (o que envolve vender seu produto a preços aviltados) ou disputar a mercadoria com outros comerciantes (o que conduziria o ingressante a um prejuízo capaz de obrigá-lo a abandonar o mercado). De outro lado, se os dois agentes ingressarem em pontas complementares da cadeia, ambos auferirão rendimentos significativos equivalentes ao dobro (no caso de o ingresso ser na produção), ou ao triplo (no caso de o ingresso ser na comercialização) do que os jogadores auferem hoje enquanto rentistas subempregados. Esse jogo encontra-se representado no Quadro 3.

Como se pode ver no Quadro 3, ao contrário do que ocorre em jogos do tipo “dilema do prisioneiro”, os jogadores não têm, nesse caso, nenhuma estratégia dominante. A cada estratégia do concorrente, muda a estratégia preferencial do jogador tomado como referência. O que, dadas as características desse jogo particular, acaba por gerar três equilíbrios alternativos, grifados em negrito na tabela acima. Pergunta-se, então: para qual desses equilíbrios alternativos o sistema tende? Depende... Mais especificamente, depende das probabilidades que os jogadores imputam a cada uma das estratégias alternativas dos seus adversários e do grau de confiança dos mesmos jogadores em torno daquela distribuição de probabilidades. Expliquemo-nos.

¹⁹ Tal como em nossa exposição do “dilema do prisioneiro”, partimos, aqui, da forma mais simples e mais facilmente formalizável de um jogo competitivo: aquele em que intervêm apenas dois jogadores. Como veremos logo adiante, o problema para o qual buscamos chamar a atenção do leitor é tão mais grave (e tão mais corriqueiro) quanto maior o número de jogadores envolvidos.

Quadro 3

Múltiplos equilíbrios com solução subótima

JOGADOR B	JOGADOR A		
	A1 - Aplica na poupança	A2 - Produz rã	A3 - Vende rã
B1 - Aplica na poupança	2; 2	2; 1	2; -1
B2 - Produz rã	1; 2	-4; -4	4; 6
B3 - Vende rã	-1; 2	6; 4	-5; -5

Suponhamos que o jogador **A** tenha informações que o levam a crer que o jogador **B** vai produzir rã. Nesse caso, a melhor opção para o jogador **A** é comercializar rã, e o sistema tenderá para o equilíbrio representado por (B2; A3), que gera os rendimentos (4; 6).

Contudo o caso mais freqüente (e mais problemático) é aquele em que os jogadores não alcançam definir probabilidades **confiáveis** para as estratégias alternativas dos seus adversários. Nesse caso, dizemos que os jogadores são obrigados a definir suas estratégias sob condição de incerteza. E — como o reconhecem os maiores teóricos da decisão sob incerteza, de Keynes a von Neumann — a melhor estratégia, nesse caso, é a mais conservadora, é aquela que minimiza as chances de prejuízo. Se voltamos ao exemplo anterior, veremos que, tanto para o jogador **A** quanto para o jogador **B**, a estratégia que minimiza o risco de prejuízo é “aplicar na poupança”. Afinal, essa estratégia gera sempre o mesmo rendimento positivo 2 para cada jogador, independentemente de qual seja a estratégia do adversário; enquanto a estratégia “produzir rã” pode gerar um prejuízo de -4 (no caso de o adversário ingressar no mesmo negócio), e a estratégia “comercializar rã” pode gerar um prejuízo ainda maior (de -5, no caso de ser esta também a estratégia do adversário). Vale dizer: **em condições de incerteza, o sistema tende para (B1; A1); o único dentre os três equilíbrios alternativos que é um subótimo em termos de Pareto²⁰ e que gera o rendimento agregado mais baixo.**

²⁰ Um ótimo de Pareto é uma situação onde não se poderia melhorar a situação de nenhum dos agentes econômicos sem impor uma piora para, pelo menos, um dos demais. A solução (B1; A1) não é ótima, pois os dois outros permitem uma apropriação de rendimentos superiores para ambos os jogadores. Segundo Pareto — um dos próceres da Economia Neoclássica —, um sistema econômico é definido como ineficiente se, e somente se, ele conduzir a equilíbrios subótimos.

É fácil perceber que o sistema só atinge essa solução subótima porque carece de **coordenação**. A questão que fica é: como enfrentar esta carência?

Essa não é uma questão menor, para a qual cabem respostas simples e unívocas. Contudo é possível defender o ponto de vista de que, no âmbito das sociedades mercantis contemporâneas periféricas, dois projetos alternativos de enfrentamento da questão da coordenação dos agentes econômicos encontram-se em pugna.²¹

Desde logo, é preciso que se diga que, a despeito do que possa pretender um certo senso comum, a distinção de fundo entre esses dois projetos de coordenação não se encontra propriamente na atribuição de um papel coadjuvante ou protagonista para o Estado. Afinal, se o jogo representado acima é expressivo de um problema real, de um problema que está no cerne da estagnação relativa de inúmeras regiões do nosso país e do nosso estado, o que ele revela é que **os padrões de concentração de capital e de financiamento vigentes em nossa economia não permitem que o setor privado assumam para si as tarefas de coordenação necessárias à superação de equilíbrios subótimos**. Fossem outros os padrões de concentração de capital e financiamento, os empresários potenciais do jogo anterior poderiam ingressar (isoladamente ou de forma associada) tanto na ponta produtiva quanto na ponta comercial do “negócio rã”, **e o problema de coordenação resolver-se-ia de forma privada, via integração vertical**. Só que não é essa a solução (que poderíamos chamar de “especificamente capitalista”, “americanista” ou “fordista”), porque parcela expressiva do setor privado nacional não conta nem com a acumulação pregressa, nem com fontes de financiamento eficientes para superar as restrições de escala que impedem a internalização à firma das tarefas de coordenação e planejamento econômico.²²

O reconhecimento desse atraso relativo do desenvolvimento da ordem mercantil nos planos nacional e regional é o ponto de partida daqueles dois projetos político-econômicos supra-referidos, que buscam enfrentar, de forma distinta, as carências de coordenação características de nossa economia. E,

²¹ A importância dessa questão, para nós, encontra-se no fato de que essas duas respostas à questão da coordenação de economias mercantis se associam a duas “imagens de futuro”, distintas para o Brasil e para o Rio Grande do Sul, e estruturam duas propostas políticas antagônicas e em franca disputa de hegemonia no País e no Estado. Em outro trabalho realizado para o **Marco Referencial** (intitulado **Uma Imagem de Futuro para o RS**), dedicamo-nos a esse tema. Contudo não podemos deixar de tangenciá-lo aqui.

²² Para uma caracterização precisa do padrão “fordista” (ou “americanista”) de acumulação de capital e coordenação sistêmica, ver Gramsci (1978, p. 375 e segs.). Para que se entenda por que a integração vertical é a solução privada para problemas de informação e coordenação (ou, na terminologia do autor, para o enfrentamento de elevados “custos de transação”), ver Coase (1937, p. 386 e segs.).

dado esse reconhecimento, ambos os projetos vão recorrer ao Estado e à sua capacidade de coordenação, planejamento e mobilização de recursos.²³ Mas recorre-se ao Estado de forma distinta. **De uma perspectiva que toma a solução “fordista” de coordenação como uma solução ideal, caberia ao Estado articular aquele padrão de concentração e centralização de capital que permite a transferência gradual da tarefa de coordenação para o setor privado (vale dizer, que permite a “americanização” de nossa economia). De outro lado, existem alternativas não especificamente capitalistas de coordenação (que uma literatura cada vez mais influente caracteriza como pós-fordistas), onde se busca constituir um tal padrão de interação entre Estado e sociedade civil que permita fazer do setor público (não necessariamente estatal) um agente capaz de exercer, permanentemente, as tarefas de coordenação econômica dentro de parâmetros de agilidade e eficiência econômica compatíveis com a velocidade das transformações técnico-produtivas que caracterizam a ordem mercantil.**

Se tomamos essas duas alternativas polares como referência e retornamos ao último jogo representado acima, veremos que, no horizonte de uma economia mercantil, existem quatro possibilidades de superação da solução subótima a partir da mobilização do setor público. A primeira seria canalizar recursos públicos para um dos dois jogadores (ou para um terceiro) com vistas a permitir o ingresso no “negócio rã” de forma integrada verticalmente. Essa solução envolve uma modificação do próprio jogo e encontra-se no campo do projeto “fordista”. A segunda seria colocar os dois jogadores em contato, estimulando-os a constituir uma sociedade. Também essa solução altera o próprio jogo e alimenta um processo de concentração de capital, mas é menos excludente que a anterior e prescinde da mobilização e/ou da transferência de recursos públicos para o setor privado. Nesse sentido, dialoga tanto com o projeto “fordista” quanto com o “pós-fordista”. A terceira solução envolve pôr os dois agentes em contato com vistas a conseguir uma definição de qual dos dois ingressará em qual atividade. Aqui, a coordenação é feita sem integração vertical e sem concentração de capital, ao mesmo tempo em que garante uma maior autonomia para os jogadores

²³ Cabe esclarecer que não estamos negando a existência de projetos especificamente liberais (ou “neoliberais”) que negam todo e qualquer protagonismo ao Estado enquanto agente regulador e coordenador da atividade econômica. Não reconhecemos, contudo, que essas leituras dogmáticas e objetivamente incapazes de apanhar as particularidades de economias mercantis periféricas contem, hoje, com a ressonância que seria necessária para fazer das mesmas uma alternativa política apta a disputar a hegemonia social. Pelo menos não nos parece ser este o quadro da disputa político-ideológica no interior do Rio Grande do Sul, onde as correntes liberais acabam sendo obrigadas a se atrelar a projetos políticos que admitem um papel protagonista para o Estado no processo de impulso do desenvolvimento.

(confiando na possibilidade de que os mesmos alcancem chegar a um acordo mutuamente benéfico). Finalmente, uma quarta alternativa seria a constituição de uma instância pública de regulação com poder para estimular cada um dos jogadores a ingressarem nesta ou naquela atividade (a partir de algum diagnóstico prévio acerca das competências específicas de cada um), de forma a impedir não apenas a tendência ao equilíbrio subótimo como a possibilidade de investimentos redundantes no mesmo subsetor. Esta última alternativa, tal como a anterior, não altera o padrão de concentração de capital, nem chega a estimular qualquer aliança entre os mesmos, preservando para o Estado o protagonismo no exercício da função de coordenação do processo econômico.

É fácil perceber que essas quatro alternativas impõem tarefas não só distintas como crescentemente complexas ao poder público. Na primeira dentre as soluções — onde o Estado é um mero articulador da concentração de capital —, as funções públicas restringem-se a identificar as empresas de maior poder competitivo e negociar os benefícios necessários e suficientes para sua instalação na região cujo desenvolvimento se quer promover. Tais funções não só podem como devem ser exercidas por instâncias políticas superiores (estaduais ou nacionais), uma vez que solicitam uma disponibilidade de recursos fiscais e financeiros que, usualmente, as instâncias políticas sub-regionais não dispõem. De outro lado — e no extremo oposto —, a última alternativa²⁴ de solução do problema de coordenação do “negócio rã” pressupõe o intenso envolvimento de agentes e instâncias locais do setor público. Afinal, se se quer direcionar o investimento privado dos distintos agentes econômicos regionais, é preciso, de um lado, que os agentes públicos encarregados dessa tarefa conheçam muito bem as competências dos agentes econômicos regionais e, de outro lado, que estes últimos confiem na competência dos agentes públicos para direcionar a alocação de suas (via de regra, parcas) poupanças financeiras, um tipo de conhecimento que pressupõe convivência e o mínimo de assimetria no plano da autoridade.

De uma forma geral, o que se pode afirmar é que, quanto mais fordista for a política de coordenação econômica, tão mais secundárias (no limite, prescindíveis) são as instâncias políticas municipais e sub-regionais. O Estado nacional e os estados federados são os únicos protagonistas da coordenação econômica. De outro lado, quanto mais pós-fordista for a política de desenvolvimento, maior a relevância das instâncias sub-regionais. Mas com uma diferença crucial: enquanto a defesa radical da solução fordista leva à virtual negação das

²⁴ Que é a alternativa especificamente pós-fordista; no sentido específico de que é a única alternativa em que o poder público é mobilizado não apenas como articulador do investimento privado, mas também como cerceador do processo de concentração de capital e de cartelização econômica.

instâncias sub-regionais, a defesa do pós-fordismo não pode ser confundida com qualquer negação das instâncias políticas superiores. Na verdade, **o pós-fordismo tem de afirmar e resgatar o poder regulatório específico de todas e de cada uma das instâncias públicas**, uma vez que sua característica central é, justamente, recusar qualquer delegação de funções regulatórias para as grandes corporações vertical e horizontalmente integradas.

Mais uma vez, a exemplificação através de um jogo é útil para uma melhor compreensão desse ponto. Sejam duas regiões com instâncias públicas de coordenação do desenvolvimento regional devidamente constituídas. Chamemos essas instâncias de Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs), diferenciando-as pelos nomes de ADR1 e ADR2. Contemporaneamente, essas regiões apresentam uma estrutura econômica pouco desenvolvida. Inexistem quaisquer aglomerações produtivas capazes de alimentar a formação de Sistemas Locais de Produção (SLPs) dinâmicos e diversificados. Mas cada uma das ADRs identifica dois nichos alternativos para a canalização (politicamente coordenada e concertada) das poupanças privadas dos agentes econômicos locais com vistas à constituição de aglomerações de alto potencial dinâmico. A percepção de cada uma das ADRs é que, buscando extrair as máximas vantagens de escopo, proximidade e reputação para os empreendimentos, se torna essencial eleger um único nicho para aplicar as poupanças da região. Ou, dito de outro modo: as ADRs têm de se decidir por uma das duas alternativas para a constituição de SLPs regionais. O problema é que as alternativas são as mesmas (fruticultura e madeira), e a decisão de uma das ADRs afeta os resultados esperados da outra. A semelhança desse jogo com o anterior é demasiado óbvia e se encontra manifesta na representação do Quadro 4.

Quadro 4

Dilema da especialização regional

ADR1	ADR2		
	ADR2-1 - Mantém a equação produtiva	ADR2-2 - Estimula o SLP frutícola	ADR2-3 - Estimula o SLP madeireiro
ADR1-1 - Mantém a equação produtiva	2; 2	2; 5	2; 4
ADR1-2 - Estimula o SLP frutícola	5 ; 2	2; 2	5 ; 4
ADR1-3 - Estimula o SLP madeireiro	4; 2	4 ; 5	0; 0

Tal como o jogo visualizado no Quadro 3, este apresenta mais de um equilíbrio de Nash. Mas ele não tende para nenhum dos dois equilíbrios propriamente. E isto porque, ainda que nenhuma das ADRs tenha uma estratégia propriamente dominante, ambas têm na fruticultura a sua melhor estratégia. Na pior das hipóteses, o rendimento que essa estratégia gera é igual ao rendimento gerado pela atual equação produtiva. E, sempre que a ADR concorrente opte por qualquer estratégia distinta da fruticultura, o rendimento da ADR que faz essa opção é o maior possível. Donde, **ambas as ADRs devem impulsionar as economias sob suas influências para a fruticultura, gerando uma situação econômica que — após todos os custos de reconversão — leva a uma renda média igual à (baixa) renda atual.**

É fácil perceber que, na ausência de um *tertius*, o impasse tende a ser mantido. E esse *tertius* tem de ser uma instância pública superior. Mais especificamente, do nosso ponto de vista, garantir a conquista de soluções não perversas no plano individual, social e regional para jogos desse padrão é uma tarefa dos estados federados, mais especificamente, do(s) órgão(s) público(s) estadual(is) responsável(is) pelo planejamento do desenvolvimento regional.

4 - O papel do Governo Estadual na articulação do desenvolvimento regional

Nas seções anteriores, procuramos demonstrar que a responsabilidade pela articulação do desenvolvimento cabe às mais diversas instâncias do Estado. Cabe, agora, refletir um pouco sobre o papel específico dos governos estaduais.

Ao final da seção anterior, já foi sinalizado aquele que nos parece ser o papel precípua dos governos estaduais: articular, coordenar e dar consistência inter-regional para os projetos de desenvolvimento articulados nos planos sub-regionais. O problema é que essa definição geral pressupõe, de um lado, a existência de instâncias sub-regionais capazes de articular planos de desenvolvimento a serem implantados nos territórios que lhes seriam pertinentes, e, de outro lado, que o Governo Estadual conte com condições de intervir, coordenar e dirimir eventuais conflitos inter-regionais. Nenhuma dessas duas hipóteses é passível de aceitação acrítica, o que nos impõe um pequeno desvio na discussão teórica mais geral, com vistas a avaliar a consistência empírica das mesmas para o Rio Grande do Sul.

Desde logo, cabe chamar atenção para a amplitude do território gaúcho. Composto por 497 municípios, dispersos em um território de 282.062km² (que equivale a quatro Repúblicas da Irlanda, a mais de três Portugais e a pouco mais de uma Itália continental), o Rio Grande do Sul apresenta disparidades

regionais marcantes. Essas disparidades têm origem tanto nas características geofísicas diferenciadas das distintas sub-regiões do território gaúcho quanto em padrões históricos altamente diversificados de ocupação das distintas frações do território.

Para além das determinações genéticas dessa diversidade regional, o que importa entender é que as mesmas geraram uma realidade onde convivem, de um lado, municípios e regiões com padrões de industrialização e desenvolvimento dos serviços urbanos similares aos de países desenvolvidos,²⁵ e, de outro, municípios e regiões que apresentam um desenvolvimento urbano-industrial medíocre e taxas de crescimento do PIB muito inferiores à média estadual.

Equilibrar esse marcante diferencial dinâmico é uma das demandas mais consensuadas no interior do Estado. Na defesa do “espraçamento”, através da revalorização da matriz produtiva local (que caracterizou a campanha e o Governo Olívio Dutra), e no “choque de indústria na Metade Sul” (palavra de ordem da FIERGS, na gestão contemporânea de Renan Proença), há mais unidade do que oposição. Se a forma muda radicalmente, o conteúdo é o mesmo: revitalizar as regiões que vêm apresentando um insofismável déficit de crescimento. A questão é: como?

Para que se responda a essa questão, é preciso entender que existem círculos virtuosos e círculos viciosos de crescimento. O crescimento da produção alavanca o crescimento do emprego, que alavanca o crescimento da renda disponível, que alavanca o crescimento do consumo mais sofisticado, que alavanca a diferenciação da produção, que alavanca a inovação, que alavanca o crescimento de novas empresas, que alavancam a distribuição da renda, que alavanca o crescimento da demanda, da renda e da produção, o que dá início a um novo círculo virtuoso. De outro lado, a queda da produção reduz o nível de emprego, o que diminui o consumo induzindo a uma uniformização/simplificação da produção, que conduz à quebra das empresas inovadoras (via de regra, mais jovens, mais audazes e menos capitalizadas), que conduz à concentração da renda e da propriedade, deprimindo ainda mais o consumo, a renda e o emprego. Ao final, temos a “estruturalização” da crise sob a forma de estagnação.

Enfrentar esses círculos viciosos não é tarefa fácil. Mas é uma tarefa realizável se se conta com um planejamento e uma coordenação de ações que partam da articulação do conjunto dos agentes necessários para o enfrentamento da crise/estagnação relativa. Isto envolve a discussão e a articulação de ações concertadas pelo conjunto das instâncias do poder público e da sociedade civil organizada com incidência sobre o território em crise. Vale dizer, envolvendo os

²⁵ Mormente de países europeus de desenvolvimento industrial tardio, como a Itália e a Espanha.

governos do Estado e dos municípios afetados, o Corede pertinente, as universidades regionais, os sindicatos patronais e dos trabalhadores, as instituições financeiras (inclusive e principalmente — mas não exclusivamente — as públicas) com interesses na região, bem como representações individuais de empresários e trabalhadores que alcançaram conquistar o papel de lideranças públicas reconhecidas.

Desde logo, é fácil reconhecer que a articulação desse conjunto de atores é tarefa complexa. **Em particular, na medida em que não existe, hoje, nenhuma instância ou aparelho público (governamental ou não) com a responsabilidade e o poder real de estruturar esse diálogo e planejar as ações sobre aqueles territórios que transcendem o espaço municipal e representam tão-somente uma parte limitada do território gaúcho.**²⁶

Superar essa ausência de instâncias sub-regionais com competência efetiva para articular o consenso necessário à superação dos obstáculos (circunstanciais ou estruturais) ao desenvolvimento regional é um passo fundamental para a consolidação das instâncias político-governamentais no interior do nosso estado. O primeiro capítulo da segunda parte do **Marco Referencial** (Paiva; Campregher, 2002) trabalha esse tema complexo com a dedicação necessária. Aqui, somos obrigados a apelar mais uma vez para a simplificação introduzida na seção anterior, que reputa às ADRs essa tarefa.

Ora, a seção terceira encerrou-se justamente no momento em que procurávamos demonstrar a **importância** e a **insuficiência** das instâncias públicas sub-regionais para enfrentar o problema do planejamento do desenvolvimento

²⁶ É possível que, no momento de sua constituição, os Coredes tenham sido pensados como essa instância de articulação. Porém eles não alcançaram se constituir como tal, em grande parte, pela virtual ausência de estrutura material e de recursos humanos com dedicação permanente aos Coredes e, em parte, também pela ausência de uma estrutura “supracoredeana” que articulasse e garantisse consistência, no plano estadual, às políticas propostas pelos diversos Coredes. Essa dupla dificuldade é, contudo, a expressão fenomênica de um problema muito maior: a verdade é que as funções formalmente atribuídas aos Coredes são incompatíveis com a própria estrutura político-institucional desses órgãos, que definem a relação dos mesmos com os poderes públicos estadual e municipais. Na verdade, a estrutura político-institucional dos Coredes é tão ambígua que não alcança comprometer os, **objetivamente**, com a sustentação do diálogo e a concertação dos diversos atores do desenvolvimento regional; é uma estrutura tão fluida, que chega a permitir que alguns (felizmente, raros) de seus gestores transformem os Coredes sob sua coordenação em órgãos de crítica, oposição e resistência às ações públicas estaduais e/ou municipais. Nada obsta que essa seja uma das funções dos Coredes. Mas, se eles são órgãos absolutamente autônomos *vis-à-vis* aos governos eleitos nos planos estadual e municipal, eles não podem, simultaneamente, pretender ser “o” órgão responsável pelo planejamento do desenvolvimento regional. Afinal, esse planejamento envolve a alocação de recursos públicos, que é uma responsabilidade dos governos eleitos (e não dos fóruns que fiscalizam e/ou se opõem a esses governos).

regional. Mais do que isso, apontávamos, então, para a necessidade de a instância pública superior — o estado federado — atuar como *tertius* na administração de conflitos e incompatibilidades no planejamento sub-regional. Um novo exemplo — que agora pode ser mais realista e mais determinado empiricamente — pode nos ajudar a entender a questão.

Sejam três regiões do Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, os Coredes Campanha, Serra e Centro-Sul. Suponhamos que, a partir de diagnósticos realizados pelas ADRs de cada uma dessas regiões, sejam identificados três nichos de mercado que carecem de investimentos e que podem ser ocupados por essas três regiões a partir de um conjunto de inversões articuladas. Esses nichos são florestamento (que atende à demanda de matérias-primas dos setores moveleiro e de papel-celulose do Estado), cerâmica (que aproveita matérias-primas presentes nas três regiões e atende a um mercado crescente, inclusive no plano internacional) e autopeças (que atende às demandas dos importantes SLPs automotivo e de máquinas agrícolas do Estado). Como sempre, a rentabilidade e a sustentabilidade das inversões nesses três nichos depende das opções de inversão dos demais. De forma particular, estamos supondo aqui que, em função de limites de mercado no curto e no médio prazo, sempre que houver coincidência de inversão nos mesmos nichos por parte dos agentes privados nas três regiões, haverá um excedente de oferta do produto em questão, com a conseqüente queda de preços e rentabilidade. O Quadro 5 reproduz os rendimentos esperados das inversões nos distintos nichos de mercado, supondo-se que o Governo do Estado não participa do processo, nem como mediador, nem como inversor, nem como articulador de políticas fiscais e financeiras diferenciadas por região. Mais adiante, abriremos mão dessa hipótese restritiva.

Como esse é um jogo com três jogadores e três estratégias alternativas, sua representação torna-se bem mais complexa. Para evitar a produção de um número muito grande de mapas de rendimentos, optamos por definir duas colunas, de forma que a divisão principal representa as estratégias da região da Campanha e as subdivisões internas àquela primeira representam as estratégias da Serra. As linhas representam as estratégias da região Centro-Sul.

Os rendimentos são ordenados na forma “Centro-Sul, Campanha, Serra”. Assim, a primeira coluna da primeira linha representa os rendimentos da região Centro-Sul (de -2), da Campanha (que corresponde a 0) e da Serra (de -1), caso as três regiões optassem por ingressar no ramo cerâmico. As três células com fundo cinza claro representam os rendimentos que cada uma das três regiões obterá se optasse por ingressar nos mesmos nichos. Desde logo, é de se notar que essas situações hipotéticas geram os menores rendimentos agregados, mas as “perdas” de cada região variam em cada caso. Na hipótese de as três regiões investirem no setor de autopeças, apenas a Campanha e a Centro-Sul sofreriam prejuízos (de -2), enquanto a Serra apropriaria um modesto rédito

positivo de 1. A mesma diferença manifesta-se no caso já citado do ingresso simultâneo em “cerâmica”, onde a Campanha obteria um rendimento nulo, a Serra, um modesto prejuízo, e a Centro-Sul, um prejuízo mais expressivo. Diferentemente, no caso das três regiões investirem em florestamento, o maior prejuízo seria da Campanha (-2), seguida da Serra (-1) e, finalmente, da Centro-Sul, que não teria nem prejuízos, nem lucros.

Esse diferencial de resultados é muito significativo, expressando as vantagens relativas de cada região em um determinado nicho. Uma vantagem que se torna mais evidente quando observamos a distribuição de estratégias que geram o maior benefício agregado. Essa distribuição (que se encontra representada com um fundo cinza escuro no Quadro 5) é tal, que leva a uma especialização em cerâmica na Campanha, em florestamento na região Centro-Sul e em autopeças na Serra. As questões que ficam são: como alcançar essa distribuição superior de estratégias? Como impedir que o sistema atinja outras alternativas de equilíbrio de caráter subótimo? Ou — o que seria ainda pior — como impedir que o receio da adoção de estratégias similares e mutuamente exclusivas por parte das diversas regiões conduza a uma depressão generalizada do investimento, com a canalização das poupanças regionais para esferas financeiras tão seguras quanto socialmente inconsistentes e economicamente insustentáveis no médio e no longo prazos? Ou, ainda, como impedir que a região serrana — cuja estratégia (fracamente) dominante (de inversão em autopeças) oferece uma rentabilidade média significativamente superior à rentabilidade esperada de aplicações financeiras — internalize, paulatinamente, os três nichos de negócios, aproveitando-se da dimensão virtuosa dos ciclos de crescimento e da dimensão viciosa da estagnação das demais regiões?

Do nosso ponto de vista, a inviabilização de qualquer uma dessas alternativas perversas de solução para o impasse posto só é possível com a constituição de uma instância de coordenação que seja, simultaneamente, superior e articulada às regiões concorrentes. Uma tal instituição teria que, como primeira tarefa, desenvolver e consolidar diagnósticos sólidos e confiáveis a respeito das potencialidades específicas de cada região, demonstrando as vantagens de um determinado padrão de especialização do território.

O problema — mais ou menos evidente — é que tais diagnósticos, por mais bem estruturados que sejam, são sempre passíveis de questionamento, em particular quando enfrentam utopias consolidadas pelo senso comum de “modernização acelerada” de regiões estagnadas ou retardatárias no processo de desenvolvimento, o que pressupõe a mobilização de estímulos públicos secundários (mas, de forma alguma, redundantes) de indução das inversões privadas. Pensamos, aqui, tanto na mobilização de investimentos públicos quanto na definição de políticas fiscais e financeiras regionalmente diferenciadas, capazes de se somarem às políticas mais essenciais de produção, divulgação

e discussão dos diagnósticos supra-referidos em torno das distintas potencialidades regionais. Mais uma vez, um exemplo pode ser esclarecedor.

Imaginemos que, dados os diagnósticos das potencialidades regionais que instrumentalizaram a construção da matriz dos rendimentos das diversas regiões no Quadro 5, o Governo Estadual definisse políticas de investimento em infra-estrutura, bem como políticas fiscais e financeiras que alavancassem a rentabilidade esperada de cada uma das estratégias alternativas que melhor dialoga com os recursos produtivos de cada região. Objetivando a proposta: vimos, acima, que a região da Campanha apresenta vantagens relativas no setor cerâmica, a região Centro-Sul apresenta vantagens relativas no florestamento, e a região serrana apresenta vantagens relativas no setor autopeças. Imaginemos, agora, que fossem adotadas políticas governamentais que garantissem a elevação do rendimento esperado de aplicações em cada um desses nichos em uma unidade de valor (1), fosse qual fosse a estratégia adotada pelas demais regiões. Obteríamos, então, uma outra matriz de rendimentos, cujo perfil está representado no Quadro 6.

Vale notar que, tal como no jogo anterior, este também gera mais de um equilíbrio. Mas se antes havia sete possibilidades de equilíbrio, agora só existem duas. Além disso, ampliou-se, significativamente, a diferença total e regional (para Campanha e Centro-Sul) dos rendimentos esperados no equilíbrio superior (que é o único "ótimo de Pareto") e no equilíbrio inferior (igualmente representado com fundo cinza na matriz acima). Não será preciso esclarecer que essa limitação numérica das alternativas de equilíbrio, bem como o aprofundamento do diferencial de rentabilidade entre as diversas opções, alavancam, sobremaneira, a capacidade de intervenção e direcionamento das inversões regionais por parte da instância pública estadual.

Em suma: **o ponto de partida necessário para uma intervenção pública estadual conseqüente sobre o processo de desenvolvimento do território é um diagnóstico das potencialidades e dos estrangulamentos de desenvolvimento nos diversos setores e espaços regionais** — um diagnóstico que não pode ser feito sem ampla colaboração dos agentes locais, pois o potencial de cada região depende, em grande parte, da imagem que os agentes locais têm de suas potencialidades e do futuro idealizado pelos mesmos.

Contudo o mero diagnóstico e sua discussão não são, via de regra, instrumentos suficientes para a estimulação do conjunto de investimentos privados que se fazem necessários para a mobilização produtiva de um dado território. O convencimento dos agentes privados da consistência do diagnóstico e do projeto de desenvolvimento articulado a partir das diversas instâncias de poderes públicos regionais (sob coordenação do Governo Estadual) só pode ser conquistado se são mobilizadas inversões e políticas públicas capazes de estimular determinadas opções regionais em detrimento de outras.

Essa não é uma tarefa simples. Ela exige mais do que coragem e determinação. Ela exige, de um lado, que se tenham muito claras as metas que se buscam atingir, o padrão de desenvolvimento que se quer, e, de outro, exige um aparato político-institucional capilarizado, à altura da tarefa que se busca realizar.

Quadro 5

Especialização regional sem mediação do Governo Estadual

CENTRO-SUL	CAMPANHIA									
	Cerâmica			Florestamento			Autopeças			
Cerâmica	-2; 0; -1	0; 1; 2	0; 1; 3	0; 3; 0	2; 1; 1	2; 3; 3	0; 1; 1	2; 1; 3	2; -1; 2	
Florestamento	3; 1; 0	1; 3; 1	3; 3; 3	1; 1; 2	0; -2; -1	1; 3; 1	3; 1; 2	1; 1; 1	3; -1; 2	
Autopeças	1; 0; 1	1; 3; 3	-1; 3; 2	1; 3; 2	1; 1; 1	-1; 3; 2	-1; 2; -1	-1; -1; 3	-2; -2; 1	
	Cerâmica	Florestamento	Autopeças	Cerâmica	Florestamento	Autopeças	Cerâmica	Florestamento	Autopeças	
										SERRA

Quadro 6

Especialização regional com intervenção do Governo Estadual

CENTRO-SUL	CAMPANHA		CAMPANHA		CAMPANHA				
	Cerâmica		Florestamento		Autopeças				
Cerâmica	-2; 1; -1	0; 2; 2	2; 4; 0	0; 3; 0	2; 1; 1	0; 1; 1	2; 1; 3	2; -1; 3	
Florestamento	4; 2; 0	2; 4; 1	4; 4; 4	2; 2; 1	1; -2; -1	2; 1; 4	4; 1; 2	2; 1; 1	4; -1; 3
Autopeças	1; 2; 0	1; 4; 3	-1; 4; 3	2; 1; 3	1; 1; 1	-1; 3; 3	-1; -1; 2	-1; -1; 3	-2; -2; 2
	Cerâmica	Florestamento	Autopeças	Cerâmica	Florestamento	Autopeças	Cerâmica	Florestamento	Autopeças
SERRA									

Referências

- COASE, R. H. The nature of the firm. **Econômica** London, GB: London: School of Economics and Political Science, v. 4, n. 16, p. 386, Nov. 1937.
- COCCO, G. et al. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.
- ELSTER, J. **El cemento de la sociedad: las paradojas del orden social**. Gedisa Editorial: Barcelona, 1991.
- GAMBETTA, D. **Trust: making and breaking cooperative relations**. Oxford: Blackwell, 1988.
- GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- NASH, J. **Equilibrium points in n-person games**. Washington, DC: National Academy of Sciences, 1950. (Proceedings of the National Academy of Sciences US; 36). p. 48.
- NASH, J. Non-cooperative games. *Annals of Mathematics*. Lawrenceville, Nj, US: Princeton University Press, v. 54, n. 2, p. 286, 1951.
- NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. New York: Cambridge University Press, 1990.
- PAIVA, C. A.; CAMPREGHER, G. (Org.). **Marco Referencial do Plano Plurianual 2004/2007**. Porto Alegre: Secretaria da Coordenação e Planejamento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2002. (CD-Rom).
- PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. São Paulo: FGV, 1996.

SOBRE O QUE FINDA E O QUE COMEÇA

Um documento composto de dois artigos é uma unidade cindida. Já esclarecemos a razão dessa cisão. Vale, agora, tentar superá-la. Nesse sentido, uma breve síntese das conclusões que emanam do cruzamento dos dois trabalhos pode ser útil.

Nosso ponto de partida é a Teorema de Smith, segundo a qual “(...) a divisão do trabalho é (e, por consequência, a produtividade e o progresso técnico são) limitada(os) pelo tamanho do mercado”. Mas — na esteira de North — restringimos sua validade para as regiões “novas” no plano da produção mercantil; vale dizer, para regiões onde a estreiteza do mercado **interno** é o gargalo mais apertado da produção e da acumulação.

O principal a entender é que, nas regiões “novas” — onde inexistente o Departamento Produtor de Bens de Capital —, as decisões de investimento dos produtores não se resolvem em estímulos de demanda sobre a própria região, que são canalizados para o exterior. Se o consumo capitalista também se desloca para fora, se não existe outra fonte de consumo autônomo mercantil (transferências governamentais por exemplo) e se o consumo do governo incidente sobre a região é desprezível, então, a única variável de demanda autônoma capaz de dar início a um processo de multiplicação da renda é a demanda externa, representada pelas **exportações**.

A condição necessária (mas insuficiente) para o desenvolvimento de uma região periférica é, pois, a especialização — com a consequente conquista de economias de escala e vantagens absolutas dinâmicas — em um conjunto determinado e restrito de mercadorias. Porém a especialização só induzirá a um processo sustentável de crescimento se ela se desdobrar na crescente internalização dos elos da cadeia produtiva a jusante e a montante. Em particular, a internalização regional da produção de insumos e máquinas para o setor especializado-exportador é a condição *sine qua non* para a endogeneização do multiplicador do investimento, bem como dos benefícios econômicos associados ao progresso técnico tipicamente capitalista (poupador de trabalho vivo).

Por sua vez, o adensamento da cadeia produtiva do setor especializado-exportador amplia o mercado interno e estimula a internalização regional de uma ampla gama de serviços e setores produtivos voltados à demanda local. Esse processo será tão mais rápido quanto mais bem distribuída for a renda gerada no setor especializado-exportador e quanto maior e mais democrático

for o controle dos agentes internos sobre o excedente (lucro, juros, impostos, aluguéis) gerado por essa mesma produção.

Ora, a exigência de vantagens absolutas no comércio inter-regional (e, de forma crescente, no mercado internacional globalizado) limita sobremaneira as alternativas de especialização competitiva de cada região. Por isso mesmo, o quadro de especialização atual, definido pelo mercado, é o ponto de partida necessário (mas insuficiente) da identificação dos setores que devem ser estimulados com vistas a alimentar o desenvolvimento regional endógeno. Vale dizer, é o ponto de partida necessário, mas insuficiente, da identificação do “potencial de uma região”.

A seleção dos setores a serem efetivamente fomentados pressupõe a realização de uma pesquisa empírica primária voltada à identificação dos custos de enfrentamento dos principais **gargalos** interpostos (hoje e no futuro esperado) à ampliação da produção e da venda nos distintos setores nos quais a região é (ou pode vir a ser) especializada.

A estratégia de menor custo e máximo benefício regional do enfrentamento dos gargalos interpostos envolve a mobilização do maior conjunto possível de agentes e recursos locais subutilizados. Tal estratégia pode e deve ser alavancada por um trabalho de articulação regional das decisões de investimento.

A articulação das decisões privadas de investimento só é possível se são construídas, na região, estruturas de planejamento e governança do desenvolvimento. Essas estruturas devem contar com ampla participação das lideranças empresariais, culturais e políticas do município, bem como com recursos financeiros e técnicos necessários à consecução de suas complexas tarefas. Do nosso ponto de vista, a forma mais econômica de construção de tais estruturas é aquela que garante e delega aos agentes produtivos locais o seu controle político; a seu corpo técnico permanente, seu controle operacional; e, ao setor público e usuários, sua sustentação econômico-financeira.

Não temos a pretensão de haver demonstrado o conjunto desses resultados. Essa não é tarefa para um texto; quiçá o seja para uma vida. Assim, temos procurado, aqui e em outros trabalhos nossos, confirmar a consistência teórica e empírica desse modelo¹.

Nossa pretensão é a de dar, neste **Documentos FEE**, mais um passo na (necessariamente longa) trajetória de confirmação do conjunto de (hipó)teses

¹ Como, por exemplo, no **Marco Referencial do Plano Plurianual 2004-2007**, onde investigamos a consistência da hipótese northiana de que o multiplicador das exportações deve ser maior do que o multiplicador do investimento em economias periféricas, à luz das informações fornecidas pela Matriz de Insumo-Produto da economia gaúcha.

sintetizadas acima. Ousamos pretender que o resultado tenha sido positivo e que se tenha avançado no trabalho. Mas ainda há muito o que fazer.

Desde logo, é preciso explorar os resultados empíricos presentes no **Anexo Estatístico** do texto **Como se Identifica o "Potencial" de uma Região?: um Exercício Teórico Aplicado aos 22 Coredes Gaúchos**. Mas é preciso fazê-lo com muito cuidado. Em particular, é necessário atentar para o fato de que assumimos acriticamente a hipótese de que os Coredes sejam, de fato, regiões econômicas; vale dizer, regiões marcadas, de um lado, por uma determinada homogeneidade na produção primária e no padrão de ocupação do solo e, de outro, pela presença de um ou mais pólos urbanos que centralizam as atividades complementares à produção primária já internalizadas na referida região. Se essa hipótese for falsa — e ela parece sê-lo para alguns Coredes —, as informações disponibilizadas são maus estimadores da especialização efetiva e do padrão de utilização e disponibilidade dos recursos produtivos das regiões econômicas.

Além disso, é preciso entender que, na perspectiva teórica que organiza nossas reflexões, algumas das variáveis selecionadas com vistas a identificar a potencialidade das regiões ganham sentido muito particular. Esse é o caso, por exemplo, da variável produtividade do trabalho. Para os ricardianos, essa é a legítima medida da produtividade e da competitividade do sistema. Para nós, é uma medida do grau de maturidade (e exclusão) do modo de produção capitalista. Em inúmeras situações, uma baixa produtividade do trabalho faz-se acompanhar de uma elevadíssima produtividade da terra e do capital e está a revelar que a lógica de ocupação dos fatores e a lógica do progresso técnico não são a lógica especificamente capitalista. Vale dizer: uma baixa produtividade do trabalho pode estar revelando um padrão democrático de distribuição da propriedade rural e da urbana, o que alavanca sobremaneira o potencial de uma região para a endogeneização dos benefícios da especialização.

Essas “complexidades” podem e devem ser enfrentadas. É a tarefa que se abre a partir de agora. Ao anunciá-la aqui, estamos, na verdade, procurando instigar o leitor a participar da mesma. Pois, se a sistematização teórica de um modelo de desenvolvimento regional não é tarefa para um único texto, identificar as potencialidades concretas de desenvolvimento regional de um território maior do que a Itália continental não é tarefa para uma única vida. É uma responsabilidade coletiva.

EDITORAÇÃO

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial.

Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira.

Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos.

Conferência: Elisabeth Alende Lopes, Lenoir Buss e Rejane Schmitt Hübner.

Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.

